

PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política
e Teoria Social**

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

É uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é constituir-se num instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa da área de Serviço Social e Ciências Sociais, procurando colocar em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à nova face da "Questão Social" na sociedade brasileira

EDITORA

Myriam Lins de Barros

COMITÊ EDITORIAL

Carlos Nelson Coutinho

Cleusa dos Santos

Eduardo Mourão Vasconcelos

Erimaldo Matias Nicacio

Francisco Ary Fernandes de Medeiros

Ivo Lesbaupin

Janete Luiza Leite Hanan

José Maria Gómez

José Paulo Netto

Leilah Landim

Líliá Guimarães Pougý

Maria das Dores Campos Machado

Maria de Fátima C. Marques Gomes

Maria Helena Rauta Ramos

Marlise Vinagre Silva

Nobuco Kameyama

Sara Nigrí Goldman

Suely Souza de Almeida

Yolanda Aparecida Demetrio Guerra

Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria Martins (ISSS -Coimbra/Portugal)

Ana Elizabeth Mota (UFPE)

Danièle Kergöat (GEDISST - CNRS/França)

Dayse Solari (Univ. Republica La Uruguay)

Helena Hirata (GEDISST - CNRS/França)

Suen Hessle (Universidade de Estocolmo/
Suécia)

Jean Lojkine (EHESS/Paris)

Leandro Konder (PUC/UFF)

Maragarita Rosas (Univ. La Plata/Argentina)

Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC/SP)

Michael Löwy (EHESS/Paris)

Maria Ozanira Silva e Silva (UFMA)

Richard Marin (Univ. de Toulouse-le-Mirail)

Sônia Alvarez (EUA)

Sulamit Ramon (London School of Economics)

Vicente de Paula Faleiros (UNB)

Reinaldo Gonçalves (UFRJ)

Ivete Semionato (UFSC)

ASSESSORIA EDITORIAL

Murilo Peixoto da Mota

PRAIAVERMELHA13

Estudos de Política e Teoria Social

Número 13 • Segundo Semestre • 2005

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS

Solicita-se Permuta / Exchange Desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada
ou transmitida sem a permissão dos editores.

As posições expressas em artigos assinados
são de exclusiva responsabilidade de seus autores

DESIGN GRÁFICO

André Provedel

Foto da capa: Henrique Lins de Barros

REVISÃO

Maria José Vargas

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

UFRJ - Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação

Av. Pasteur, 250 - fundos

CEP 22290-240

Rio de Janeiro RJ

Telefone (21) 3873-5438

Fax (021) 2542-8148

revistapraiavermelha@ess.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 1, n.1 (1997) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social.
Coordenação de Pós Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos
I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)

PRAIAVERMELHA13

Estudos de Política e Teoria Social

Número 13 • Segundo Semestre • 2005

Cidade e segregação

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Aloísio Teixeira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

José Luiz Fontes Monteiro

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - ESS

DIRETORA

Profª Drª Rosana Morgado

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. José Paulo Netto

COORDENAÇÃO DE POS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Profª Drª Lilia Guimarães Pougý

COORDENAÇÃO DE POS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Prof. Dr. Eduardo Mourão de Vasconcelos

SUMÁRIO

- 10 **Apresentação**
- 14 **Violência e insegurança nas favelas cariocas: o ponto de vista dos moradores**
Márcia Pereira Leite e Pedro Paulo de Oliveira
- 44 **O transporte como vetor de controle na configuração urbana do Rio de Janeiro**
Gabriela Lema Icassuriaga
- 70 **Mudando a cara do lugar: o Shopping Center no contexto do bairro e da cidade**
Rosemere Santos Maia
- 100 **Rede de Cidades na Amazônia Oriental: entre processos contraditórios de homogeneização, polarização e segregação**
Maria José de Souza Barbosa, Maria Elvira Rocha de Sá, Solange Maria Gayoso da Costa, Cláudio Alberto Castelo Branco Puty, Marcelo Bentes Diniz e Mauricio Sena Filho
- 120 **Jornalismo e construção social da realidade: notas sobre os critérios de representação da violência na imprensa carioca**
Edilson Márcio Almeida da Silva
- 140 **A formação dos trabalhadores sociais na França. De que formação estamos falando?**
Paule Sanchou
- 154 **Conexões intergeracionais em famílias acolhedoras: considerações sobre tempo e abrigagem**
Claudia Fonseca
- 174 **A sociologia como ciência em Durkheim**
Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias
- 206 **Resenha**
NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. Global - Biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: E0ditora Record, 2005, 271 páginas. (tradução: Eliana Aguiar)
Francis Sodré

APRESENTAÇÃO

As cidades, a formação profissional dos assistentes sociais na França, as políticas sociais de família, a teoria social e a sociologia de Durkheim são os temas deste número de **PRAIA VERMELHA**. Os primeiros cinco artigos analisam as cidades e as questões urbanas por diversas perspectivas. Tratam da violência, da segregação sócio-espacial, de novas formas de comércio nas metrópoles e do processo de urbanização e da constituição de redes de cidade na região amazônica.

O diálogo entre diferentes campos de conhecimento tem resultado em uma importante produção acadêmica sobre as cidades onde estão presentes a história, a economia, a administração, a geografia, a antropologia, a sociologia, a comunicação, a psicologia e o serviço social. Na Escola de Serviço Social, vários Grupos de Pesquisa definem a cidade e os problemas urbanos como sua área de investigação. Os artigos de Gabriela Lema Icassuriaga e Rosemere Maia fazem parte da produção destes Grupos de Pesquisa. Os demais artigos sobre as cidades - Rio de Janeiro e cidades na Amazônia oriental - trazem diferentes expressões com que a chamada crise urbana vem se apresentando e, que nesta edição de **PRAIA VERMELHA**, são tratadas através de análises sobre a violência urbana, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais e as contradições políticas e sociais no tratamento destes problemas.

Assim, o primeiro artigo de autoria de Márcia Pereira Leite e de Pedro Paulo de Oliveira intitulado “Violência e insegurança nas favelas cariocas: o ponto de vista dos moradores”, apresenta os resultados de uma pesquisa com moradores de favelas do Rio de Janeiro. Examinado as formas contemporâneas de reedição do tema das “classes perigosas”, os autores trazem as narrativas dos moradores de favela sobre as diversas modalidades de violência que experimentam em seus locais de moradia, suas percepções sobre risco e insegurança e analisam suas estratégias individuais e coletivas para lidar com a violência e com as formas de estigmatização sofridas.

O artigo de Gabriela Lema Icassuriaga, “O transporte como vetor de controle na configuração urbana do Rio de Janeiro”, analisa o processo histórico de urbanização trabalhando a construção da segregação social da cidade, examinando-a no âmbito da evolução das forças produtivas. Trata das intervenções no espaço urbano e da localização diferenciada dos segmentos sociais através do transporte de passageiros e da constituição de vias urbanas. Mostra como a implantação da rede urbana de transporte expressa e, ao mesmo tempo, reforça as desigualdades e a segregação sócio-espacial.

Os impactos provocados pela sua construção novos shoppings centers em vários bairros do Rio de Janeiro são objeto de pesquisa de Rosemere Maia. No artigo “Mudando a cara do lugar’: o shopping center no contexto do bairro e da cidade” a autora examina dois shopping centers situados em áreas distintas (o Barra Shopping, na Barra da Tijuca, e o West Shopping, em Campo Grande). Caracteriza estes espaços de comércio como “ilhas de exclusividade” e, portanto, como espaço de construção de segregação social. A segregação é vista tanto no do próprio shopping, através de regras internas de controle dos consumidores e dos funcionários quanto em relação à área onde o shopping está instalado. Ao mesmo tempo, a autora mostra como os frequentadores aderem à lógica do consumo, traduzindo-a muitas vezes como formas de inclusão social e de status.

O artigo de Maria José de Souza Barbosa, Maria Elvira Rocha de Sá, Solange Maria Gayoso da Costa, Cláudio Alberto Castelo Branco Puty, Marcelo Bentes Diniz e Mauricio Sena Filho intitulado “Rede de Cidades na Amazônia Oriental: entre processos contraditórios de homogeneização,

polarização e segregação” traz uma análise do processo de urbanização de inúmeros municípios do Pará cuja dinâmica está relacionada às transformações no uso do solo e à crescente exclusão de um grande número de trabalhadores do acesso aos bens de uso comum e à infra-estrutura. Os autores realizam uma análise histórica da constituição da rede de cidades na região amazônica desde o século XVI, tomando o estado do Pará como objeto de análise. Concluem apontando para as contradições das políticas públicas e dos programas de desenvolvimento regionais. Estes dissociados dos sujeitos locais acabam promovendo a exacerbação da pobreza e da desigualdade social.

Edilson Márcio Almeida da Silva no artigo “Jornalismo e construção social da realidade: notas sobre os critérios de representação da violência na imprensa carioca” analisa o processo de construção das notícias sobre criminalidade na grande imprensa do Rio de Janeiro e a maneira como é construída a noção de “violência urbana”. O autor faz uma etnografia da redação de um jornal e a apresenta como um campo de poder onde se realiza a luta pelo monopólio de definição da realidade social através da seleção e hierarquização das notícias, no caso, sobre a violência no Rio de Janeiro e sobre a própria cidade.

Paule Sanchou no artigo “A formação dos trabalhadores sociais na França. De que formação estamos falando?” faz uma análise da formação dos assistentes sociais no contexto francês atual onde se defrontam diferentes concepções da profissão e das definições de competência dos trabalhadores, e assim, da formação e qualificação dos profissionais.

O artigo de Claudia Fonseca intitulado “Conexões intergeracionais em famílias acolhedoras : considerações sobre tempo e abrigagem” tem como ponto central a discussão das políticas de família e da legislação, em particular, aquelas relativas ao atendimento de jovens considerados vulneráveis socialmente. O trabalho de pesquisa apresentado neste texto situa-se na fronteira entre pesquisa aplicada e pesquisa acadêmica e está inserido em uma linha de investigação já trabalhada pela autora em outros momentos onde vêm sendo trabalhadas as “narrativas hegemônicas” presentes nas concepções de família e as disputas entre interpretações dos

arranjos familiares nas formas de enfrentamento das questões relativas a estes segmentos sociais.

“A sociologia como ciência em Durkheim” de Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias desenvolve uma análise da perspectiva teórica e metodológica do autor a partir de suas três obras fundamentais. Para a análise teórica dos textos, a autora seleciona alguns eixos da perspectiva durkheimiana considerados pertinentes ao debate sobre teoria social e ciências sociais onde estão desenvolvidas suas concepções de teoria social, método, sociedade e história.

A resenha de Francis Sodré do livro GLob(AL) – Biopoder e luta em uma América Latina globalizada, de autoria de Antonio Negri e Giuseppe Cocco (2005), fecha o conjunto de artigos desta edi o de **PRAIA VERMELHA**.

Myriam Lins de Barros

VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA NAS FAVELAS CARIOCAS: o ponto de vista dos moradores

Márcia Pereira Leite

Pedro Paulo de Oliveira*

Resumo

A expansão da criminalidade violenta no Rio de Janeiro vem gerando uma percepção de crise urbana que, movida pelo medo e pela desconfiança quanto à capacidade reguladora dos poderes públicos, reedita o tema das “classes perigosas” e produz os estados de opinião que se traduzem nas metáforas de guerra e de cidade partida. Neste contexto, renovam-se os estigmas sobre moradores de favelas, acentua-se a segregação sócio-espacial, esgarçam-se as redes de sociabilidade e restringe-se o direito à cidade. Um efeito perverso dessa percepção e das práticas que se lhe associam é o estímulo à reprodução da criminalidade violenta nas favelas, uma vez que o isolamento institucional de seus moradores e a criminalização de seus protestos e instâncias de ação coletiva terminam por reforçar a “lei do silêncio” imposta pelos traficantes de drogas nesses locais e a submissão dessa população a seu domínio. O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa com moradores de favelas, examinando suas narrativas sobre as diversas modalidades de violência que experimentam em seus locais de moradia. Discute suas percepções sobre risco e insegurança nas áreas faveladas e analisa suas estratégias individuais e coletivas para tentar controlá-los.

Palavras-chave: favelas, criminalidade violenta, violência policial, risco e insegurança

* Márcia Pereira Leite é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pedro Paulo de Oliveira é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor associado ao IUPERJ.

Abstract:

The explosion of urban violence in Rio de Janeiro prompted a perception of slum dwellers as a “dangerous class”. The high incidence of crime in their places of residence helps to consolidate this association. Based on the metaphor of an urban war taking place in a divided city, this perception is spreading through the media and public spaces (newspapers, books, debates etc). Thus, both stigma about slum dwellers and their segregation from urban life and civic rights are renewed. In addition, these poor neighborhoods lack protection from efficient public policies and easily fall prey to gangs and other types of criminal activity, which often impose a “code of silence” on the community. This article discusses and analyses the slum dwellers perception of risk, insecurity and some of their strategies to cope with daily living.

Key-words: slums, criminal violence, police violence, risk and insecurity

A violência associada ao tráfico de drogas vem crescendo em frequência e intensidade nas grandes cidades brasileiras. Tiroteios e balas perdidas somam-se a homicídios de jovens, rebeliões em presídios e instituições de jovens infratores, paralisações do comércio, escolas e serviços públicos por ordens de bandidos, muitas vezes emitidas do interior de prisões de “alta segurança”. Experimentados diretamente pela população ou compartilhados através da mídia, esses eventos geraram a percepção e o sentimento de que, doravante, a vida nas metrópoles só seria possível sob o domínio do medo, o cerceamento da sociabilidade, o controle dos territórios e o encolhimento do espaço público, produzindo estados de opinião que encontraram tradução nas metáforas de guerra e de cidades partidas amplamente difundidas nas referências à violência urbana no país.

Como se sabe, o ponto de inflexão do incremento da violência foi o novo perfil do tráfico de drogas que, desde os anos 80, se conectou aos cartéis internacionais para promover a entrada de cocaína em larga escala no mercado brasileiro. O tráfico de drogas tornou-se um negócio oligopolizado, que movimenta bilhões de dólares e envolve sofisticados circuitos de comercialização no atacado e de lavagem de dinheiro, além de estar articulado ao tráfico de armas (Misse, 1999). Confrontos armados passaram a marcar a disputa entre quadrilhas rivais pelos pontos de venda e destas com a polícia, que teria como uma de suas funções precípuas o desmantelamento da atividade criminosa. Os bandos armados desenvolveram estratégias de controle cada vez mais estrito sobre os territórios onde essa ponta de distribuição se concentrou - favelas, conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos, bairros pobres e periféricos – e sobre sua população residente. As razões dessa concentração vão desde as condições morfológicas - caso das favelas cariocas com os traçados labirínticos de suas ruas, difícil acesso às partes mais internas ou elevadas e, quando situadas em morros, excelente visibilidade das ruas (Silva, 2002) – e sua condição de territórios quase desertos de instituições estatais e serviços públicos, indicação de um precário acesso de seus moradores à cidade e à cidadania.¹

1. Para esta concepção de direito à cidade, cfr. Lefebvre (1991) e Silva (2002).

Em muitas de nossas grandes cidades, o particularismo e a intolerância derivados do que Soares denominou de “cultura do medo” (1995) marcam a percepção social sobre o lugar dessa população na cidade, produzindo uma crescente segmentação do território urbano e uma visão restritiva sobre os direitos de cidadania dos moradores de favelas e periferias.² No caso do Rio de Janeiro, que nos interessa mais de perto, essa percepção e as práticas que se lhe associam têm como efeito perverso o estímulo à reprodução da criminalidade violenta nesses locais, uma vez que o isolamento dos moradores e a criminalização de seus protestos e instâncias de ação coletiva terminam por reforçar a “lei do silêncio” imposta pelos traficantes de drogas,³ dificultando a produção de um discurso articulado sobre a violência que organize e interprete criticamente suas relações cotidianas com a criminalidade violenta e a polícia.

É sobre este tema que nos detemos neste artigo, analisando narrativas de moradores de favelas sobre suas experiências com essas modalidades de violência em seus locais de moradia.⁴ O foco na cidade do Rio de Janeiro deve-se ao fato de ser este o local em que realizamos nossas pesquisas, mas também ao rendimento analítico de tomar o Rio como caso exemplar por apresentar uma radicalização de dinâmicas sociais que podem ser observadas em outras metrópoles brasileiras.

2. Ver os estudos de Caldeira (2000) e de Ferreira (2004), para o caso de São Paulo; de Andrade (2004) para Belo Horizonte e de Mello (2001), Leite (2001) e Ribeiro (2003) para o Rio de Janeiro. Consultar também os artigos reunidos no excelente volume organizado por Ribeiro (2004) e o balanço efetuado por Lago (2003).

3. Inúmeras pesquisas elaboram este ponto. Ver, por exemplo, Zaluar (1995; 1998; 2004); Silva (2004) Silva, Leite e Fridman (2005); Leite (2001; 2005 a;b) e os artigos reunidos em Zaluar e Alvito (1998).

4. O material empírico em que nos apoiamos consiste em depoimentos de moradores, líderes e representantes de organizações de base de diversas favelas cariocas em grupos focais realizados pela pesquisa “Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca do reconhecimento”, FAPERJ (edital Direitos Humanos 2004), coordenada por Luiz Antonio Machado da Silva e integrada por Luis Carlos Fridman, Itamar Silva, Juliana de Farias, Lia Rocha e Wânia Mesquita, além dos autores. A pesquisa envolveu também a realização de um trabalho de campo de inspiração etnográfica em três favelas, escolhidas por apresentarem um perfil diferenciado quanto às dinâmicas locais de violência. Este artigo discute alguns de seus resultados, beneficiando-se de um processo sistemático de interpretação dos dados pela equipe de pesquisa e da análise desenvolvida em Fridman, Leite e Oliveira (2005) e Silva e Rivero (2005). Reconhecer e agradecer essa contribuição analítica não nos exime, porém, da responsabilidade por sua forma e conteúdo finais.

O lugar das favelas e de seus moradores na cidade

Até o final dos anos 80, a representação negativa das favelas como lugares da pobreza e da marginalidade era contrabalançada por sua valorização como berço do samba, do carnaval e da cultura popular. Na década de 90, porém, as favelas passaram a ser tematizadas sobretudo pela violência e insegurança que trariam aos bairros. A percepção das favelas como ameaças à “cidade” acarretou um adensamento dos estigmas sobre seus moradores que foram criminalizados por nelas residir. A população favelada foi aproximada dos bandidos em uma lógica que considera sua convivência forçada com bandos de traficantes de drogas como sintoma de convivência. A submissão dos moradores de favelas à “lei do tráfico” foi percebida como uma escolha entre esta e a “lei do país”, como uma opção por um estilo de vida que rejeitaria as normas e os valores intrínsecos à ordem social, em uma reatualização das formulações do início do século passado (Valladares, 2005).

A representação das favelas como territórios da ilegalidade e do crime propicia a legitimação da política segurança pública do Rio de Janeiro, que tem por foco promover uma “guerra” contra as favelas, ao invés de combater as quadrilhas de traficantes ali sediadas ou o narcotráfico em seu conjunto, e se caracteriza pela corrupção e brutalidade policiais, pelo extermínio de bandidos e de jovens favelados tomados como suspeitos de envolvimento em redes de droga e pelo desrespeito sistemático aos direitos civis da população residente (Silva, Leite e Fridman, 2005). O que usualmente é explicado pelas autoridades públicas como “excessos”, algumas vezes “lamentáveis” mas sempre “inevitáveis” em uma “situação de guerra”.⁵ Crimes que, via de regra, permanecem impunes a despeito dos esforços de muitos de seus

5. Para a análise de alguns casos, ver Leite (2001). Notar que o número de mortos em confrontos com a polícia militar e civil subiu de 397 (em 1998) para 834 (em 2002), evidenciando o que há muito se sabe: a polícia do Rio é das que mais mata no Brasil, pois o confronto direto é a estratégia privilegiada para combater a criminalidade. Dados do Anuário Estatístico do Núcleo de Pesquisa e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do RJ divulgados pelo Jornal do Brasil, 30/12/2002. Para a apresentação e discussão das estatísticas relativas a homicídios no Brasil e no estado, ver Cano (1997; 2003) e Ramos e Lemgruber (2004).

familiares que se mobilizam, protestando contra a violência policial denunciando presumíveis culpados e exigindo justiça.

Para além da ineficiência e corrupção do aparato policial e da lentidão do judiciário, a impunidade prospera com a diferença de tratamento e repercussão entre os episódios violentos nos territórios favelados e no restante da cidade. É bem diversos o destaque que lhes confere a mídia, a indignação e a postulação por justiça que despertam, a solidariedade às vítimas e/ou aos familiares que envolvem, o compromisso e empenho dos poderes públicos com a apuração e a punição dos responsáveis que acarretam e as mobilizações sociais que suscitam. As vítimas e seus familiares, quando provenientes dos territórios favelados, encontram na criminalização prévia da população ali residente o viés que marca e limita a atuação da burocracia do Estado em relação a suas queixas e exigências quanto a inquéritos, procedimentos e reparações, usualmente respondidas com indiferença, desrespeito e descompromisso na certeza de que se tratam de demandas espúrias de pessoas praticamente tidas como não-cidadãs (Justiça Global, 2004; Birman e Leite, 2004).

Uma permanente suspeição paira sobre os movimentos dos moradores de favelas. Autoridades públicas e a própria mídia vêm percebendo e classificando as manifestações e ações coletivas dos favelados como “comandadas” pelo tráfico.⁶ Este estigma e velhos preconceitos renovam os limites (sociais, simbólicos, mas também impostos pelas forças policiais) à circulação dos moradores de favelas (frequência a determinadas praias, ruas, praças, shoppings etc) e à sua convivência com os habitantes dos demais bairros, aprofundando a segregação sócio-espacial da cidade.

Estigma e segregação sócio-espacial

Quem quer que, recentemente, tenha realizado pesquisa em favelas, assistido algum dos inúmeros documentários ou filmes de ficção que as têm por tema ou cenário, acompanhado os noticiários sobre violência na mídia,

6. Cf. Silva et al (2005) e Leite (2003), para o caso do Movimento Popular de Favelas.

ou, ainda, lido algo da produção literária sobre a vida dos segmentos mais pobres da população carioca, certamente se deparou com duas narrativas corriqueiras. Uma, derivada da “cultura do medo”, criminaliza as favelas e seus moradores. A outra, que se estrutura contrapondo-se a esta, é o discurso rotineiro dos moradores desses territórios que, nessas condições, se esforçam por discriminar favelas e violência.⁷

Os moradores de favelas quase sempre ressaltam que a vida nas favelas não pode ser resumida à violência e ao tráfico de drogas. Reconhecem que as quadrilhas de traficantes de drogas fizeram das favelas um território privilegiado da violência, mas acusam repetidamente a polícia, em suas incursões a esses locais para enfrentá-las, fustiga-las e/ou com elas negociar sem o cuidado de proteger seus habitantes, como um dos responsáveis pela violência e insegurança. Essas práticas tornam corriqueira sua formulação: “não é que a gente goste dos traficantes, mas a gente não confia na polícia”. Essa fala expressa o discurso rotineiro dos moradores de favelas oferecido aos “de fora”: pesquisadores, jornalistas, cineastas, documentaristas etc. Enquanto modalidade de apreensão e enunciação do cotidiano nesses territórios parece revelar uma certa ambigüidade na tematização do crime e da violência. Porém, ainda que alguma ambigüidade nela esteja presente, como examinaremos adiante, é sobretudo a fala possível quando se fala nas favelas, i.é, nas condições em que vivem.

Entretanto, quando os moradores podem falar com confiança (coletiva ou individualmente a interlocutores conhecidos) e em segurança (fora das favelas), outro é o discurso.⁸ Como nos disse uma moradora: “a gente só está conversando porque ... ninguém vai ser identificado”. Mesmo nessas condições, outro morador cortou repentinamente o relato minucioso de violências praticadas por integrantes da quadrilha de traficante de drogas na

7. Para uma análise desta narrativa, quando enunciada nas favelas ou em territórios polarizados por seus conflitos, ou ainda em sua expressão na mídia, ver Silva, Leite e Fridman (2005) e Leite (2005a).

8. A metodologia da pesquisa envolveu a constituição do que designamos como “coletivos de confiança”: grupos focais integrando moradores de diversas favelas da cidade, convidados com base em anos de trabalho de membros da equipe de investigação com esses moradores e/ou nesses locais, ou ainda a partir do contato próximo estabelecido com os pesquisadores no trabalho de campo.

favela onde mora, para manifestar um temor difuso: “os traficantes sabem tudo que eu faço. Dentro e fora da favela”.⁹ O medo de falar, do uso a ser feito de suas falas, de serem identificados como alcagüetes é intenso, como se pode depreender do diálogo abaixo:

– *Dentro de casa a gente fala. Com os amigos mais próximos, a gente se encontra e a gente fala.*

– *... olhando ao redor pra ver se... Telefone, não!*

– *Falando baixo.*

– *Telefone é código! É tudo grampeado!*

– *É por código mesmo.*

– *Não se toca nesse assunto.*

Mas o discurso rotineiro dos moradores de favelas refere-se também á violência praticada pela polícia nesses locais. Por isso mesmo, a banalização da frase destacada acima, sobre a desconfiança em relação à polícia, não deve ocultar a simplicidade brutal do diagnóstico que realizam sobre seu lugar na cidade e na sociedade em que vivem. Não podem confiar em uma política de segurança que não os contempla, em agentes do Estado que neles não reconhecem qualquer dignidade humana, que não consideram nem protegem sua cidadania e cuja presença no território, eventual e agressiva, se faz sempre contra os moradores.

Elemento complicador desta relação é, sem dúvida, o recurso de muitos moradores aos chefes das quadrilhas de tráfico de drogas para resolver problemas pessoais, suprir necessidades e arbitrar conflitos com vizinhos, por exemplo. A isso se soma o recrutamento de jovens para fazer mover a economia da droga, que sustenta não somente os seus componentes como famílias inteiras. Tais circunstâncias, que por vezes oferecem uma legitimação ao poder das quadrilhas de traficantes de drogas nesses locais, propiciam argumentos às teses de “convivência” com base na escolha da “lei

9. Situação que pode indicar o que outros moradores identificaram como “neurose” ou “nóia” [paranóia] – reação individual e defensiva ao que estamos designando como “cerco”. Ver a respeito Mattos (2005).

do tráfico” ao invés da “lei da nação” como fundamento da sociabilidade nas favelas. Vale lembrar, entretanto, que o recurso ao poder do tráfico nos territórios favelados decorre da própria modalidade de presença do Estado nestes locais aonde, como ressaltam Silva e colaboradores, “não há qualquer institucionalidade acessível e confiável para regular as relações cotidianas da comunidade”. Refletindo sobre essas circunstâncias, os autores lançam a mesma questão para quem vive fora das favelas,

“pois não é incomum que variados grupos e setores da própria formação brasileira não recorram aos trâmites legais e às instituições pertinentes para a resolução de seus problemas individuais ou coletivos. Se falta a expectativa de que podemos recorrer às instâncias formais para dirimir conflitos ou satisfazer precariedades, o que dizer de esferas de sociabilidade que não contam com a presença efetiva da institucionalidade estatal ou pública? Quem recorre ao tráfico nas favelas repete um procedimento lamentavelmente usual no conjunto da sociedade: remete-se às instâncias de poder que são “acessíveis”. Não se deve fazer do reconhecimento deste fato o elogio de uma razão cínica, que transforma o vício em virtude. Mas não se pode negar a existência deste dispositivo de reprodução cotidiana de pessoas cercadas por todos os fogos. A insegurança pessoal e o medo correspondente são características fundamentais da vida cotidiana nas favelas cariocas” (2005: 5).

Morar em favela é uma marca simbólica inscrita na identidade pessoal dos favelados que, no contexto que examinamos, os aprisiona em um lugar social sem mobilidade ou “redenção”. A base desta operação é o estigma que, referido inicialmente à inserção domiciliar no território, passa a recobrir depreciativamente toda uma categoria social.¹⁰ Esta parece ser a raiz da relutância ou mesmo recusa de moradores de favelas designarem seus locais de moradia como “favelas”, preferindo muitas vezes o termo “comunidade”:

“Acho [que essa história de comunidade [é] por conta da questão da palavra favela. Favela é bandido. Por que é comunidade? De repente é pela questão da hospitalidade ... da solidariedade, ...da união Não sei se é exatamente isso, mas parece que a questão era tirar esse peso da palavra. Porque favela ,,,,, meio pejorativo.”

10. Tal como Elias e Scotson (2000) demonstraram operar também nas relações sociais de Wiston Parva.

“A gente não fala mais morro e nem favela. Pelo menos não fala mais. Agora é comunidade do Andaraí”.

Favela e favelado tornam-se, assim, na percepção de grande parte dos moradores armas na boca (e nos atos) dos ofensores e estigmas introjetados pelos ofendidos.¹¹ Nos dois casos, restringindo seu lugar social na cidade e na sociedade, como demonstram os depoimentos abaixo:

“A gente se achava desprestigiado em relação a eles [os moradores dos bairros]. Tem essa baixa estima em nosso inconsciente. (...) quando querem ofender uma pessoa chamam de favelado”.

“O policial parou o ônibus, tinha uma galera fazendo a maior bagunça, ele simplesmente passou por todas aquelas pessoas e foi lá atrás incomodar o cara que estava sentado lá dentro do ônibus: -‘Pô, você veio de onde? Tu desceu do morro?’”

“É a falta de respeito, é a falta de me ver como cidadão. É eu andar na Zona Sul e o PM me tratar de uma maneira até bem: ‘Bom dia, senhor! Como vai? Tudo bem?’ Sei lá. E na favela, à noite, me tratar como traficante. Como se eu fosse um outro”.

“Quando foi trabalhar no primeiro emprego, não foi [fulano]? Não mande da rua São Miguel, não mande da rua Junqueira [acessos ao Borel]”.

Esses constrangimentos, impostos e, muitas vezes, introjetados como naturais, levam a opções limitadas de lazer e circulação pela cidade. Além disso, incidem sobre a estrutura de oportunidades dos moradores de favelas, reduzindo ainda mais suas possibilidades de reverter a situação de vulnerabilidade social em que se encontram, como alerta Kaztman (2004).

“... um cara de 22 anos, uma menina de 21 ... não se achar capaz de colocar um currículo em qualquer outro lugar, mesmo que não tenha experiência, pra tentar em caixa de supermercado, pra tentar faxina...”

“[Não temos] acesso à educação, boas escolas, acesso a poder fazer coisas que gosta, viajar, praias. Por exemplo: quando eu tinha 18 anos, meus amigos iam para bailes, e eu ia também. Bailes funk. Aí teve um dia que teve um show na enseada

11. Já outros moradores não abrem mão de continuar usando os termos favela e favelado pelas referências identitárias vinculadas às lutas pelo direito à cidade que os mesmos contêm. Para a debate sobre o uso dessas categorias, ver Regina Novaes et al. (2004).

de Botafogo. É grátis, 0800, como a gente costuma falar. Tinha Jorge Benjor, Titãs, tinha Gabriel Pensador, enfim várias bandas ... Eu falei pra eles: - 'Vamos gente, vamos no show!' Eles: -'A gente não vai.' -'Por que não?' -'Porque vamos no baile funk.'-'Não é baile de briga?' -'É baile de briga, mas a gente vai.' -'E quanto que é?' -'7 reais.' - 'E vocês vão? ... Vamos no show, é de graça, tem um monte de gente. Conhecer um monte de gente diferente!' E eles: -'Não vamos lá não, porque é lugar de playboy.'

A polícia nas favelas

A espacialização do estigma revela-se em um conjunto de situações de descaso, conflitos e abusos cometidos por diversos agentes do Estado nas favelas. Os primeiros a serem citados são sempre os policiais, que atuam nas favelas de modo bastante diferente em comparação à sua ação no restante da cidade. Alguém que já tinha morado em um bairro e passou a residir em favela relatou sua experiência:

“É a abordagem do tratamento da polícia militar para a comunidade e para o asfalto. Eles não entram na casa, no apartamento. Não invadem... sem alvará (sic)”.

A dificuldade de resistir às arbitrariedades assim perpetradas também é, com frequência, sublinhada:

“Não é qualquer um que vai virar assim e dizer [para o policial]: -'você tem certeza que pode entrar em minha casa? Porque eu não sei disso, eu não tô devendo nada, não tenho nenhum envolvimento.'... O que aconteceu na minha casa, foi uma falta de respeito. É invasão de domicílio sim, mesmo sendo na comunidade.”

Ao enfatizar que entrar em uma casa na favela sem mandado de busca é invasão de domicílio mesmo sendo na “comunidade”, o depoimento acima é revelador do lugar a partir do qual fala o morador, mesmo quando afirma um direito. É como se as favelas fossem um “menos” no desenho geral da urbe. Se no “asfalto” esse direito está garantido, nas favelas tem que ser reivindicado, reafirmado, enfatizado – embora persista sendo desrespeitado – porque as favelas são representadas como o lado “obscuro e perigoso” dessa trama cidadina.

“[Os policiais] pegaram um cara atrás da minha casa e ... simplesmente invadiram a minha casa. Minha casa foi arrombada. (...) Simplesmente invadiram porque pegaram alguém atrás. ... devem ter pensado que todas as casas ali eram suspeitas, ali na área. Eles não respeitam não!”

“Por que a polícia não investe mais na questão da investigação? Tem que ter uma política de segurança, não é fazer política com a segurança. ... Os grandes líderes do tráfico ... foram presos não sei aonde e não teve nenhum tiro. Quando viu o cara estava de pijama, acordando.”

“-‘Tens um mandato de busca?’ Chegar na casa das pessoas com dez mandato de busca. Naquela comunidade, pegaram o cara. Não deram um tiro.”

“Agora, porque tão chegando nas comunidades e tão matando não sei quantos, não sei quantos? Por quê? Por quê? Isso aí atende a interesse de alguém que eu não sei quem, mas que atende... Quer prender? Investiga. Porque eles [a polícia] conseguem descobrir até a cor da calcinha que alguém tá usando quando querem.”

Ao que tudo indica, é uma idéia de contágio, de impureza (Douglas, 1976) em função da contigüidade espacial, da proximidade física dos moradores com agentes fora da lei, que aqui opera, permitindo à “cultura do medo”, seus agentes e artífices deslizarem para tipificar a situação vivida nas favelas como de “conivência” entre uns e outros e, assim, fornecendo-lhes uma justificação para o tratamento desrespeitoso e violento que impingem aos moradores de favelas.¹²

“Eles [os policiais] não acham que todos nós somos traficantes: eles acham que somos coniventes.”

“A questão da conivência é essa que estávamos falando ainda agora: a questão da proximidade.”

De um outro ângulo, a atuação das corporações policiais nas favelas, nos bairros pobres e periféricos, demonstra que ali se configura uma situ-

12. O julgamento de um policial acusado de comandar a chacina do Borel que vitimou quatro jovens moradores dessa favela é exemplar do ponto de vista destacado: grande parte da atuação do advogado de defesa resumiu-se a, dispensando-se de defender o acusado, apresentar o Morro do Borel como uma favela violenta. Destacando a relação de contigüidade, aproximava moralmente os moradores, inclusive os familiares das vítimas, das quadrilhas de traficantes de drogas.

ação de uma “cidade escassa” (Carvalho, 1995). Com frequência, é apenas no limite, quando a presença do Estado nos territórios favelados através de seus agentes resulta em violências tidas como intoleráveis, que os moradores explicitam sua revolta diante do tratamento recebido, da ausência de direitos, mas também de um mínimo de alteridade que os reconheça e respeite como pessoas. É por essa configuração que, em seus discursos, esses agentes aparecem como os principais responsáveis pela situação de violência experimentada nas favelas.

“[A polícia] não conhece ninguém, não quer saber em que casa ele vai entrar. Não quer saber de nada, porque ele não tem vínculo com ninguém. ... Atira pra qualquer lado, não quer saber. Eu tenho experiência própria ... Meu filho não morreu por Deus! Eles entraram, um rapaz desceu correndo ... O beco onde eu moro é fininho, estreitinho, tem uma saída pequenininha. Eles entraram da ponta do beco, atirando. A bala passou a um palmo da cabeça do meu filho. Meu filho tinha dois anos na época. Eu, na hora, eu não sei nem o que eu pensei. Só escutei o barulho e gritei. Porque a polícia não quer saber em quem ele vai atirar, se ele vai atingir o bandido, se ele vai atingir trabalhador ... Não quer saber, tá atirando.”

“Quando mataram aquela menina do metrô ...teve aquela publicidade: a Gabriela. Não discuto isso, mas quando se mata na favela assim, o Silva, o Souza: -‘meu filho, você tá fadado a morrer mesmo aqui. Você pode morrer que não tem problema. Foi condenado já.’ Então, o que acontece? Hoje a polícia chega com aqueles ‘caveirões’, que parece que ... é pra mídia, pra dizer que tá trabalhando entendeu? ...se de fato quisesse trabalhar, a linha de investigação é melhor. Você pega vagabundo dormindo e não é difícil não.”

“[A polícia] prefere dentro da comunidade classificar todo mundo como traficante do que chegar aqui, não... esse cara sabe da lei, artigo tal, tal...”

Subindo um tom, os moradores de favelas falam de seu isolamento na cidade uma vez que o desrespeito a seus direitos humanos, civis, não é tematizado como uma questão pública, um problema da cidade. O depoimento de uma moradora de favela perto do Borel, embora longo, é ilustrativo a respeito:

“Desde pequena eu ouvia que o Borel ia invadir ... Ai, foi aquele estouro. ... Muito tiro, assim tenebrosos, eu nunca vi coisa igual ...-É o Borel, é o Borel!” ... Eles quebrando vidros de carros, arrombando portas, tudo a gente ouvindo. ... eles

se comunicando, mandando uns se identificarem, como eles não se conheciam: - 'se identifica! se identifica!' ... A gente ouvindo eles arrombando ... Chegaram na minha casa... Mandaram abrir. ... a gente com medo. - 'se não abrir, vou jogar uma bomba! 'Aí, meu pai foi lá, abriu. Porque mesmo depois que já tinham tomado a favela, eles estavam procurando algum bandido ... alguma coisa... Só que, na nossa cabeça ... pra matar a gente, né? Eles estavam fardados. Não estavam ... com roupa normal não. Estavam com roupa de exército, de bota. ... Aí, eles entraram, olharam tudo e foram embora. Quando eles foram embora, foi uma paz, assim, entendeu? Eles entraram assim de um jeito... Depois eu soube de um episódio. ... Eles entraram na casa de uma moça da igreja, que os filhos foram criados na igreja, mas depois seguiram outros caminhos. Tinham dois que não eram bandidos, mas que eram envolvidos. ... Pegaram os filhos dela, aí mataram. ... No dia seguinte, foi a pior situação. Foi o pior dia, ninguém foi trabalhar, ninguém foi estudar. Nessa época, foi um período de grande denúncia da televisão em relação à violência no Rio de Janeiro. Mas a minha maior indagação foi que esse episódio, que foi uma coisa assim ... explosiva pra gente, não teve uma repercussão que tem nesses episódios quando envolve a classe média, quando envolve o asfalto. Eu achei que ia explodir nos jornais. ... o nosso sofrimento, isso não foi. Isso não apareceu no jornal. Isso pra mim foi assim impactante..."

Falar da polícia, deste ponto de vista, é com frequência um monólogo – se o discurso se dirigir para fora das favelas. Ou uma fala para os iguais que compartilham a mesma situação existencial (os moradores de favelas). Esta fala, sem possibilidades de tradução institucional, sem repercussão pública, sem operadores alternativos no campo da justiça, usualmente só tem como escoadouros possíveis a revolta e o quebra-quebra, particularmente quando a violência policial chega a seu limite, o direito à vida, resultando em mortes de moradores.¹³ As alternativas para converter tais monólogos em diálogos parecem depender basicamente de alguém para ouvir e traduzir a indignação (moral, política) e a revolta em uma linguagem de direitos: lugar usualmente ocupado pelas organizações de direitos humanos e comissões legislativas de defesa destes direitos.

"Imagina a gente, lá no alto do morro, denunciando a PM que sabe onde você mora (...) Eles vão lá e te matam. Mata você e sua família toda. (...) Olha eu acho que existem

13. Ver sobre o tema o atualíssimo livro de Barrington Moore Jr (1987) e Leite (2004).

outros tipos de violência, também, [mas] essa violência é a que sobressai.”

“O fato de ser comunidade, baixa renda, ou melhor, favela. Entram de forma violenta, sempre entraram, entraram com violência sempre. ... Ouço os meninos que estão desempregados, que ficam perambulando pelos becos. Eles [os policiais] dizem: - ‘estão vadiando’ ... Dão uns tapas em todo mundo.”

“A polícia tem um certo preconceito com as pessoas da favela. Até porque eles sabem que a maioria das pessoas, infelizmente, ... são leigos. Não tem de fato um esclarecimento de quais são os direitos dela, de quais os direitos da PM, da civil... Então eles [os policiais] já se prevalecem disso.”

O descaso dos policiais em relação ao perigo que suas incursões representam para a população civil da favela em função das características espaciais do lugar e a inutilidade e ineficiência de grande parte de suas ações no combate à violência aparecem em algumas falas:

“[A senha mais importante de precaução na favela é:] – ‘cuidado que tem polícia no morro!’”

“Quando a polícia chega ... você fica intranquilo porque já sabe que pode acontecer milhares de coisas.”

“A polícia meteu metralhadora num beco de 3 metros sem olhar. Num tiro de avanço - e quem serviu quartel sabe o que significa isso. ... Poxa, partindo de 30 cm, um tiro de avanço numa metralhadora 9 mm, quem ficar no beco vai morrer. Então às 4 horas e 45... hora de colégio...”

Por outro lado, os moradores têm bastante clareza a respeito das íntimas relações entre o tráfico e a polícia. A “polícia bandida” aparece em vários momentos dos relatos.

“A mineirada é trabalho que eles fazem não oficial. Junta um grupo de policiais bandidos... oito, cinco, e vai assaltar boca de fumo. Toma desse cara e vende para o outro cara ali na frente.”

“Os policiais seqüestram o traficante e daí pedem resgate.”

“É uma situação cômica: você tem posto policial, tem PM aqui e os caras estão na próxima esquina, vendendo drogas ali.”

“Quando houve a tentativa de invasão, quem entrou na frente foi a polícia. Então comentaram: - ‘foi a polícia!’ (...) Ai, você não sabe se entrou junto com a polícia, ou se entrou minutos depois, então fica uma coisa...”

“A polícia bandida...são bandidos também. Eles vêm na frente (...) eles saem e o pessoal [novo bando de traficantes] e aí fica. Cada um defende o território até ver quem vai ficar. (...) Quem entra ali [na polícia] é corrompido, é um mar de lama ...”

Todo este contexto, entretanto, remete os moradores de favelas à problemática elaborada no interior da “cultura do medo”: criticam a polícia, denunciam a violência do Estado. Isso significa que entre este pólo e o dos traficantes de drogas escolhem o segundo? Tantas vezes e de formas tão variadas confrontados com essa (falsa) opção entre a polícia e o tráfico pelas perguntas dos “de fora” das favelas, os moradores que ouvimos se sentiam compelidos a nos dar uma resposta:

“A comunidade, ela não vê o policial: o Ari, o José ou o Luiz. Ela vê a corporação, a aversão existe na comunidade, aversão ao policial.”

Sendo possível escapar dessa dicotomia, entretanto, são profusos e densos os relatos dos favelados sobre as muitas modalidades de violência a que eles estão submetidos em seus locais de moradia, como no caso da moradora que vivenciou a invasão de sua favela por facção distinta daquela que dominava o local até então:

“Eu queria interferir nessa coisa que está no nosso imaginário, que realmente a polícia é pior que bandido. Desde que eu era pequena, quando eu via o camburão subindo, me dava um medo, só lembrava do conselho de meu pai: ‘Quando ver a polícia, não sai correndo! Vai devagar pra casa!’ A minha vontade era sair correndo e me enfiar em casa. ... eu tinha esse pavor da polícia. ... Vou contar uma situação diferente. ... no nosso imaginário ... os meninos do tráfico são os nossos guardiões, a gente tem isso na idéia ... Eles falam muito isso ... Eles botam na cabeça que a polícia vai subir e matar todo mundo, não quer saber de ninguém. ... No caso da invasão, os meninos da favela foram embora. ... Naquela ocasião quem garantiu a nossa segurança foi a polícia sim! Porque eu lembro que muitas pessoas desceram, foram embora pra casa de algum parente e resolveram retornar caso a polícia estivesse lá. Nesse momento, a polícia foi sim segurança ... Minha família foi pra casa de minha tia ... porque a gente estava com medo dos bandidos voltarem. E a gente só voltou quando a polícia estabeleceu um ponto lá. Isso eu quero frisar, que é pra não deixar que a polícia é bandido...”

Mesmo apresentando o caso como excepcional nas relações cotidianas dos moradores de favelas com a polícia, esse relato empreende uma relativização das mesmas diante de um evento em que a polícia ofereceu segurança para os moradores de favelas. Também é reveladora a elaboração do distanciamento do grupo de tráfico em relação aos moradores de favelas, denotando uma crítica ao senso comum (traficantes como “crias da comunidade”, “guardiões dos moradores”, “defensores da comunidade”) acionado nesses casos.

Isolamento, violência moral e eliminação física: a criminalidade violenta nas favelas

Se ao falarem dos policiais, os moradores de favelas, quase sempre e mais ou menos claramente, aludem ao campo dos direitos humanos que os preservariam de maus-tratos e abusos desses agentes e deveriam ser garantidos pelo próprio Estado, dos traficantes nada esperam.

“O tráfico é violento. Mas por que a gente sempre fala da PM? Porque o traficante, a gente sabe, é o bandido, está à margem da lei. A gente pode esperar o que dele? Só isso mesmo.”

Assim como a desigualdade social fomenta sentimentos de injustiça que podem favorecer e legitimar a opção pelo crime, também ela orienta a forma de representação e formulação da violência tal como a mídia a veicula. Como ressalta Benevides, “a violência que mantém agentes e vítimas restritos às camadas mais desfavorecidas da população não desperta interesse” (1982: 97). A violência só interessa quando ela sai das áreas carentes e ameaça chegar nos ambientes urbanos mais favorecidos.¹⁴

A vigência de um Estado de direito, na qualidade de poder legítimo

14. Numa rebelião ocorrida em presídio carioca onde aconteceram oito mortes, em agosto de 2004, a governadora do estado, Rosinha Garotinho, desincumbindo-se de fornecer explicações sobre a morte de pessoas sob a guarda do Estado, disse na TV que o ocorrido não tinha sido uma rebelião, uma vez que se tratou apenas de mortes ocasionadas em função de “ajuste de contas entre os presos”.

que monopoliza a violência, é a condição que possibilita aos agentes o desenvolvimento de uma psicogênese em que o autocontrole delega a resolução de um contencioso mais violento para instâncias vistas e respeitadas como legítimas (Elias, 1990; 1993).

A presença deste Estado de direito favorece a diminuição das incertezas nas interações entre os agentes, ao mesmo tempo em que propicia o aumento de expectativas em torno das respostas adequadas ao cálculo elaborado por meio da pré-visão do comportamento alheio. Certamente, isso só ocorre quando há regularidades e previsibilidades inscritas no tempo e no espaço que garantem a manutenção de uma certa estrutura de interações. Nos espaços sociais marcados pela precariedade das condições de vida a ausência ou limitada vigência de um Estado de direito, ou de qualquer outra instância que assuma essa condição, torna tais regularidades ou rotinas muito mais voláteis e incertas.

De forma mais intuitiva ou mais elaborada, essa dimensão também está presente na percepção e no discurso dos moradores de favelas. O abandono e o descaso do setor público em relação às favelas são lembrados como fatores que favorecem a existência de grupos que controlam o tráfico e que, desta forma, favorecem e mesmo estimulam uma escalada de violência na cidade.

“A questão é a violência, é o tiro. Porque se não der tiro, não assustar todo mundo ... não tem problema nenhum. ...A questão é armamento, não é venda de drogas não porque tão pouco se lixando se o seu filho fuma. ...O tráfico é de interesse de alguém. A gente tem que ir mais fundo, quando a gente começar a discutir essas questões. O nosso povo com fome, dependendo de cesta básica, é de interesse de alguém. Desacreditar as associações também é de interesse de alguém. Entendeu?”

Entretanto, em contraste com seu discurso quanto à polícia, os moradores de favelas parecem operar com uma certa ambigüidade ao falarem dos traficantes. O que se revela, em um primeiro momento, na qualificação de muitos deles como “crias da comunidade”. Condição que, por um lado, tornaria extremamente complicado, do ponto de vista dos moradores de favela, uma ruptura total com os traficantes.

“A gente pega fotos e aí a gente vê aquelas crianças lá nos meus aniversários. Em festas... aí você vê aqueles rostinhos que agora está lá... o que a gente vai fazer? A gente vai simplesmente virar a cara? A gente não vira. Porque foram criados juntos, cresceram juntos... é família que mora há muitos anos... e favela. Comunidade é isso. São famílias que geralmente são crias. A gente diz ‘cria’... Nasceu ali, então fica difícil.”

“Antes de ser bandido, ele é morador. Antes de ser traficante de drogas, jogou bola comigo. Jogou bola comigo... virou bandido. Estudou com ela... virou bandido. ... Se o cara foi, chegou desarmado, sem nada e quer tomar uma cerveja, você vai conversar com ele. Agora, você não vai ficar participando do que ele participa, você não vai cheirar, fumar, assaltar com ele...”

Por outro lado, apesar do reconhecimento da brutalidade da dominação dos traficantes sobre as favelas e seus moradores, a condição de morador “da comunidade” compartilhada no passado é aventada como um fator que poderia facilitar eventuais contatos e conversas (“desenrolos”) dos moradores e os traficantes.¹⁵ Esses contatos, via de regra, não expressam uma “negociação” entre ambas as partes que se dê livremente e com base em valores e normas comuns. “Desenrolar”, neste contexto, face à disparidade de forças envolvidas, significa acionar um recurso argumentativo através do qual tentam evitar que o exercício puro e simples da violência se abata sobre si mesmos, seus familiares e/ou amigos. As duas razões se alimentam mutuamente nas estratégias desenvolvidas pelos favelados em seus territórios.

“Conversas com o tráfico” também são empreendidas por dirigentes das associações de moradores das favelas. Para relatá-las, outro registro é acionado: afinal são contatos institucionais: conversam não como pessoas, mas na qualidade de presidentes das associações de moradores e em benefício de suas “comunidades”. Isso parece fazer uma grande diferença, pois assim, separando pessoa e representação, não se “contaminariam” com esses contatos com integrantes dos grupos de tráfico que,

15. Como nos alertam Silva e Rivero, as “representações, enquadradas nos encontros de força, produzem e reproduzem ações e expectativas de ajustamento (termo que deve ser entendido como coordenação prático-instrumental das ações, sem relação necessária com acordos morais ou reciprocidade) entre os atores, que acabam por se rotinizar, tornando “vivível” e cognitivamente “mapeável” um contexto marcado pela coexistência em paralelo entre duas ordens sociais e, portanto, duas formas de sociabilidade (Machado da Silva, 2004) incompatíveis entre si” (2005:1)

em suma, parecem ser compreendidos no mesmo registro com que apreendem e classificam os contatos com a polícia: inevitáveis, necessários e instrumentais. Como nos disse um presidente de uma associação de moradores:

“Eu vou ao ‘café da manhã’¹⁶ com o comandante do batalhão [de polícia militar responsável pelo policiamento da área] porque assim eu tenho o telefone dele. Eu posso falar com ele e tentar controlar a barbárie na minha comunidade.”

Em ambos os casos, para moradores e/ou lideranças, a contrapartida deste contato é um reforço da criminalização que cada um e todos experimentam. A despeito disso, essa “conversa” persiste sendo apresentada como necessária para quem vive nas favelas cariocas, como um dos possíveis anteparos ao despotismo dos integrantes das quadrilhas de tráfico de drogas:¹⁷

“E tem pessoa que é mais receptível. O bandido também é assim. Ele é uma pessoa. Você gosta de uma pessoa chata pra cacete? Uma pessoa que não vale nada? O bandido também é assim. Pô, com o cara posso conversar: - ‘pô, fulano, o que é isso? Vamos bater um papo!’. Você consegue alguma coisa...”

“Os caras estão fortemente armados. A gente tem palavras. Todo mundo aqui, de uma certa forma é um ativista, uma liderança local. Só que tem o seguinte. Você tem o discurso, o cara tem uma AR-15, entendeu? E como vai fazer, no final de contas? Por mais que o cara te respeite e tal, mas você fala, é isso e acabou.”

“A mão dele é mais forte que a minha, porque se eu encostar nele, eu dou um tapa legal nele. Mas se ele vier a dez metros de distância de mim, ele dá um tiro na minha testa! Ele me expulsa da minha casa, entendeu? E ainda apanha, se duvidar ainda apanha...”

16 Política inaugurada no Rio Janeiro pelo governo Garotinho (1998-2002) como parte das ações preventivas de segurança pública.

17 Outros possíveis anteparos foram citados, entre eles, o “respeito” conquistado na “comunidade” e a pertença religiosa, especialmente a evangélica. Como se verá adiante, foram grandes as divergências sobre sua eficácia atual. As razões apontadas vão da diferenciação dos casos que envolvem traficantes “de dentro”/“crias” e “de fora da comunidade” à sua pouca idade/maturidade atual. Alguns depoimentos, porém, apontaram para uma modalidade de crime/violência diferente nos dias que correm, quase sempre designando-a como “crueldade” ou classificando seu autor como “bicho louco”, i.é, sem regras, sem sentimentos, sem respeito aos outros. A hipótese levantada por Silva (2004) quanto ao crime violento expressar uma nova modalidade de sociabilidade, a “sociabilidade violenta”, parece interessante para explorar esse campo. Cfr. também Silva e Rivero (2005).

É interessante ressaltar, porém, que de maneira geral os que sustentam este ponto de vista com frequência tendem a se apoiar em uma percepção de claras fronteiras entre a população favelada e a criminalidade violenta nestes locais. Percepção que, em contrapartida, supõe e sustenta uma modalidade de presença da criminalidade violenta nas favelas em que o despotismo de seu poder – descrito com ênfase e detalhes por diversos outros moradores – não é tão fortemente tematizado.

“Na Rocinha, alguém foi baleado, morreu trabalhador não sei aonde, isso é acidente de percurso porque os caras estão entrando pra tomar de assalto uma boca ali, eles não querem matar trabalhadores, na verdade eles não querem fazer isso. Mas quem tiver na frente naquele momento ali vão passando por cima.”

“E o bandido por sua vez, não [atira indiscriminadamente]. Ele vai naquilo que ele quer. Entendeu? Ele tem a proposta dele, ele não sai matando o morador. Porque ele só mata aquele que se envolve com ele.”

Já outros moradores relatam com minúcias e emoção a sujeição que sofrem nas mãos dos integrantes dos grupos de tráfico. Os exemplos são variados e compreendem um repertório de proibições: usar as cores identificadas às facções “inimigas” (vermelho nas favelas subjugadas a grupos do Terceiro Comando e branco nas favelas dominadas por grupos do Comando Vermelho); falar o número três (alusivo ao Terceiro Comando) nestas últimas; circular para visitar amigos, namorados, familiares em favelas dominadas por facções distintas daquelas em que se reside; assédio e abuso sexual, além de muitas outras.¹⁸ A carga emocional dos depoimentos, entretanto, concentra-se nos relatos das muitas violências e humilhações (“esculacho”) observadas, sentidas, vivenciadas pelos moradores de favelas pela mera contigüidade espacial com os grupos de tráfico. Outras experiências, vividas diretamente ou através da observação do outro, próximo ou distante, mas morador de favela como ele, nos falam da

18. Ainda que, como veremos adiante, alguns relatos indiquem que tais proibições, que muitas vezes correm de boca em boca como verdades inquestionáveis, eventualmente sejam boatos, frutos de brincadeiras (“zoação”) ou medo (a “neurose” ou “nóia”). Uma interpretação possível é que são produtos da “cultura do medo” e da forma específica de sua incidência sobre os moradores das favelas cariocas.

expulsão de suas casas, de espancamentos, de assassinatos, de submissão econômica etc. Quase todos os depoimentos referem-se e denunciam um poder ao qual dificilmente podem resistir, que violenta os indivíduos e lhes produz intenso mal-estar, constrangendo-os, ao mesmo tempo, a permanecerem prudentemente inertes e reconhecerem sua impotência diante da criminalidade violenta.

“O sujeito com um fuzil na porta da tua casa, por exemplo, você não pode falar nada. Um baseado, você não pode falar nada.”

“Lá ninguém pode usar vermelho. (...) Eu vi: ele fez a menina tirar a blusa ... ficou de sutiã.”

“O 3 se transformou em 2 + 1 ou 1 + 2. Lá, na comunidade da Formiga, o rapaz tava falando isso.... Porque 3 significa Terceiro Comando. Eles são do Comando Vermelho, agora. Eram do Terceiro. É a repressão. ...É o regime talibã que falei. É horrível!”

“É um desespero, porque a gente fica numa tensão muito grande. Eu sou agente de saúde e eu vejo: em determinadas épocas, a pressão das pessoas mais idosas sobe muito. Tem gente que dá até AVC. Medo, tensão, faz isso...”

“Eles pensam que talvez são semi-deuses. Então nada pode estar além do poder deles... Por exemplo: pegaram outro pessoal que vendia gás: -‘agora vai vender só esse gás aqui e só pra mim!’ Querem o comércio tudo para eles mesmos.”

“Não foi uma vez só não, eu já vi vagabundo ... correndo da polícia, botava a pistola em direção à creche ou pra polícia e atirava sem olhar pra quem tava atirando.”

“A gente vive no cotidiano de violência, violência física, violência moral, violência em todos os sentidos. ... Eu assumi a guarda das minhas sobrinhas bonitinhas, botando peitinhos e chamando a atenção dos ‘papa-anjo’. Dentro da minha casa muitas vezes tive que enfrentar bandidos ... cinco, sete, até doze, com fuzil na mão ... -‘o fulano está chamando ali!’ Eu tinha que sair pra falar: - ‘O fulano manda na casa dele, na minha casa mando eu, aqui não é açougue, não tem carne barata pra ninguém’ ... Eu me colocava no risco ... muitas vezes a gente tem que ter voz ativa por mais que a situação seja de perigo, você também não pode simplesmente cruzar os braços e deixar que um malandro entre na sua casa e leve a sua filha! Tem muitos pais que fazem isso ... vivem acuados pelo próprio medo... De seis meninas, eu consegui salvar quatro, duas infelizmente acabaram realmente cedendo, foram porque quiseram, não por cisma de bandido, porque enquanto eu pude lutar, eu lutei...”

Com freqüência, os moradores de favelas introduzem marcadores temporais nesta história. Antigamente, dizem, a modalidade de operação de tráfico nos morros e favelas cariocas, regulados pelo “respeito” ou atra-

vés da imposição de normas claras e coletivamente seguidas envolveria menos violência (ou modalidades diversas de violência). As mudanças são representadas por alterações processadas local e globalmente.

“Antes cada comunidade, tinha o seu pessoal e nem sempre conhecia o morro em frente. ... essa relação era menos violenta. Nunca deixou de ser violenta, mas era menos violenta. Porque, na verdade ali também era uma família... um ou dois irmãos que tinha essa relação entre famílias. Ele respeitava teu pai, mas era um bandido local. Então ele respeitava: -'eu sou o bandido, mas, pô, conheço o pai dele.' Tinha uma relação de amizade pela família: -'eu tô aqui porque não tive oportunidade na vida... virei bandido. Vou ficar com o dinheiro daqui, mas, seu Joaquim, o cara não tá legal, dá um papo... senão, vamos tomar umas providências'. E aí as coisas se davam dessa forma.”

“De repente o cara por te conhecer, pode dizer assim: -'pô, rapá, não sei quê...' Dá um cascudo, deixa passar... Mas o outro cara lá diz que acha que aquilo não tem nada a ver: - 'passa o cara, já era...'”

“O bandido local hoje [de uns 10 anos pra cá], pelo menos em outras comunidades que conheço e visito, é bandido de fora...”

“O pessoal da antiga, que tinha respeito. ... A maioria foi preso ou morreu ... E essa garotada que está assumindo ... eles não são cria daquela comunidade. ...a maioria sai daqui pra tomar conta de outro morro. É a globalização. E no outro morro eles não conhecem ninguém, dane-se! E o daquele morro, vem pra cá, justamente pra não ter elo nenhum, pra não ter pena, nem piedade! “

Quase todos os relatos que recolhemos mencionam a “ausência de respeito” dos traficantes em relação ao conjunto dos moradores de favelas. Muitos enfatizam esse desrespeito, contando casos do tratamento imposto aos mais velhos, às mulheres e, especialmente, aos trabalhadores.

“Antigamente ... conheciam o nome de todos [os moradores da favela]. Essa garotada não quer saber se não for mais acima que ele ou do Bam bam bam ... 'entra' você e o fulano. Se você põe uma cerquinha mandam tirar, porque eles querem pular lá no dia em que fogem da polícia, na tua casa ou quando derrubam. ... Duvido que antigamente um senhor de idade ou uma menina descia nu pela favela.”

“Chega até ser humilhante pro trabalhador!”

“É cabecinha baixa, sim senhor, o cara mais novo do que ele.”

“É humilhante, um menino de quatorze anos dominar um cara de sessenta e cinco, gente, um homem que sempre trabalhou, trabalhou, trabalhou, isso é humilhante.”

“Pro homem chegar e se colocar na situação é complicado.”

“A pessoa fica muito humilhada. Eles preferem não ir, quem vai? A mãe ou a irmã mais velha.”

Nestas circunstâncias, a ação coletiva encontra cada vez mais limites nos morros e favelas cariocas, ao mesmo tempo em que as organizações de base perdem seu poder e sua representatividade entre os moradores desses territórios. Restringe-se, ou mesmo elimina-se, a possibilidade de fazerem valer os interesses e demandas sociais das favelas frente ao Estado, uma vez que toda a vida comunitária, inclusive as associações de moradores, encontram-se quase sempre sujeitas aos desígnios e à lógica do tráfico.¹⁹

“Se a comunidade fizer uma manifestação reivindicando que acabou a água, não tem água, luz... Se ela resolver fazer essa manifestação, o que acontece? O traficante em muitos dos casos fala: -'ó, não vai... porque a polícia vai achar que é uma manifestação nossa em relação a alguma coisa. Pra trazer a polícia pra dentro da comunidade.’ ... Você já está sendo violentado pelos seus direitos e você acaba também sendo violentado se [por ser obrigado a, quando por exemplo foi preso um traficante,] fazer uma manifestação. Você também sofre esse dois tipos de violência. Você fica extremamente impotente.”

“Quem tá de frente na associação de moradores tá com um pepino do tamanho de um bonde na mão.”

“Fica sempre pisando em campo minado, tem que saber pisar.”

“As ongs sofrem pressão [o traficante] mandando recado...”

Risco e segurança nas favelas

Como se pode perceber, o conjunto dos depoimentos dos moradores

19. De acordo com os dados de pesquisa realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, divulgados pelo deputado Carlos Minc em diversos pronunciamentos públicos, no período compreendido entre 1992 e 2001, mais de 800 líderes comunitários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram assassinados, expulsos ou cooptados por traficantes. Destes, metade estaria associada ou submetida às quadrilhas de narcotraficantes sediadas nos territórios favelados; 300 teriam sido expulsos de seus locais de moradia e, pelo menos, 100 teriam sido mortos por traficantes. CF. O Globo, 20/06/2002. Esses dados têm sido usados pela mídia sobretudo como argumento relativo à tese da convivência da população favelada com a criminalidade violenta. Assim, no mínimo se desconhece a dimensão de resistência/confrontação que o número das expulsões e mortes indica. Ver, para esse aspecto, Leite (2005a ; 2005b).

de favelas revela a tematização da contigüidade com as quadrilhas de traficantes de drogas em seus locais de moradia como um dos elementos que produz insegurança e violência em seu cotidiano, subvertendo suas rotinas e inibindo a articulação de ações coletivas para enfrentá-la.²⁰ A isso se somam os estigmas e preconceitos derivados da criminalização que sofrem e, por seu turno, dificultam o recurso a soluções institucionais, externas às favelas, contra o crime violento e, mesmo, individuais para “melhorar de vida” e escapar à situação.

Neste contexto, o esforço da alteridade que apresentam em suas narrativas é muito superior àquele solicitado aos habitantes de outras regiões da cidade. Se o passado comum e a contigüidade no território aproximam os moradores de favela dos integrantes dos bandos armados, muito os separa. Não é de hoje que os moradores de favelas empreendem um enorme esforço de discriminar-se, discriminando favelados e “vagabundos”, “trabalhadores” e “bandidos”,²¹ como demonstrou Alba Zaluar (1985) antes ainda das mudanças experimentadas pelo tráfico de drogas na década de 80. O esforço de “limpeza moral” dos favelados aprofundou-se nos dias que correm face às dinâmicas de violência que analisamos. Essas tentativas, porém, esbarram na tradução operada pela “cultura do medo”, seguindo a lógica do “contágio”/“impureza”, de “convivência” em “convivência”. A contigüidade entre os grupos é, ainda, potencializada pela noção de “comunidade”, peçacheve no discurso rotineiro dos moradores de favelas enquanto alusão a uma convivialidade pacífica, mas que, contraditoriamente, ao nela incluir os integrantes dos grupos de tráfico,²² faz deslizar as relações do/no território para o terreno moral. Assim, repõe o problema que quer evitar, gerando mais ambigüidade, como indicamos acima.

Parte dessa ambigüidade resulta de uma certa “moralização” da criminalidade violenta, quando representada como “crias”, “guardiões” ou “meninos”, que parece ser provocada pela necessidade dos moradores de

20. Cf. Silva e Rivero (2005); Peralva (2000); Fridman, Leite e Oliveira (2005).

21. Notar que essas categorias são nativas, como se pode perceber nos depoimentos citados.

22. Sobre o ponto destacado, cfr. Novaes (2000).

favelas organizarem seu cotidiano em condições de moralidade e, assim, de previsibilidade.²³ O recurso ao passado, recriando de forma idealizada a “comunidade” e nela incorporando a criminalidade violenta, constitui uma tentativa de controlar os riscos do presente. Aferrando-se a ao tempo em que as normas impostas pelos traficantes e coletivamente obedecidas pelos moradores garantiam minimamente a coexistência no território e nele definiam uma clara linha demarcatória entre “trabalhadores” e “bandidos”, procuram restabelecer a fronteira moral que expressava a contigüidade e fundamentava o “respeito”. Nesta interpretação, os moradores de favelas buscam em seus discursos e práticas referências mínimas de continuidade de pessoas e coisas para suportar o insuportável. Fazem uso das mais diversas narrativas, assim como desenvolvem diferentes estratégias buscando abrigo e apoio em suas famílias, amigos e grupos religiosos, para constituir esboços do que Giddens (1991) designou como “segurança ontológica”²⁴ e enfrentar a violência e a insegurança presentes quotidianamente em seus lugares de moradia.

Em seus depoimentos também falam para nós, pesquisadores, e através de nós, genericamente para a “cidade”, sobre o que compreendem como uma outra e fundamental forma de violência: o isolamento (moral, político, cognitivo) a que são condenados pela “cultura do medo”.

“Todos nós que vivemos essas experiências, só tem uma palavra pra falar, nós somos heróis da resistência! ... Nós somos realmente heróis da resistência e as pessoas que não vivem essa realidade ... poderiam passar pelo menos 24 horas lá dentro da comunidade, para que elas passassem a nos respeitar um pouquinho mais ... a nos entender mais e que parasse com esse preconceito, porque o preconceito dói muito...”

De suas falas, muitas vezes indignadas, emerge um sofrimento que é também moral e se vincula à percepção da injustiça do que percebem como

23. Ver, a respeito: Silva e Rivero (2005); Fridman, Leite e Oliveira (2005).

24. Giddens compreende a segurança ontológica como um fenômeno emocional, e não cognitivo, que “se refere à crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes”. (1991: 95 e ss.)

um confinamento que sob todos os aspectos priva-os do acesso à cidade e de sua impotência em revertê-lo. Em seus depoimentos, sob formas diversas - na linguagem da (ausência de) cidadania, no registro da denúncia do estigma, ou ainda, nas tentativas de encontrar uma ordem no caos, moralizando a criminalidade violenta – os moradores de favelas nos falam da “indiferença” com que seus dramas e seus destinos são percebidos pelo restante da cidade. Quase uma “morte cívica” que “justifica” e/ou permite outras “matanças” perpetradas pelos diversos bandos armados em seus territórios de moradia.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Luciana T. de *et al.* Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles, trabalho apresentado na 28ª ANPOCS, ST Metrôpoles: segmentação, sociabilidade e cidadania, 2004, mimeo.
- BIRMAN, Patrícia e LEITE, Márcia Pereira. Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: EdUFRGS/Pronex-MCT/CNPq, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. SP: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CANO, Ignacio. Execuções sumárias no Brasil: o uso da força pelos agentes do Estado, *in* JUSTIÇA GLOBAL. Execuções sumárias no Brasil: 1997-2003. RJ: Centro de Justiça Global/Núcleo de Estudos Negros, 2003.
- _____. Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro. RJ: ISER, 1997.
- CARVALHO, Maria Alice R. Cidade escassa e violência urbana, *in* Violência e participação política no Rio de Janeiro, Série Estudos. RJ: IUPERJ, 1995.
- DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. SP: Perspectiva, 1976.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Volume I, Uma história dos costumes. RJ: Jorge Zahar, 1990.
- _____. O processo civilizador. Volume II, Formação do Estado e civilização. RJ: Jorge Zahar, 1993.
- _____. e SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders. RJ: Jorge Zahar, 2000.
- FERREIRA, M. Inês Caetano. Trajetórias urbanas de moradores de favelas do sofisticado distrito da Vila Andrade: os processos de disputa pelos bens urbanos numa realidade de segregação sócio-espacial, trabalho apresentado na 28ª ANPOCS, ST Metrôpoles: segmentação, sociabilidade e cidadania, 2004, mimeo.
- FRIDMAN, Luis Carlos. Globalização e refúgio humano, Revista Lua Nova, nº 46, SP, 1999.
- _____. e SILVA, L. A. M. Licença para matar nas favelas, jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, edição de 05.04.2004.
- _____. LEITE, Márcia P. e OLIVEIRA, Pedro Paulo. Sussurro que se torna voz: moradores de favelas falam sobre violência, justiça e ação coletiva, trabalho apresentado na 29ª ANPOCS, GT Cidades: sociabilidades, cultura, participação e gestão, 2005, mimeo.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. 3ª ed., SP: EdUnesp, 1991.
- JUSTIÇA GLOBAL. Violência policial e insegurança pública: Relatório Rio. RJ: Centro de Justiça Global, RJ, 2004.
- KAZTMAN, R. Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Disponível em <http://www.ippur.ufrrj/observatorio>. Acesso em setembro de 2004.
- LAGO, Luciana Corrêa do. Avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana em São Paulo e no Rio de Janeiro, disponível em www.observatorio.tk, acesso em junho de 2005.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. SP: Moraes, 1991.
- LEITE, Márcia Pereira. As mães em movimento, *in* BIRMAN, Patrícia e LEITE, Márcia Pereira. Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Ed.UFRGS/Pronex-MCT/CNPq, 2004.
- _____. Miedo y representación comunitaria en las favelas de Río de Janeiro: los invisibles exilados de la violencia, *in* REGUILO, Rossana e GODOY, Marcial (ed.). Ciudades Translocales: espacios, flujos representación. Perspectivas desde las Américas. New York: Social Science Research Council, Guadalajara: Editorial ITESO, 2005 (a).
- _____. Novas relações entre identidade religiosa e participação política no Rio de Janeiro hoje: o caso do Movimento Popular de Favelas, *in* BIRMAN, Patrícia (org.) Religião e Espaço Público. SP: Attar Editorial/Pronex-MCT/CNPq, 2003.

..... Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca. Tese de doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2001, mimeo.

..... Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro, in CARVALHO, Fernanda Lopes (coord.). Relatório do Observatório da Cidadania. RJ: IBASE, 2005 (b).

MATTOS, Carla. Cultura de massa e neurose na terra do samba: um estudo sobre os processos de identificação em contextos de produção e recepção culturais, PPCIS/UERJ, 2005, mimeo.

MELLO, Marco Antônio. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro, in ESTERCI, N., FRY, P. e GOLDEMBERG, M. (org.). Fazendo Antropologia no Brasil. RJ: DP&A Editora, 2001.

MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos: acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IUPERJ, 1999, mimeo.

MOORE Jr, Barrington. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. SP: Brasiliense, 1987.

NOVAES, Regina Reyes. Com a palavra os moradores. Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca. RJ: Agenda Social/IBASE, 2000.

..... CUNHA, M. e VIDAL, C. (org.) A memória das favelas. Comunicações do ISER, vol. 59, RJ: ISER, 2004.

PERALVA, Angelina. Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro. RJ: Paz e Terra, 2000.

RAMOS, Sílvia e LEMGRUBER, Julita. Criminalidade e respostas brasileiras à violência, in OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA. Medos e Privações. Obstáculos à segurança Humana. RJ: IBASE, 2004.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (org.). Metrópoles: entre a cooperação e o conflito. SP: Perseu Abramo/RJ: FASE, 2004.

..... et al. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar

a partir de um enclave urbano. A Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro, trabalho apresentado na 27ª ANPOCS, ST Metrópoles: segmentação, sociabilidade e cidadania, 2003, disponível em www.observatorio.tk, acesso em junho de 2005.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. "A política na favela". Cadernos Brasileiros, 41, 1967.

..... Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. C. de Queiroz (org.), Metrópoles: entre a cooperação e o conflito. SP/RJ: Perseu Abramo/FASE, 2004.

..... et al. As dominações, a violência e o direito à cidade, 2005, mimeo.

..... e LEITE, Márcia Pereira. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas, in SILVA, L.A.M. et al. Rio: a democracia vista de baixo. RJ: Ibase, 2004.

..... LEITE, M. P. e FRIDMAN, L.C. Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública, in Mapas: Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade. RJ: IBASE, ActionAid e Ford Foundation, 2005, cdrom.

..... e RIVERO, Patrícia. Polícia e crime violento nas favelas do rio: percepções e efeitos sobre as rotinas dos moradores, trabalho apresentado no GT Cidades: sociabilidades, cultura, participação e gestão, 29ª ANPOCS, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo et al. Violência e política no Rio de Janeiro. RJ: Relume Dumará/ISER, 1996.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. RJ: FGV, 2005.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. SP: Brasiliense, 1985.

..... Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. RJ: FGV, 2004.

..... O medo e os movimentos sociais, Proposta, FASE, n. 66, 1995.

..... e ALVITO, Marcos. (org.) Um século de favela. RJ: FGV, 1998.

O TRANSPORTE COMO VETOR DE CONTROLE NA CONFIGURAÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO¹

Gabriela Lema Icassuriaga*

Resumo

Neste artigo buscamos recuperar historicamente a produção da segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro a partir das intervenções no espaço urbano, enfatizando o papel do transporte de passageiros como vetor de localização diferenciada dos segmentos sociais na cidade. Abordamos os processos de construção do espaço da cidade do Rio de Janeiro, através das vias e meios de transporte, o que nos conduzirá, necessariamente, ao resgate da evolução das forças produtivas e seus impactos em âmbito territorial, inseridas nas particularidades das condicionantes geopolíticas presentes desde sua constituição inicial. A partir desta leitura identificamos seis momentos históricos no processo de urbanização do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, urbanização, segregação sócio-espacial, transporte

1. O presente artigo recupera alguns aspectos da nossa tese de doutoramento, intitulada Fim de Linha: Transporte e Segregação no Rio de Janeiro, apresentada ao PPGSS/ESS/UFRJ em julho de 2005.

(*) Professora da Escola de Serviço Social/UFRJ. Doutora em Serviço Social

Abstract

At the following article we point the social and spatial segregation that has gone on in Rio de Janeiro as a result of interventions in the public space: public transportation has a definite role in the different locations of the social segments of the city. We examine how the development of the streets and means of transportation have affected the urban process. This necessarily leads us to the study of the evolution of the productive forces and the consequent territorial impact, including the geopolitical conditioning aspects that have been present since the beginning of the urbanization process. Then we identified six historical moments at the urbanization process of Rio de Janeiro.

Key words: Rio de Janeiro, urbanization, social-space segregation, transportation

“Certo ou falso que ‘o caminho cria o tipo social’, o fato é que no Brasil uma coisa é sem dúvida verdadeira: a influência considerável que as comunicações e transportes exercem sobre a formação do país (...)” (Caio Prado Júnior, 2000: 245).

A abordagem histórica de uma realidade particular nos permite resgatar no tempo a inter-relação das múltiplas dimensões que atravessam e constituem o processo de configuração da sua sociedade. A riqueza multifacetada dos estudos e escritos sobre a cidade do Rio de Janeiro nos arrasta, pelos caminhos mais fascinantes, ao encontro com uma realidade complexa e de extrema riqueza. Neste trabalho privilegiamos as implicações das formas de conectividade do território para o desenvolvimento da urbanização, pressupondo que nessa relação se materializam os resultados de um determinado processo histórico de acumulação social.

A relevância da produção e aperfeiçoamento das vias e meios de comunicação e transporte se traduz na intensidade das relações mercantis, políticas e culturais entre povos e nações, ao mesmo tempo que determina a densidade que um espaço habitado pode alcançar. O avanço e aperfeiçoamento da técnica permitiu desafiar os limites impostos pela relação tempo/distância e realizar conquistas sobre o espaço natural desafiando os limites geográficos à expansão e ao crescimento de aglomerados urbanos (Santos e Silveira, 2001).

A técnica aplicada à locomoção, primeiro com o aparecimento dos meios de transporte de tração animal e, posteriormente, os meios de transporte mecanizados, significaram uma profunda transformação no espaço construído. É acompanhando esse processo que um mero povoamento se transforma numa formação urbana mais ou menos densa. Mas esse processo não constitui o simples aperfeiçoamento da técnica, que permitiu ao homem enfrentar a natureza para construir seu habitat e melhorar suas condições de vida e de subsistência; o desenvolvimento das forças produtivas e das condições sociais de produção esteve submetido, desde cedo, à presença de formas organizativas das relações de produção e das formas de apropriação da riqueza. Entendemos que nessa processualidade constitutiva das relações entre Estado e economia se materializaram, historicamente, as formas de articulação entre territórios.

Sob essa ótica fizemos uma leitura das intervenções urbanizadoras do Estado brasileiro na produção e desenvolvimento de vias e meios de transporte, na qualidade de produtor direto das infra-estruturas e equipamentos, ou exercendo a sua prerrogativa de poder concedente, delegando funções à iniciativa privada. Buscamos apreender de que maneira a evolução do transporte na cidade do Rio de Janeiro acompanhou a densificação do povoamento e as formas seletivas em que se processou a expansão urbana, exercendo uma função de conectividade e articulação do território citadino, que imprimiu desde cedo características de segregação urbana entre segmentos sociais, a partir de processos induzidos de localização residencial, uso e apropriação do espaço construído.

Nessa trajetória, nos deparamos com alguns momentos específicos de inflexão no processo de constituição urbana da cidade do Rio de Janeiro, que se bem não se distancia da evolução da maioria dos grandes aglomerados populacionais brasileiros, guarda as particularidades de um percurso urbanístico próprio. Assim, identificamos seis momentos, diferenciados em função de condicionantes econômicos, políticos e sociais, em cujas intervenções urbanísticas tocamos nossa atenção, enfatizando as mudanças ocorridas no transporte urbano, seja nos aspectos que implicaram alterações infra-estruturais, seja nas reformulações organizacionais desse setor².

2. Escolher um período significa optar por um conjunto de variáveis norteadoras num espaço de tempo. Para Santos e Silveira (2001), "períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo" a partir do privilegiamento de fatos marcantes como a industrialização, a intervenção do poder público, a entrada de capital estrangeiro etc. (op. cit: 24). Estes mesmos autores propõem apresentar uma sucessão de meios geográficos ao longo da história da organização do território brasileiro, assinalando três grandes momentos: os meios naturais, os meios técnicos e o meio técnico-científico, – informacional argumentando que "por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional" (idem.: 27). Ainda, vários autores utilizam tantos outros critérios para realizar uma periodização da história brasileira, a exemplo de Caio Prado Jr. (1945), em História econômica do Brasil, que propõe considerar 8 momentos: a) preliminares (1500 – 1530); b) a ocupação efetiva (1530 – 1640), início da agricultura; c) a expansão da colonização (1640 – 1770), marcada pela mineração e ocupação do Centro-sul, pecuária e povoamento do Nordeste, colonização do vale amazônico e a colheita florestal; d) o apogeu da Colônia (1770 – 1808), com o renascimento da agricultura e a incorporação do Rio Grande do Sul para a atividade pecuária; e) a era do liberalismo (1808 – 1850), determinada pelo declínio do pacto colonial e o aparecimento do capitalismo industrial; f) o império escravocrata e a aurora burguesa (1850 – 1889), caracterizados pela evolução agrícola, um novo equilíbrio econômico, a decadência do trabalho servil e sua abolição, a imigração e a colonização; g) a república burguesa (1889 – 1930), com dois sub-períodos – a industrialização e o imperialismo – e, por fim, h) a crise de um sistema a partir de 1930.

I - Domínio da cidade sobre o território

Ao longo dos três primeiros séculos de existência do país, enquanto colônia - desde os primeiros povoamentos portugueses no “novo” continente até o café se constituir no carro-chefe da economia brasileira -, as formações urbanas detiveram o domínio do território. Os primeiros aglomerados populacionais tinham no mar seu meio de relacionamento e subalternidade com o Reino de Portugal e quase nenhum contato entre si. O meio natural, agraciado pela vasta hidrografia, continuou sendo, por algum tempo, o condicionante a partir do qual “a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional” (Santos e Silveira, 2000: 27). Obedecendo aos interesses da Metrópole a cidade cumpriu seu papel político e administrativo, inicialmente, incentivando a interiorização, na procura de riquezas extrativas a serem enviadas a Portugal.

As cidades de então desenvolviam suas parcas atividades no estreito espaço junto aos portos marítimos e fluviais. A população e seus afazeres concentravam-se nos pequenos núcleos povoados, num diâmetro possível de ser percorrido a pé.

No caso específico que nos ocupa, desde as origens da cidade do Rio de Janeiro, o apertado centro urbano concentrava os diversos grupos sociais, sendo a mobilidade espacial restrita às elites, possuidoras de meios de locomoção próprios, na busca por espaços mais apropriados para estabelecer sua residência, distanciando-se dos efeitos nocivos da aglomeração. Somente no século XIX podemos observar o aparecimento das primeiras formas coletivas de transporte urbano, primeiro a carruagem a cavalos, posteriormente a diligência, seguida do bonde sobre trilhos, todos eles de tração animal. Essas modalidades de transporte permitiram que a mobilidade espacial passasse a atingir o conjunto da população, possibilitando a criação de novas “freguesias”, com a ocupação do espaço de forma diferenciada entre grupos sociais.

II - Domínio do campo sobre o território

A cidade, sede da representação do Estado colonial, manteve as

funções de controle da propriedade e da apropriação de riquezas até que essas relações entre economia, política e Estado sofreram uma primeira e profunda alteração, com a produção de café assumindo o comando econômico e submetendo a ela as demais relações sociais de produção. Nesse momento, o campo ganhou a primeira vitória sobre a cidade, privilégio que manteve ao longo de quase todo o século XIX e primeiras décadas do seguinte.

Durante o predomínio da produção cafeeira instaurou-se o municipalismo como uma nova forma de administração e gestão do território por parte da oligarquia agrária, efetivado através da distribuição de parcelas de poder limitadas geograficamente, resultando numa atomização da unidade, que só será superada tardiamente, a partir da segunda metade do século XX (Oliveira, 1985 apud Icasuriaga, 2005: 22). A cidade vivenciou a diluição das suas funções econômicas de subsistência, que passaram a operar no interior da fazenda, como forma de sujeição da mão de obra rural, livre e escrava.

Os meios de transporte mecanizados, o trem e o barco a vapor, cumpriam a função de transporte e escoamento da produção, inicialmente agrícola e extrativa e, posteriormente, também das mercadorias e matérias-primas para a indústria incipiente. Ainda em meados do século XIX a participação do Estado, permeado pelos interesses da oligarquia agrária, é essencial no estímulo à expansão das ferrovias, principalmente nos trechos que significavam intensificação das relações econômicas com São Paulo e Minas Gerais, outorgando não somente longas concessões e isenção de tarifas aos particulares, mas também entregando a estes as terras atravessadas pelas linhas férreas. A implantação de infra-estruturas e equipamentos de transporte no Brasil contou com forte estímulo dos países europeus em processo de industrialização que buscavam, nos países menos desenvolvidos, mercados propícios para aquisição de equipamentos produtivos e bens de capital. Mesmo o Brasil se mantendo, ainda por longo período, sob o domínio da oligarquia agrária, com uma estrutura produtiva arcaica baseada na força de trabalho escravo que não facilitou o processo de acumulação nem favoreceu a inserção do país no sistema capitalista mundial, os incentivos à importação de meios de transporte e as fábricas de tecidos estimularam o início da expansão produtiva.

Para o Rio de Janeiro a expansão da rede ferroviária nessa conjuntura teve como resultado a multiplicação de linhas e traçados sem nenhum planejamento, criados com a finalidade de ampliar o espaço produtivo de influência da metrópole a partir do estabelecimento de algumas manufaturas, dando lugar à formação de povoados às margens dos trilhos; mais tarde, quando monopolizados pela Leopoldina Railways, sofreriam uma reorganização, constituindo o preâmbulo da conformação do subúrbio carioca, uma alternativa de trabalho e moradia para as classes populares.

Dentro do perímetro urbano surgiram os primeiros serviços de transporte coletivo sob a forma de concessão outorgada pelo poder público (a coroa) a alguns particulares que assumiam integralmente os riscos do empreendimento. Estas companhias de transporte urbano de passageiros logo demonstrariam seus interesses na exploração do mercado imobiliário utilizando-se do serviço de transporte como um importante vetor de impulsionamento e valorização de novas áreas residenciais próximas ao perímetro urbano, notadamente as atuais Zona Sul e Zona Norte. Essa relação entre vias e meios de transporte e valorização do solo urbanizável forma parte de um processo de especulação e busca do lucro na forma de demanda antecipatória que irá acompanhar todo o processo de expansão da cidade, incentivando demandas de localização seletiva dos grupos sociais urbanos, provocando desde muito cedo uma elitização dos serviços e um desequilíbrio intra-urbano em relação ao acesso dos diferentes segmentos sociais aos benefícios da urbanização³.

3. O bonde impulsionou a ocupação de vários bairros da atual Zona Norte e dos subúrbios próximos, mesmo antes do surgimento do bonde eletrificado, que data de 1892, ano em que se registram mais de 300 bondes na cidade, expressão do tráfego intenso para a época. A função desse meio de transporte era dupla: assegurava o deslocamento de passageiros, como também permitia a circulação das mercadorias a "varejo" dentro do perímetro urbano – tendo, por isso, ficado conhecido como "taioba"; mesmo que se cobrassem tarifas bem mais econômicas aos passageiros, seu valor era acima da posse da maioria dos trabalhadores pobres, razão para retê-los nas proximidades do núcleo central da cidade. Por outro lado, existia uma oferta diferenciada de transporte urbano, os "bondes de ceroula", reconhecidamente de luxo, equipados com cobertas nos assentos que protegiam a vestimenta de seus passageiros. Para Lessa (2001), "o bonde foi um vetor radical no comportamento social (...) que estimulou a circulação pela cidade", modificando, inclusive, hábitos de lazer e uso dos espaços públicos (op. cit.: 144). Como também incentivou, ainda mais, as atividades do incipiente mercado imobiliário, principalmente no último quartel do século XIX.

III - O Rio de Janeiro sob o impulso da industrialização

O impulso à industrialização, ainda incipiente na entrada do século XX, irá processar mudanças profundas no ambiente urbano e estabelecer uma nova relação campo/cidade. Mesmo que a oligarquia agrária continue a manter parcela considerável de poder durante as primeiras décadas desse século, interesses inerentes à configuração das classes sociais próprias do capitalismo começarão gradativamente a interferir na arena política, conquistando espaços cada vez mais decisivos nos rumos da nação. Neste período se desenha a geografia política do Brasil, criando uma rede hierárquica de cidades a partir de um polo dinâmico na economia e na política, - notadamente as cidades do Centro-Sul -, a partir do qual começará a se impulsionar a criação de um mercado interno nacional exigindo a integração do território via meios de comunicação e transportes. Também a formação e consolidação do setor produtivo estatal (que terá papel decisivo na direção econômica do país) se constituem como outros elementos marcantes desse período.

Na fase inicial desse contexto se processa a entrada do Rio de Janeiro na modernidade, tendo como preâmbulo a supressão da escravidão como principal forma de produção prevaletente e a proclamação da República (Velha), adotando-se uma nova forma de organização do poder do Estado, que teve conseqüências significativas para a cidade sede do governo central da União. O Prefeito da capital assumiu prerrogativas de homem de confiança do Presidente, com amplos poderes para desenvolver o projeto de modernização urbana e colocar o Rio de Janeiro à altura das grandes cidades do mundo. Com esse objetivo, as funções ligadas à saúde pública, limpeza, saneamento, iluminação foram concentradas na figura do Prefeito, a quem coube também a decisão de intervir no espaço construído dentro do Distrito Federal. As aspirações modernizadoras tiveram duas grandes linhas de ação: por um lado, a limpeza urbana do centro da cidade, que, para além da luta contra as epidemias, significou limpeza social e étnica do Centro e dos bairros em expansão; por outro, a reconstrução simbólica da cidade, abrindo e ampliando ruas e avenidas e construindo prédios e monumentos majestosos.

Porém, o transporte urbano de passageiros não acompanhou os anseios dos administradores urbanos na expulsão das camadas populares do Centro. As tarifas abusivas cobradas pelos meios de transporte não facilitaram a mobilidade do conjunto da população, nem contribuíram para que esta fincasse residência nos novos bairros suburbanos. A população pobre teve que recorrer a outras alternativas de moradia para manter suas fontes de subsistência, vinculadas a serviços, simultaneamente a um aumento na demanda por serviços pessoais e atividades vinculadas ao comércio. Assim sendo, a população despejada do Centro não se trasladou em massa para os subúrbios, como era esperado; em grande parte engrossou os bairros próximos ao espaço central, como Gamboa, Cidade Nova, Caju, Lapa e propiciou o “neo-encortçamento”, uma modalidade de ocupação combatida pelos administradores da reforma, ou ainda subiu os morros, dando início a favelização.

A ocupação efetiva do subúrbio acompanhou a evolução do trem e do bonde, e mais tarde do ônibus, *par i passu* às exigências locais da crescente indústria manufatureira, ampliando o raio dos deslocamentos urbanos e impelindo os trabalhadores à mobilidade residencial. O subúrbio de então assumiu as características de periferia, não apenas pela localização distante do centro urbano, mas principalmente pela ausência de serviços considerados essenciais para a população, como saúde e educação, além dos serviços urbanos básicos, que não estenderam a sua cobertura para essas áreas da cidade, mantendo a sua concentração no Centro urbano e nas áreas privilegiadas, contribuindo para desenhar espaços diferenciados e estabelecendo uma hierarquia de lugares na cidade. A ocupação do subúrbio se intensificou, nos anos subseqüentes, pela intervenção direta do Estado na adequação de áreas para a instalação de indústrias e com o estabelecimento da tarifa ferroviária única, que juntamente com a eletrificação da rede ferroviária - que reduziu consideravelmente os tempos de deslocamento - atuaram como estímulo à fixação de empresas e deram maior dinamismo ao setor imobiliário vinculado às novas áreas de loteamentos com fins residenciais.

A rede ferroviária urbana também foi responsável pelo desenvolvimento de alguns sub-centros comerciais e de serviços de segunda ordem,

como Madureira e Méier, sem que se perdesse a forte referência com o Centro da cidade.

A maior presença do veículo motorizado, também uma consequência da intensificação das importações, dá início aos investimentos no setor rodoviário e estimula o uso desse meio de transporte para trajetos de curta e média distância, ao mesmo tempo que busca articular os principais entroncamentos e ramais ferroviários através das estradas, ampliando a capacidade produtiva e comercial do meio rural. A cidade, particularmente o Rio de Janeiro, rapidamente adaptou seu espaço construído ao sistema automobilístico, sendo o carro o novo símbolo da elite, acentuando as possibilidades diferenciadas de mobilidade para esse grupo social.

As mudanças acontecidas no setor de transporte rodoviário, de cargas e de passageiros, a partir da década de 40, podem ser consideradas um marco na forma de articulação do território, seja este regional ou mesmo intra-urbano. Os estados da federação irão assumir as funções de produtores e financiadores das infra-estruturas, abrindo passo para o processo de descentralização das principais indústrias que trasladar-se-iam do centro urbano para os principais eixos rodoviários. O ônibus e o caminhão passaram a ocupar um lugar de destaque como forma de garantir a mobilidade dentro do território expandido das grandes cidades. Embora o setor ferroviário ainda mantivesse um forte dinamismo até finais da década de 50, a mudança do padrão hidroferroviário para o rodoviário constituiu um processo, com momentos diferenciados, que atravessou várias administrações governamentais. As intervenções estatais, entre os anos 40 e 60, impulsionaram significativamente o setor de transporte, que passou por uma considerável diversificação, distinguindo-se a partir de então o transporte de cargas do transporte de passageiros e, ainda, o transporte de longa distância do transporte urbano.

A instalação da indústria automobilística no país incentivou a aquisição de carros particulares e, como consequência, fez aumentar sensivelmente o número de veículos trafegando na malha urbana das principais cidades do país. No Rio de Janeiro, a intensificação do uso da infra-estrutura viária urbana pelo carro particular, mesmo antes do surgimento do ônibus como modalidade de transporte urbano de passageiros, colocou como questão urgente a ser resolvida o problema de acessibilidade entre a Zona Sul e o Centro, aquela notadamente a porção da cidade habitada pelas camadas

sociais de maior poder aquisitivo. O poder público assumiu a produção de nova infra-estrutura viária para facilitar o tráfego, construindo o Aterro do Flamengo - uma via expressa entre Copacabana e o Centro da cidade. Outras obras se seguiram para descongestionar o trânsito e adequar o espaço urbano às necessidades do automóvel. Concomitantemente, o poder público intervém na área de transportes, dando por encerrada a concessão às companhias de bonde e outorgando subsídios ao combustível para os meios de transporte rodoviários.

Esse período corresponde à extensão da periferia urbana com a constituição de bairros em áreas longínquas, nos municípios limítrofes da Baixada Fluminense e nos municípios vizinhos situados ao norte da cidade do Rio de Janeiro, como Niterói e São Gonçalo. Os meios de transporte atuaram diferenciadamente na extensão metropolitana da cidade: enquanto o ônibus contribuiu com a ocupação de muitos bairros na Baixada Fluminense, as barcas facilitaram o crescimento dos bairros próximos a Niterói e o trem continuou a exercer seu papel em alguns bairros suburbanos e nas áreas mais distantes do tecido urbano.

IV - Rio de Janeiro: sede da região metropolitana

Na década de 1960 o Rio de Janeiro conheceu o problema viário decorrente do aumento do tráfego automotor, tanto pelo uso de veículos particulares quanto pelo transporte urbano por ônibus, que ganha parcela considerável do mercado de usuários do transporte público diante da obsolescência dos trens urbanos (que só receberão um novo estímulo por parte do poder público em finais dessa década). Antes mesmo do golpe militar, a ênfase no sistema viário se evidenciou em grandes intervenções urbanísticas que visaram a interligação dos bairros da cidade, inclusive dos bairros suburbanos com o Centro e com as principais vias de conexão intermunicipais e interestaduais.

Todo o período esteve caracterizado pela forte estratificação social da população carioca resultante do processo de crescimento econômico com concentração de renda - que beneficiou setores específicos da sociedade - e do arrocho salarial que empobreceu amplos setores da população. Os efeitos

sociais da modernização capitalista foram mais visíveis durante a vigência do regime militar, em decorrência da crescente mercantilização de serviços básicos para a população, que dividiram a demanda entre os que tiveram acesso ao setor privado e o grosso de população, que continuou a recorrer a um cada vez mais deficitário serviço público.

A constituição das cidades metropolitanas configura-se como um momento particular de inflexão no processo da produção da segregação sócio-espacial, na medida em que consistiu numa política expressa de controle da expansão populacional nos grandes aglomerados urbanos.

A ênfase nos aspectos técnico-organizacionais, característica dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, particularmente do II PND, incorporou novos instrumentos para a gestão do território, chegando a modificar o ambiente institucional para intervir nos aglomerados urbanos com a criação das Regiões Metropolitanas. Mesmo assim, não conseguiu resolver questões básicas de acesso a serviços e equipamentos urbanos, nem à moradia, que continuaram sendo restritivos para as classes populares, num quadro de concentração de renda e distanciamento das camadas médias, aprofundando a distância social entre classes e frações de classe.

O crescimento da cidade e sua expansão para áreas contíguas, incentivada pelo Estado - seja pela política de remoção de favelas em áreas nobres da cidade, seja pela oferta de lotes populares para setores de baixo poder aquisitivo-, não estiveram acompanhados de investimentos em equipamentos e serviços urbanos nesses novos espaços residenciais, o que acarretou uma constante afluência da população para os bairros centrais, na procura de serviços e do emprego, que também se manteve espacialmente concentrado⁴. Este conjunto de aspectos, essenciais à reprodução dos gru-

4. A principal característica do padrão periférico de crescimento, salientada por Lago (2000), foi a produção extensiva de lotes populares com baixos investimentos em infra-estrutura e financiados a prazo que, conjugada à modalidade da autoconstrução, facilitou o acesso à casa própria para famílias de baixa renda, ao mesmo tempo que no núcleo metropolitano o dinamismo do setor imobiliário se traduziu na oferta de imóveis, tipo apartamento, para a classe média e alta. Por outro lado, Abreu (1998) salienta os aspectos político, ideológicos do período militar, que fazem uso do recurso à suspensão de direitos civis para efetuar a remoção de favelas da Zona Sul e da Avenida Brasil, expulsando a população pobre para as áreas longínquas desprovidas de serviços urbanos básicos, intensificando assim a periferização da cidade.

pos sociais mais empobrecidos, fez do serviço de transporte um elemento central na rotina dos deslocamentos entre o centro (a cidade dinâmica e bem equipada) e a periferia (locus quase que exclusivamente residencial das camadas pobres). No entanto, as condições do transporte de massa que faziam a ligação entre os municípios e cidades na periferia e a metrópole, principalmente os trens suburbanos, constatavam desde finais da década de 1950 uma situação de decadência que provocou intensas manifestações de descontentamento e indignação por parte da população usuária, chegando o ápice do conflito a ocasionar explosões violentas registradas entre os anos de 1974 e 1976⁵.

Durante o regime militar a administração de recursos para investimentos e as decisões a respeito da sua alocação estiveram fortemente centralizados na União que, no caso específico do Rio de Janeiro, deu prioridade à circulação viária na cidade com o objetivo de facilitar os deslocamentos do carro particular e a interligação dos bairros, muitos dos quais convertidos na sua estrutura e dinâmica internas, passando a ser meros nexos entre pontos da cidade: “(...) houve substancial esforço na cidade com a ampliação e qualificação da rede viária urbana, preocupada com o bem-estar da sua crescente população de veículos automotores” (Lessa, op.cit.: 355). Intervenções urbanas de grande porte exigiram uma concentração do investimento público em detrimento de melhoras nos equipamentos e serviços para o conjunto dos habitantes da cidade⁶.

5. São exemplo destas manifestações os “quebra-quebra”, atos de depredação contra equipamentos e mobiliários da Central do Brasil, que tiveram seu ponto culminante em 1975, ano em que num único dia foram registrados nove episódios simultâneos em estações da Baixada Fluminense. Cabe salientar que esses atos foram consequência das condições deploráveis que os trens urbanos ofereciam à população: viagens superlotadas, exposição a todo tipo de desconforto e ainda atrasos constantes que já tinham assumido caráter de rotina a tal ponto que a própria Central do Brasil emitia as “papeletas do atraso” para o trabalhador justificar junto ao empregador sua falta de pontualidade; mesmo assim, era freqüente a não aceitação de tal justificativa, sendo o trabalhador demitido por justa causa e até mesmo havia a discriminação de certos locais como fonte de mão de obra (Moisés e Martinez-Alier, 1978: 27).

6. Somente no período compreendido entre 1966 e 1974 os investimentos em equipamentos e infraestrutura viária consumiram 53% dos recursos. Uma forte concentração, se comparada com os recursos destinados a água (1%) e esgoto (46%) no mesmo período. (Diário Oficial / Redes Urbanas – Laboratório d Redes de infra-estrutura e Organização Territorial, apud Kleiman, 2001).

O modelo brasileiro de planejamento metropolitano, oriundo da ditadura militar, vivenciou uma crise em decorrência do estancamento dos investimentos federais para as regiões metropolitanas consideradas estratégicas, naquela conjuntura, e das mudanças no âmbito das atribuições que até então recaíam nos governos estaduais e que começaram a ser reivindicadas pelos municípios durante o período da redemocratização (Gusmão; 1999). Particularmente para o Rio de Janeiro, o declínio desse modelo de desenvolvimento deixaria à mostra o déficit criado pela perda da capitalidade no processo de esvaziamento dos serviços vinculados ao poder político central. Dada a importância do setor público federal sediado, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, a política econômica de ajuste e de corte recessivo, dos anos 1980, criou impacto negativo na renda dos funcionários ativos e inativos do Governo Federal, sediados nessa cidade, somado “à frágil demanda da indústria fluminense” e à própria natureza dessa indústria, deixando manifesta a dependência da economia carioca dos rendimentos do trabalho assalariado, fundamentalmente os do setor público (Natal, 1999).

V - A cidade-município do Rio de Janeiro

A partir da redemocratização do Estado brasileiro instaurou-se um novo modelo político-institucional de gestão municipal mais permeável às tradicionais demandas da população por melhores serviços públicos urbanos (educação, saúde, transporte, coleta de lixo etc.), mas também o novo momento deixou exposta a dificuldade de autonomia orçamentária dos governos locais para dar conta de tais reivindicações. A instância local ressurgiu a partir da agudização da crise dos anos 80, procurando uma solução para o conflito gerado pela incapacidade dos Governos de dar respostas às demandas dos diversos sujeitos sociais. Procurava-se encontrar, no debate da descentralização e do governo local, respostas alternativas para a gestão e superação da crise do Estado, propondo-se uma nova relação com a Sociedade Civil. Este debate colocou, de um lado, a antinomia centralização-descentralização, como dois pólos antagônicos carentes de conteúdo;

e de outro, o sentido “do local” num marco espaço-temporal, inserido num projeto global de sociedade e em uma realidade histórica concreta.

A Constituição de 1988 significou um novo marco legal, mais adequado à institucionalidade democrática. Particularmente para as atribuições das regiões metropolitanas⁷, essa Constituição Federal estabeleceu critérios objetivos para sua criação: existência de uma comunidade sócio-econômica, com junções urbanas “diversificadas”, “especializadas” e “integradas”, que demande a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum de forma integrada. Quando assim for estabelecido, os municípios a ela vinculados ficam obrigados a participar junto com o estado. Aparece, assim, a figura do “município metropolitano”, que incorpora e é incorporado às necessidades da referida região. “O Município tradicional engole a cidade, mas o município metropolitano, ao contrário, é engolido pela grande cidade” (Caffé Alves, 1998). Na nova legislação, o município pode, legalmente, se negar a participar da gestão metropolitana das funções públicas de interesse comum, sempre que esta não impeça a execução de ações necessárias no seu território e o estado não pode impedir a participação dos municípios metropolitanos na gestão dessas funções.

Em uma conjuntura de crise fiscal e endividamento público, as carências de infra-estrutura e serviços urbanos tenderam a se agravar, ainda mais, quando observamos, na própria municipalização da política urbana, uma indefinição de atribuições em áreas fundamentais para o desenvolvimento urbano, que fez com que muitos dos problemas a serem enfrentados dependessem da vontade política de governadores e prefeitos, muitas vezes pertencentes a partidos políticos opostos, redundando em uma maior fragmentação das ações públicas em áreas essenciais do planejamento urbano para áreas metropolitanas, acentuando-se as desigualdades financeiras, econômicas e sociais.

Por outro lado, a implementação do Fundo de Participação dos Municípios, se teve a vantagem de promover uma maior redistribuição da

7. O artigo 25 deixa aos estados a prerrogativa de legislar por lei complementar a questão metropolitana, enquanto o artigo 30 estabelece, como competência dos municípios, a organização e prestação dos serviços públicos de interesse local, incluído o transporte com caráter de serviço essencial.

receita entre o conjunto dos municípios do país, onera aqueles que detêm a maior arrecadação, como o Rio de Janeiro, que recebe uma quantia muito inferior à sua contribuição ao fundo. Esses problemas decorrentes do atual federalismo fiscal brasileiro comprometeram a autonomia tributária das cidades de grande porte e reduziram sua capacidade de investimentos, agravando os problemas derivados da falta de coordenação de ações públicas que transcendem as jurisdições dos municípios metropolitanos.

A crise econômica que atingiu o setor público brasileiro na década de 80 teve uma forte repercussão nos investimentos em infra-estrutura básica, diminuindo o ritmo de sua expansão e manutenção, servindo, em parte, de justificativa para a transferência da gestão para o setor privado em busca de maior eficiência econômica. No entanto, pelo caráter de bens públicos, algumas infra-estruturas, notadamente as de transporte, que servem ao conjunto da população, não podem prescindir da presença do Estado, tanto do ponto de vista financeiro quanto da sua fiscalização, para regular e garantir o acesso universal.

Neste sentido a desestatização e privatização dos serviços de infra-estruturas mantiveram um certo grau de ingerência por parte do Estado com a criação das Agências Reguladoras, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, criando-se assim uma nova institucionalidade que se encontra, ainda, em processo de ensaio. Se por um lado pensou-se que os diferentes níveis da administração pública poderiam atuar em mútua colaboração, na coordenação e fiscalização dos serviços prestados pelo setor privado, por outro, vem sendo verificado, na prática, um conjunto de instâncias institucionais superpostas que não dão conta do objetivo proposto e que deixam o ônus de tal inexperiência no conjunto da população, particularmente nos segmentos mais vulneráveis, que se defrontam com serviços que, embora possam ter melhorado sua qualidade, lhes são inacessíveis ao alto preço de utilização.

Os rearranjos político-institucionais prévios e posteriores à chamada Reforma Administrativa do Estado tiveram conseqüências negativas no âmbito dos serviços urbanos, entre as quais observamos as manifestações ocorridas na área dos transportes, mas que podem certamente ser estendidas a outras áreas. Não só o âmbito de responsabilidade institucional das

políticas urbanas foi severamente atingido, provocando uma desorganização de instâncias e atribuições, mas também a própria descentralização fiscal estabelecida a partir da Constituição de 1988 abriu espaço para uma pulverização e descoordenação dos recursos públicos que têm conseqüências notórias na deterioração das condições de acesso do conjunto da população aos serviços urbanos.

Para cidades-município localizadas em regiões metropolitanas como o Rio de Janeiro, a situação se agrava na medida que as questões urbanas transcendem os limites administrativos de um único município, o que deveria obrigar seus administradores a atuar coordenadamente ou delegar a um órgão superior as funções de articulação e cooperação das áreas conurbadas.

VI – O Rio de Janeiro sob o impacto da globalização

Em estreita vinculação com os processos políticos, econômicos e sociais próprios à formação brasileira, as transformações presentes na economia mundial tiveram considerável repercussão na redefinição de políticas e estratégias para a organização do território, particularmente para os grandes centros urbanos.

Em decorrência das mudanças que se processaram na economia mundial houve uma redefinição da divisão internacional do trabalho que modificou, de maneira considerável, a organização do território. A irrupção de avanços tecnológicos, em particular nas áreas vinculadas aos processos de informação e comunicação, teve como resultado a alteração das formas de produção, procedimentos e produtos, que passaram a exigir menos de grandes espaços fabris e mais da intensificação de procedimentos tecnológicos, conhecimentos especializados e serviços modernos.

Paralelamente, se processou uma descentralização progressiva dos locais de produção e uma centralização no comando das principais decisões. O lócus privilegiado para a instalação desses centros de comando foram algumas cidades que cumpriram as exigências dos novos processos pro-

ditivos, adquirindo o status de “cidades mundiais”, transformando-se em territórios redimensionados em função de uma série de atributos estreitamente vinculados à prestação de serviços modernos nas áreas financeira, imobiliária, jurídica, de consultoria econômica e de engenharia, mas também atendendo às novas demandas dos serviços distributivos, tais como transportes e comunicações. Esses serviços se relacionam com questões financeiras, legais e de gerenciamento geral, inovação, desenvolvimento, projetos arquitetônicos, administração, pessoal, tecnologia de produção, manutenção, transporte, comunicações, distribuição e vendas por atacado, publicidade, serviços de limpeza para empresas, segurança e armazenamento (Sassen, apud Andrade e Serra, 1999).

Todas essas exigências contrastam com os requerimentos da estrutura produtiva que prevaleceu durante o longo período da indústria tradicional – que requeriam condições infra-estruturais específicas baseadas, fundamentalmente, nas necessidades de recebimento de insumos e distribuição de mercadorias, assim como de acesso a mão de obra em quantidade suficiente para manter o funcionamento das fábricas em períodos de aumento da demanda. Diante de tais exigências do processo produtivo, as infra-estruturas e os serviços de transporte de mercadorias e trabalhadores ocupavam um lugar de destaque na escolha dos espaços para alocação das plantas industriais. As mudanças decorrentes da reestruturação produtiva colocam o peso das suas necessidades infra-estruturais nos sistemas de comunicação e em menor medida na circulação física de mercadorias e de pessoas. As atividades desenvolvidas pelos setores mais dinâmicos da economia tendem a se concentrar em pouco espaço, exigem profissionais altamente qualificados para lidar com tecnologia de ponta e serviços de alto padrão de sofisticação, comumente alocados no que tem sido denominado de “edifícios inteligentes”.

Podemos inferir que, em parte, a ausência de uma política que racionalize o transporte urbano de passageiros no Rio de Janeiro mantém uma simetria com as novas demandas postas ao trabalhador por uma economia que tende a se reestruturar a par das suas congêneres mundiais. As necessidades do trabalhador em massa, que precisa ser deslocado entre domicílio e local de emprego, em horários regulares, ficam submetidas às prioridades

de um padrão de emprego que começa a delinear um tipo de trabalhador bem remunerado, com um bom padrão de vida, que não necessariamente trabalha em um único ambiente por período integral e, portanto, se desloca de maneira mais flexível por vários pontos da cidade. Essas seriam algumas razões para manter o espaço de circulação intra-urbana restrito às áreas residenciais mais elitizadas, aos espaços de alto padrão de consumo e lazer e às sedes das empresas e firmas que demandam serviços qualificados, na sua grande maioria alocadas no centro empresarial e de negócios do Rio de Janeiro e, ainda de maneira secundária, na Barra da Tijuca.

Esse tipo de apropriação e uso dos espaços da cidade reafirma as formas tradicionais de segregação sócio-espacial ao mesmo tempo que aponta uma tendência à verticalização da cidade, não somente em função das exigências locacionais das novas atividades econômicas, intensivas em contigüidade, mas também nas opções de moradia dos segmentos populacionais de menor renda que se vêem constrangidos a engrossar os espaços de moradia “subnormais”, as favelas das áreas mais próximas aos locais de trabalho, como única alternativa para enfrentar a distância material entre local de residência e acesso a atividades remuneradas.

As novas exigências dos setores mais dinâmicos da economia mundial puxam os administradores urbanos no sentido de que criem condições favoráveis aos seus negócios e interesses, fazendo com que as atividades próprias à gestão urbana viram um paradoxo de prioridades que oscilam entre a captação de votos por parte dos eleitores e o desejo por albergar a sede das grandes firmas nacionais e internacionais. Dois públicos com necessidades e interesses diferenciados e nem sempre possíveis de articular. Enquanto a maioria da população exige melhores condições de vida através do acesso aos bens e serviços urbanos de qualidade, a cidade direcionada para atrair investimentos do grande capital se vê chamada a investir nas exigências de um público consumidor de bens e serviços altamente sofisticados.

Assim, é possível observar o desleixo por parte da administração pública com os espaços da cidade onde residem, majoritariamente, as camadas populares. Nesses espaços se desenvolvem obras urbanísticas precárias em áreas básicas, como esgoto, calçamento, asfalto, alguns equipamentos

para albergar serviços coletivos, como postos de saúde, escolas, creches. Por outro lado, as obras que se realizam em prol da concorrência para atrair um público mais ligado com as frações dinâmicas do capital não medem esforços nem recursos. O Rio de Janeiro é um ótimo exemplo disso; enquanto a periferia da cidade carece de condições mínimas de habitabilidade, as áreas residenciais das classes médias e alta expressam uma saturação de mobiliário urbano constantemente renovado⁸.

Algumas mudanças podem ser constatadas no espaço sócio-produtivo da cidade carioca: primeiro, a renovação e ampliação da antiga área central de negócios, com a expulsão do uso residencial e a conformação de um novo “Centro Expandido” que vem se “consolidando como o local preferido pelas empresas que operam no mercado global, reforçando o papel de área central de negócios, apesar da competição intra-urbana com a Barra da Tijuca e alguns bairros da Zona Norte” (Rezende e Accorsi, 1999: 237); segundo, com a conformação de novos centros de bairro, a exemplo do dinamismo da Barra da Tijuca como centro metropolitano de segunda grandeza junto com Copacabana; terceiro, com a estagnação e obsolescência de certas áreas com altos índices de vacância imobiliária provocada pela tendência à mobilidade intra-urbana que desloca estabelecimentos industriais - principalmente na área de bebidas e gráfica do espaço central para áreas periféricas dentro do município ou para a região metropolitana, causando um esvaziamento de edificações no perímetro central da cidade (da Silva, 1999); e um quarto processo, que se manifesta nos projetos de reestruturação do espaço metropolitano, que buscam modernizar a periferia tradicional com a criação de novos centros e opções de comércio e serviços, mas que não condizem com

8. O Rio de Janeiro disputa seu lugar entre as cidades mundiais, embora com certa desvantagem pela proximidade de São Paulo, cidade esta que tem se apresentado mais atrativa para certos setores do capital que para ela têm migrado. Particularmente durante a década de 80 várias plantas e sedes de empresas foram deslocadas do Rio para outras cidades com ênfase para São Paulo, provocando um forte “desfalque nos ramos intermediários financeiros e atividades com alto conteúdo de capital intelectual” (Tolosa, 1999: 98); recentemente a Bolsa de Valores do Rio, vários bancos e outros serviços financeiros vivenciaram esse deslocamento e ainda está em processo a saída de algumas empresas na área de informática. No entanto, o Rio de Janeiro ainda mantém uma posição avantajada nas áreas relacionadas ao setor quaternário (serviços que oferecem insumos para outros serviços), como Pesquisa e Desenvolvimento, ensino superior, consultorias empresariais e engenharia, turismo, lazer e negócios, consequência de seu tradicional dinamismo no setor de serviços e administrativo.

a concentração, na cidade do Rio de Janeiro, da maioria dos serviços de assistência pública da região metropolitana em áreas essenciais, como saúde e educação, assim como nas áreas de cultura, recreação e lazer, fazendo com que grande parte da população residente nos municípios contíguos se desloque com frequência regular em busca desses serviços⁹.

A modo de conclusão, embora não tenhamos a pretensão de esgotar o tema, podemos dizer que a forma como se processaram, historicamente, os investimentos em infra-estruturas de trânsito e serviços de transporte acompanharam a lógica de distribuição regressiva do produto social, contribuindo com os resultados urbanísticos caóticos que hoje presenciamos. O transporte e as forma de trânsito na cidade acompanhou e promoveu a localização e acessibilidade dos demais equipamentos e serviços urbanos, criando áreas de alta densidade e congestionamento, e outras quase desprovidas desses serviços. A provisão diferenciada de vias e meios de transporte e circulação de pessoas é um aspecto que incide diretamente na forma de estruturação física e social da cidade e, ainda, a qualidade no serviço público de transporte e elementos, tais como custo e segurança contribuem para definir o caráter segregativo das intervenções públicas e privadas nesse setor particular da política urbana.

Uma tentativa de reversão passaria necessariamente por relacionar crescimento demográfico e expansão urbana com serviços e equipamentos de transporte, entre outros serviços urbanos essenciais, na busca de melhorar a relação entre localização da população e cobertura de serviços, a qual redundaria na capitalização do valor dos investimentos no valor da terra, podendo reverter num mecanismo indireto de redistribuição de renda. Vimos, em vários momentos do desenvolvimento deste trabalho, como se processou, historicamente, a provisão diferenciada das infra-estruturas, equipamentos e serviços públicos, entre os quais o transporte ocupou lugar de destaque pela sua interferência direta na composição do valor da terra urbanizada e por sua função de conectividade das diferentes atividades desenvolvidas na cidade e áreas conurbadas. Também a forma particular que adquiriu a expansão urbana esteve diretamente influenciada pela disponibilidade e pelo custo dos meios de transporte público. As mudanças ocorridas na organização social dos espaços da cidade, seja a partir da lei-

tura dos indicadores sócio-econômicos ou de mobilidade espacial, quando interpretados a partir das condições efetivas de acesso e apropriação dos bens e serviços urbanos, deixam em evidência aspectos crônicos da segregação sócio-territorial.

Bibliografia

- ABREU, Mauricio; *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*; Rio de Janeiro: IPLANRIO, Jorge Zahar Editor, 2a. ed., 1988.
- ANDRADE, Thomson A. e Serra, Rodrigo Valente; *As Áreas Metropolitanas do Rio e São Paulo: Uma Análise de suas Infra-Estruturas*, In: Rezende, Fernando e Lima, Ricardo (org.); *Rio – São Paulo Cidades Mundiais: Desafios e Oportunidades*; Brasília, IPEA, 1999.-
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori; *Cultura e transformação urbana*, In: Pallamin, Vera M. (org.) *Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana*, São Paulo, Estação Liberdade, 2002.
- _____ et all.; *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis, Vozes, 2002.
- ASCELARD, Henri (org.); *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BALASSIANO, Ronaldo e Braga, Marilita; *Competição no transporte rodoviário de passageiros: o caso do Rio de Janeiro*; In: Santos, Enilson e Aragão, Joaquim (org.); *Transportes em tempos de reforma*, Brasília, LGE editora, 2000.
- BENKO, Georges; *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*, São Paulo, Huitec, 1996.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio; *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*; São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAFFÉ Alves, Alaor; *Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões: Novas Dimensões Constitucionais da Organização do Estado Brasileiro*, www.pge.sp.gov.br
- CARDOSO, A. L. e Ribeiro, L. C. de Q. *Dualização e reestruturação urbana*. IPPUR / UFRJ / FASE, 1996.
- COCCO, Giuseppe (org.); *A cidade estratégica, nova retórica e velhas práticas no planejamento do Rio de Janeiro: a impostura do Porto de Sepetiba*; Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- DAMAZIO, F. *Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do Século*, Rio de Janeiro, EduERJ, 1996.
- DA SILVA, Raquel Coutinho Marques; *A importância da Ação Urbanística e da Legislação Urbana para o Rio e São Paulo no Contexto das Cidades Mundiais*, In: Rezende, Fernando e Lima, Ricardo (org.); *Rio – São Paulo Cidades Mundiais: Desafios e Oportunidades*; Brasília, IPEA, 1999.-
- FORTI, Reginaldo (org.); *Marxismo e urbanismo capitalista: textos críticos*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- GODARD, François e Castells, Manuel; *O Advento de Monopoville: Análise das relações entre a Empresa, o Estado e o Urbanismo*, In: Forti, Reginaldo (org.), *Marxismo e urbanismo capitalista: textos críticos*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- ICASURIAGA, Gabriela M. Lema; *Fim de Linha: Transporte e segregação no Rio de Janeiro*, Tese de Doutorado do PPGSS/ESS/UFRJ, 2005.
- KLEIMAN, Mauro; *A rede viária e estruturação intra urbana, a prioridade dos investimentos na rede viária e seu papel na configuração das cidades: o Rio de Janeiro sobre rodas*; R. J., Anais do IX Encontro Nacional de ANPUR, 2001.
- LAGO, Luciana Corrêa do; *Desigualdade e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise*; Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.
- LAHMEYER Lobo, Eulália Maria (coord.); *Rio de Janeiro operário*, Rio de Janeiro, Access Editora, 1992.
- LESSA, Carlos; *O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca da auto-estima)*; 2 edição, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LOJKINE, Jean; *O Estado capitalista e a questão urbana*, São Paulo, Martins Fontes, 2 ed., 1997.
- Moisés e Martinez-Alier, 1978: 27
- NATAL, Jorge I. A.; *Mudanças infra-estruturais de transportes e novas institucionalidades - o atual caso da região metropolitana do Rio de Janeiro-*

Artigo, mimeo, 1999.

_____; Império norte-americano e território no Brasil dos anos 1980 e 1990, In: Planejamento e Território: Ensaio sobre a desigualdade, cadernos do IPPUR/UFRJ, 2001-2/2002-1, DP&A editora, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de; Os direitos do Antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita; Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

_____; A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, Estudos Cebrap, número especial n 50, março, 1998.

_____; A economia brasileira: crítica a razão dualista, São Paulo, Brasiliense, seleções CEBRAP 1; 2ª edição, 1976.

_____; A economia da Dependência Imperfeita; Rio de Janeiro, edições Graal, 1977.

PECHMAN, Roberto e Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (org.); Cidade, Povo e Nação: Gênese do urbanismo moderno; Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1996.

PEIXOTO, João Baptista; Os transportes no atual desenvolvimento do Brasil; Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora; 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio; Formação do Brasil Contemporâneo; São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000.

Presidência da República, Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, Brasília, 1974.

PRETECEILLE, RIBEIRO, Edmond de Queiroz, Luiz César; Tendências da segregação social em metrópoles globais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80, XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, M. G., 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart; Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808 – 1945), In: Mota, Carlos Guilherme (org.) Viagem incompleta à experiência brasileira (1500 – 2000): A grande transição, São Paulo, editora senac, 2000.

REZENDE, Fernando; Infra-estrutura: perspectivas de reorganização. Transportes 1 e 2. Brasília, IPEA, 1998.

_____, e Lima, Ricardo (org.); Rio – São Paulo Cidades Mundiais: Desafios e Oportunidades; Brasília, IPEA, 1999.-

_____, e Accorsi, Affonso; Uma política Urbana para as Cidades Mundiais Brasileiras, In: Rezende, Fernando e Lima, Ricardo (org.); Rio – São Paulo Cidades Mundiais: Desafios e Oportunidades; Brasília, IPEA, 1999.-

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e dos Santos Junior, Orlando (org.); Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise; Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1994.-

_____, e Cardoso, Adauto Lucio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: PECHMAN, Robert e RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade, Povo e Nação. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

_____, e de Azevedo Sérgio (org.); A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana, Ed. UFRJ, 1996.-

ROLNIK, Raquel e Cymbalista, Renato (org.); Instrumentos Urbanísticos contra a Exclusão Social, São Paulo, Polis n° 29, 1997.-

SANTOS, Enilson e Aragão, Joaquim (org.); Transportes em tempos de reforma, Brasília, LGE editora, 2000.

SANTOS, Milton e Silveira Maria Luiza; O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, Noronha. Meios de transporte no Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura, 1996. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 36 e 37).

SILVA, Maria Lais P. Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 20).

SMOLKA, Martim O.; Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro; Belém, Pará, Anais do XI Encontro Nacional de Economia, 1983.-

SOUZA, Marcelo Lopes de; Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral; O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20; Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Urbanas, IPPUR/FASE, 1996.

TOLOSA, Hamilton C.; A Reestruturação Produtiva do Rio e São Paulo e a Viabilidade das Cidades Mundiais Brasileiras, In: Rezende, Fernando e Lima, Ricardo (org.); Rio – São Paulo Cidades Mundiais: Desafios e Oportunidades; Brasília, IPEA, 1999.-

TOPALOV, Christian, A urbanização capitalista: alguns elementos para sua análise, México, 1978.

_____ ; Le Profit, La Rent et La Ville: Eléments de théorie, Paris, Economica, 1984.

_____ ; Ganancias y rentas urbanas: Elementos teóricos, Madrid, Siglo XXI, 1984.

VAINER, Carlos; Pátria, empresa e mercadoria, notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano; In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, Arantes et. al., Petrópolis, ed. Vozes, 2002.

VETTER, David Michael, Massena, Rosa Maria Ramalho e Rodrigues, Elza Freire; Espaço, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infra-estrutura do Município do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro: Revista Brasileira de geografia, n° 41 (1 – 2): 32-71, jan./jun. 1979.

WRIGTH, Charles; Transporte rodoviário de ônibus, Brasília, IPEA, 1992.

MUDANDO A CARA DO LUGAR: o shopping center no contexto do bairro e da cidade

Rosemere Maia¹

Resumo

Neste trabalho, analisamos a significativa importância que os shopping centers vêm ocupando no cenário urbano, demonstrando como estes empreendimentos têm mexido com a dinâmica das áreas onde se instalam, alterando sua infraestrutura, concorrendo ou complementando o comércio tradicional, atraindo pessoas de fora, gerando empregos, trazendo a modernidade.

Palavras-chave: Cidade, shopping center, transformações urbanas, modo de vida.

1. Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ; Doutora em Geografia pelo PPGG/UFRJ; Pesquisadora da FAPERJ.

Abstract

The purpose of this research is the analysis of the importance the “shopping center phenomenon” has been acquiring in the urban scenario. There is also an effort to demonstrate how these enterprises are affecting the areas where they are present. As they can compete or complement the traditional commerce they alter the urban substructure, attract people from other places, create job opportunities, and bring development/modernity to the place.

Key words: City, shopping center, urban transformations, life way.

1- Diacronia do fenômeno: surgimento e consolidação do modelo shopping center

Não é de hoje que o modelo *shopping center* vem crescendo em importância e atraindo amplos e diversificados setores e atores sociais em todo o mundo, atores estes que manifestam em relação a ele interesses igualmente distintos.

Seja protagonizando ou promovendo significativas alterações no espaço urbano, seja fazendo emergirem novas formas de sociabilidade, tais empreendimentos, com sua força e sedução, não podem ser negligenciados ao analisarmos a(s) cidade(s) contemporânea(s) - em forma e conteúdo.

Aqui no Brasil, começam a ganhar visibilidade somente a partir dos anos 80, mas seus “embriões” já podiam ser vistos em algumas cidades norte-americanas há, pelo menos, cinco décadas antes disto. O incremento das relações capitalistas, o crescimento e, ao mesmo tempo, a progressiva descentralização das metrópoles, trouxeram implicações significativas não somente nas relações estabelecidas na esfera da produção, como, outrossim, na organização espacial das cidades e no modo de vida dos americanos.

A remoção dos limites espaço-temporais tornava-se, assim, fundamental para a viabilização do projeto de expansão/afirmação do sistema econômico e de difusão do estilo de vida metropolitano. No século XX, já nos seus primórdios, deu-se um efetivo investimento nos meios de transporte e comunicação, na construção de rodovias, permitindo a superação das restrições naturais ao crescimento das cidades, além da propagação da massa urbana por entre distritos e províncias de maneira difusa. Tudo isto levou ao surgimento de áreas que, por terem resultado de um processo diferenciado daquele que caracterizou o “nascimento” das cidades históricas, GEDDES denominou de “conurbação”². (MUMFORD, 1991: 583).

2. Segundo o autor, a maioria das grandes cidades do mundo (como Roma e Londres, por exemplo) possuía, até o século XIX, limites bem claros, em razão das restrições naturais ao seu crescimento, já que havia limitações relacionadas aos meios de transportes e de comunicação. A partir de então, com crescente desenvolvimento destes, produziram-se não só nelas, mas em várias partes do mundo, tecidos urbanos relativamente indiferenciados, “sem qualquer relação quer com um núcleo internamente coerente, quer com qualquer tipo de demarcação exterior”. (MUMFORD, 1991:583)

Nesse contexto, surgem os primeiros empreendimentos, cujo desenvolvimento, segundo VALADARES, só se tornou viável em razão de alguns fatores:

redirecionamento de importante parte do setor produtivo para o consumo civil, com a emergência do consumo de massa em sua plenitude; a política estatal de apoio à construção civil, sobretudo à construção de residências; a difusão do uso do automóvel; o emprego massivo de fundos públicos na abertura de auto-estradas; a concentração do capital, inclusive do capital comercial; e a elaboração e difusão de novas tecnologias de marketing e de administração de empresas. (1993: 3-4)

Embora se costume fazer uma associação direta e imediata entre o processo de suburbanização dos americanos e o deslanche da era *shopping center*, haveria, para RYBCZYNSKI (1994), outros elementos a contribuir para o sucesso de tais empreendimentos naquela sociedade, principalmente os que se referiam às mudanças nos hábitos de consumo e no estilo de vida dos norte-americanos. SCHLOSSER (2001), referindo-se especificamente a Los Angeles, fala do surgimento de modo de vida completamente novo, que girava em torno do automóvel. E continua:

Los Angeles logo se tornou uma cidade diferente de tudo o que o mundo já tinha visto, espalhada e horizontal, uma metrópole completamente residencial, cheia de casas isoladas - uma nesga do futuro moldado pelo automóvel. [...] A inquietação, a impermanência e a velocidade enraizaram-se na cultura que vinha surgindo, junto com uma abertura a tudo o que fosse novo [...] O carro deu aos motoristas uma sensação de independência e controle. O triunfo do automóvel incentivou não só uma separação geográfica entre as construções como também a edificação de uma paisagem espalhafatosa e ousada. A arquitetura não podia se dar ao luxo de ser sutil; era preciso capturar o olho dos motoristas que trafegavam em altas velocidades. (2001 : 30-3)

Os *shopping centers*, assim, adequavam-se muito bem a este novo modo de viver, à era da velocidade, à praticidade, à tentativa de encurtamento de distâncias, sem falar que sua megaestrutura era igualmente condizente à ousadia e ao espalhafato demandados pelas construções erigidas doravante, que deveriam ser vistas e discriminadas à distância.

O surgimento e a proliferação destes empreendimentos naquela sociedade não pode, de maneira alguma, ser tratada como casual. Sua expansão, num momento em que o capitalismo atingia seu estágio monopolista, só serve para demonstrar sua extrema funcionalidade a este modo de produção específico. A ordenação total que os *shopping centers* continuamente buscavam - ainda que, aos consumidores, fosse sempre repassada a idéia do percurso livre - significava, a bem da verdade, “a deriva organizada do mercado” (SARLO, 2000: 16). Segundo a autora, “nos *shoppings* não se poderá descobrir, como nas galerias do século XIX, uma arqueologia do capitalismo, senão sua realização mais plena”. (2000: 18)

Nesse sentido, o *shopping center*, como um local especializado para o consumo, tornava-se, assim, totalmente funcional a essa ordem. Além de organizar-se espacialmente segundo a tendência à aglomeração (SINGER, 1982: 30) - hoje, já não tão importante em se tratando da produção, mas fundamental em se tratando de comércio e serviços -, sua lógica imanente situava-se tanto na possibilidade de maximizar a oferta de produtos, como de possibilitar o contato de seu público com a diversidade destes, aglutinando vários ramos de atividades num mesmo local. E tudo isto, muitas vezes, utilizando-se de argumentos capazes de chamar à atenção para questões como conforto, segurança e comodidade - o que, segundo este discurso, o comércio tradicional era incapaz de proporcionar.

Ao longo do século passado, a funcionalidade e adequação desse tipo de empreendimento à lógica capitalista - e, de maneira especial, ao seu estágio mais avançado -, bem como aos novos imperativos postos às cidades no que se refere à sua organização espacial e à tendência a transformá-las em mercadorias³, já seriam, por si, razões suficientes para “justificar” seu aparecimento e expansão em diversas cidades do mundo, inclusive brasileiras. Na qualidade de um fenômeno que mais e mais se globaliza, acaba por modificar a estrutura do setor de comércio e serviços, bem como introduzir e consolidar novos hábitos de consumo e lazer entre a população, a criar novas formas de sociabilidade.

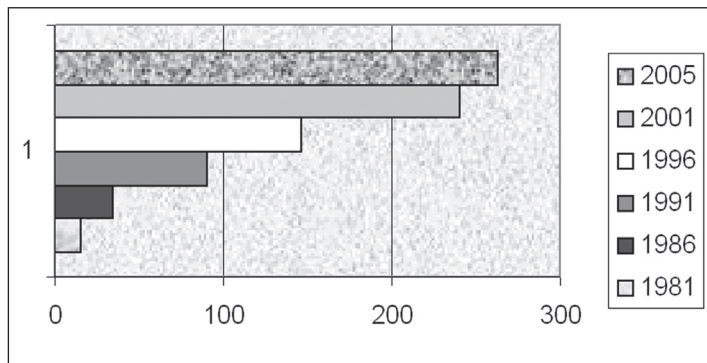
3. As propostas de renovação urbana, na contemporaneidade, têm se pautado, sobremaneira, naquilo que pode tornar uma cidade “vendável”, demonstrando uma tentativa ferrenha de transformá-la em mercadoria. Neste sentido, os shopping centers encontram-se em plena sintonia com as ações voltadas para a criação de infra-estrutura capaz de facilitar a passagem do modelo espacial industrial para o modelo do terciário avançado.

2- Expandindo horizontes, diversificando suas atividades - o shopping e a alteração da dinâmica urbana e do modo de vida dos cidadãos

A partir da década de 80 do século passado - e é neste momento que, como dissemos, tornaram-se parte do cenário das grandes cidades brasileiras-, os *shopping centers* não só tiveram um crescimento numérico como, outrossim, acabaram por ampliar, mais e mais, suas funções. Baseados numa filosofia de múltiplos usos, passaram a aglutinar lojas, escritórios, restaurantes, cinemas, parques de diversões, centros médicos, universidades, serviços pessoais (salões de beleza, academias, cursos), e até serviços públicos (telefônicas, agência de correios, informações turísticas, etc). O conforto, a comodidade e a segurança proporcionados por estes empreendimentos os tornaram extremamente atraentes tanto para a população residente na própria cidade, quanto para os que estavam de passagem, como os turistas, por exemplo. (KOWINSKY, 1985: 275)

Ao longo dos anos 90, no Brasil, uma nova tendência começou a ser esboçada: ao contrário do verificado no momento de seu surgimento- quando se concentravam, prioritariamente, nas áreas mais nobres das grandes cidades-, o que se observa, desde então, é sua expansão em direção às aos subúrbios e periferias.

EVOLUÇÃO DO Nº DE SHOPPINGS FILIADOS À ABRASCE:



Fonte: Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE)

A concentração de várias atividades num mesmo empreendimento faz dos *shopping centers* “paradigmas” de um novo tipo de “centralidade” e, paradoxalmente, de “extraterritorialidade”. A nova ordenação das cidades, para a qual eles vêm contribuindo em larga escala, contribui para a desconstrução da lógica que caracterizara as cidades modernas, onde as áreas comerciais eram distintas daquelas dirigidas a outros usos e funções (como trabalho, lazer, consumo etc). Na contemporaneidade, ao contrário, os equipamentos urbanos abarcam todas estas atividades e funções, ao mesmo tempo em que são “desespacializados” em relação à cidade e ao entorno próximo.

Ora complementando, ora concorrendo com o comércio tradicional do bairro ou da área central, os shopping centers colocam à disposição de seus frequentadores um sem número de estímulos e possibilidades, mediados pelo mercado. No seu interior prevalece, aos dizeres de JAGUARIBE (1998:160), um único princípio de interação: “a promessa do consumo no qual saúde, alimentação, instrução e divertimento equivalem-se na potencialização da compra”.

2.1- Trazendo comodidade, melhoria de infra-estrutura urbana e valorização da localidade: eis o shopping no bairro...

Sem dúvida alguma, esses centros comerciais promovem mudanças significativas na localidade onde se instalam, alterações estas que começam a se processar já bem antes de sua construção, configurando-se mesmo em condição para sua edificação: investimentos em infra-estrutura, em comunicação e transportes são empreendidos pelo setor público ou por concessionárias privadas, viabilizando sua instalação.

Essas, contudo, não são as únicas alterações provocadas (direta ou indiretamente) pela chegada de um *shopping center* a determinada área. Pavimentação de ruas, esgotamento sanitário, canalização de córregos, expansão da rede de telefonia e ampliação das linhas de ônibus vêm acompanhadas pelo crescimento do comércio (inclusive informal) e de serviços (dentro e fora do empreendimento), concorrência com o comércio tradicional, geração de novos empregos, valorização do bairro - bem como dos imóveis situados no entorno - sem falar na atração de pessoas oriundas de outras áreas. Para

a população residente na vizinhança, os pontos positivos decorrentes da chegada de um *shopping center* superam, em grande medida, quaisquer prejuízos que possam causar à localidade. Modernidade, conforto, comodidade, diversidade, segurança costumam pesar mais na avaliação dos frequentadores que alguns transtornos no trânsito, por exemplo.

Indagando aos frequentadores de dois *shopping centers* situados em duas áreas distintas da Cidade do Rio de Janeiro (o Barra Shopping, na Barra da Tijuca, e o West Shopping, em Campo Grande), sobre os impactos provocados pela construção destes empreendimentos nas referidas localidades, pudemos constatar a dimensão das alterações introduzidas na dinâmica de cada bairro e no cotidiano de seus moradores.

Tanto para os frequentadores do West Shopping, quanto para os entrevistados no Barra Shopping, a concentração de lojas e serviços num mesmo local soa como um dos principais pontos a justificar a importância destes empreendimentos. Especificamente em relação ao primeiro, o fato de ter sido construído numa área que, até o seu surgimento, não passava de um lugar de passagem, desprovida de infraestrutura urbana, de comércio e de serviços, torna tais mudanças ainda mais expressivas. A instalação do shopping trouxe para a população local não só comércio, como algumas outras “facilidades” (bancos, serviços de telefonia, restaurantes, cinemas e, mais recentemente, cursos universitários), tornando-se referência, também, para moradores de bairros e municípios vizinhos (como aqueles situados na Baixada Fluminense e na Costa Verde).

A administração do shopping já reconheceu a importância atribuída pela população a tais serviços e, diante disto, tem procurado diversificar o mix do shopping, conforme depoimento de sua Coordenadora de Marketing:

“Nossa intenção sempre é de não só oferecer um centro de compras, mas também de lazer e serviços. O consumidor merece e quer que todas as suas necessidades sejam saciadas aqui e, desta forma, buscamos a excelência no atendimento, na qualidade e inovação. Assim, garantiremos nosso diferencial.”

Entre os frequentadores do Barra Shopping, a opinião não foi muito diferente, embora tenham demonstrado uma maior disposição para analisar

os rebatimentos do “modelo *shopping center*” – e não deste *shopping* específico - no bairro e/ou na cidade. Em relação aos entrevistados moradores da Barra, tal postura talvez se deva ao reconhecimento da pequena representatividade detida pelo comércio tradicional local, o que torna os shopping centers uma das principais marcas do bairro. A distância em relação ao Centro da Cidade - antes lócus privilegiado de acesso a determinados serviços e resolução de problemas - também é vista como um fator a conferir aos *shopping centers* tamanha importância.

Além disso, não podemos nos esquecer de que na Barra da Tijuca, bairro projetado para ser cruzado de automóvel - o que significa dizer, em outros termos, que “tudo é muito longe de tudo”, conforme mencionado por um entrevistado-, a concentração de lojas e serviços em *shopping centers*, dotados de amplos estacionamentos, soa à população local, e mesmo àquela que frequenta o bairro, como fundamental, como uma questão de conforto e comodidade:

“O shopping center traz muitas facilidades para os moradores do bairro. Aqui a gente pode encontrar de tudo. Não precisa ir ao centro da cidade.” Freqüentador do shopping.

Outro dado é que, tendo em vista a característica regional⁴ do Barra Shopping e a grande atração que tanto ele quanto a própria Barra exercem sobre pessoas de todas as partes da cidade (e de fora dela), muitos dos entrevistados tendem a avaliar seus impactos e sua repercussão para além daquele contexto. Um bom exemplo disto é a declaração abaixo:

“Ao concentrar determinados serviços, o shopping vende facilidade. Coloca à disposição de pessoas do próprio bairro e de bairros vizinhos mais opções.” Freqüentador do shopping.

Da mesma maneira, ou em grau até maior que no West Shopping, os administradores e lojistas do Barra Shopping reconhecem a importância

4. SHOPPING REGIONAL- tipo de shopping fornece mercadorias em geral (uma boa porcentagem de vestuário) e serviços completos e variados. Suas atrações principais são âncoras tradicionais, lojas de departamento de desconto ou hipermercados, mas não devemos desprezar o papel das áreas de lazer e das praças de alimentação no que se refere à atração do público. Seu tamanho varia entre 40 mil e 80 mil metros quadrados.

da diversificação e, ao mesmo tempo, do papel detido pelo empreendimento no contexto do Bairro e da Cidade e, cada vez mais, investem pesado no filão serviços, conforme sugere sua gerente de marketing:

“O que mais atrai a população ao shopping é o seu mix. Aqui, devemos oferecer à população um espaço onde elas possam resolver a vida. A nossa nova campanha é « Barra Shopping - completo como você!.. » Ela, por si, já diz tudo.”

Tamanha diversificação leva-nos a concluir que, em alguns *shopping centers*, constata-se uma mudança no próprio conceito de ancoragem, antes muito associado às lojas de departamentos, aos grandes magazines que detinham uma função importante na atração de clientela. Hoje, outras atividades exercem esta função: agências bancárias, de correios, telefônicas centro médico; cursos de inglês; linhas especiais (e gratuitas) de ônibus, praças de alimentação, etc- estes são alguns, dentre tantos outros itens, que indicam a importância dos serviços nos vários empreendimentos da Cidade, contribuindo para a confirmação da máxima expressa no depoimento anterior de que neles “as pessoas podem resolver a vida”.

Mesmo sendo incontestável a importância dos serviços no mix dos *shopping centers*, contribuindo para o atendimento a muitas das demandas apresentadas pela sua população usuária, não houve, por parte de nossos entrevistados, uma resposta que demonstrasse um consenso em relação aos segmentos mais beneficiados por eles. É patente que a frequência das respostas que indicaram uma tendência a considerá-los como acessíveis a todos foi bastante significativa (40% no West shopping e 36% no Barra Shopping). Contudo, não podemos negligenciar algumas notas dissonantes em relação a esta perspectiva, já que, a nosso ver, elas trazem elementos fundamentais para a análise do lugar do shopping no contexto do bairro e da cidade e da forma como é representado pela população.

Para tal, é necessário que consideremos que as diferenças observadas possuem tanto um caráter endógeno, quanto exógeno. As determinações internas ao próprio shopping referem-se aos tipos de serviços postos à disposição; ao delineamento, por parte do prestador de serviços, do perfil de seus usuários; à capacidade de absorção das demandas postas pelos frequen-

tadores do empreendimento. As determinações externas dizem respeito à localidade onde o shopping situa-se e à existência [bem como à variedade], ou não, de outras atividades encontradas no entorno; às demandas reais ou potenciais apresentadas pela população local ou dos bairros situados no raio de ação do empreendimento⁵.

A referência à utilização dos serviços prioritariamente pelos segmentos mais abastados (classes média e alta) foi muito mais recorrente no Barra Shopping que no West Shopping. Neste caso, é preciso que se considere o fato de que o Barra Shopping ganha do outro tanto em número quanto em variedade de serviços, o que possibilita a seus freqüentadores respostas a demandas de várias naturezas:

“Aqui a gente pode cortar o cabelo, comprar um remédio, estudar inglês, ir ao médico, por uma carta no correio, e sem qualquer preocupação com os filhos, porque eles podem ficar brincando nos cercadinhos. Aonde teríamos isso no Centro da Cidade, por exemplo?” (Freqüentadora do Barra Shopping)

Todas essas facilidades que foram descritas pela freqüentadora têm como alvo prioritário, conforme nos relatou a gerente de marketing do shopping, as classes A e B, e para elas, ainda segundo a gerente, “estão sempre sendo pensados novos serviços, à medida que estes, na Barra, não encontram muito espaço nas ruas”. O tom seletivo presente no discurso da referida funcionária é ratificado pelo conteúdo expresso na fala de alguns entrevistados:

5. Em relação a este aspecto, mesmo sendo a Barra um bairro que possui um amplo leque de opções no que se refere aos serviços - e a grande maioria deles situada em shopping centers -, nada se compara, aos olhos da população local, às facilidades e à diversificação que o Barra Shopping apresenta neste sentido. Quanto à população de outros bairros que freqüenta o shopping, assim o faz menos para “resolver problemas”, que para passear ou comprar.

Campo Grande, ao contrário, ainda possui um centro tradicional muito forte e que concentra grande parte dos serviços de que o bairro dispõe, sem falar que é marcante tanto na população do próprio bairro, quanto na das imediações, a cultura de andar no calçadão e utilizar-se dos recursos disponíveis nos seus arredores. Apesar de terem aderido ao “modelo shopping center”, não abrem mão da “tradição” que o comércio de rua representa.

“Eu vejo que os serviços que têm aqui no shopping são para os freqüentadores que têm mais dinheiro...Por isso eles são atendidos melhor. A aparência da pessoa, quando entra em determinados lugares vale muito!...”

“O pobre no shopping center não tem direito a nada, porque tudo é muito caro. Você já viu pobre entrando em salão de beleza de shopping? Só se for para trabalhar! O pobre não é beneficiado. A classe alta que ganha com isso.”

Já no West, ainda que o mix do shopping não comporte uma ampla gama de serviços, seu caráter mais popular leva seus administradores e empreendedores a terem uma visão mais “democrática” em relação a este aspecto, ainda que, objetivamente, os segmentos populares não sejam, efetivamente, muito beneficiados com alguns deles (como, por exemplo, o serviço de lavagem de automóveis, as áreas destinadas ao lazer de crianças e jovens, os cursos universitários, os salões de beleza etc.). Algumas falas dos entrevistados ilustram bem esta contradição:

“Quem sai ganhando com os serviços que tem aqui é a classe média, que não vem só passear. Quem ganha um salário mínimo não pode, por exemplo, deixar o filho no cercadinho para tomar um chope com os amigos”

“A classe média é que é beneficiada, pois ela não só pode consumir visualmente, como os pobres, mas também tem condições de comprar.”

Como a maioria dos serviços existentes nos *shopping centers* não é de caráter público (salvo exceções), é compreensível que os segmentos mais pobres vejam-se impossibilitados de a eles terem acesso, daí a pouca (como no West) ou nenhuma (como no Barra) referência a estes como “beneficiários”.

Voltando ao que os entrevistados responderam como aspectos positivos decorrentes da instalação do *shopping center* no bairro ou na cidade, chamou-nos à atenção um dado em particular: as transformações processadas no espaço urbano - que, em certa medida, poderiam se apresentar como “melhoria de infra-estrutura”-, não tiveram o peso que críamos que teriam no discurso dos entrevistados: poucos foram os que se mencionaram este aspecto. Tendo em vista o teor comparativo de nossa abordagem, impressionou-nos ainda mais o fato de tal referência ter sido maior no Barra Shopping

que no West Shopping, já que, sem dúvida, a associação entre as alterações infra-estruturais e o momento de chegada do West Shopping à localidade é muito mais visível, diferentemente do ocorrido na Barra. Neste último bairro, as obras de pavimentação, iluminação, esgotamento, melhoria das vias de acesso ao bairro, transportes (incluindo os “alternativos”), não podem ser atribuídos, exclusivamente, ao peso detido pelo empreendimento, mas a toda uma política de urbanização dirigida à região, sobretudo a partir da década de 70.

Com relação ao local escolhido para a construção do West Shopping, não há como negarmos a condição “marginal” que se encontrava em relação ao centro de Campo Grande, até a chegada do shopping. Lá, todo o investimento em infra-estrutura foi fundamental, já que, desde então, passou a ganhar “luz própria”, atraindo outros investidores e tornando-se mais valorizado. Analisando fenômeno semelhante ocorrido em determinadas áreas paulistanas, GAETA apresenta-nos algumas considerações interessantes:

A transformação que esse espaço comercial representa, o significado de sua inserção no urbano, vem indicar que há um processo novo que aponta para uma organização do espaço cada vez mais gerenciada e monopolizada. Os diversos elementos que se transformam e se desenvolvem revolucionam relações de interesse da geografia, como: o ponto comercial, as externalidades, a relação próximo/distante, a relação continuidade/descontinuidade, a obsolescência do produto espacializado, a ideologização do espaço, a relação espaço público/espaço privado, o espaço sistematicamente administrado pelo político, a política miúda do espaço, a transformação de todo espaço em espaço de poder e de controle. (1992 : 55-6)

Sem dúvida alguma, os investimentos feitos na área talvez demorassem muito a chegar, não fosse a instalação do shopping, o que demonstra quão os interesses do capital são decisivos na definição e implementação das políticas públicas. Embora se constituindo numa minoria, o certo é que alguns de nossos entrevistados demonstraram perspicácia de apreender esta associação, o que fica expresso no depoimento abaixo:

“Com a chegada do shopping, tudo melhorou aqui nas redondezas. A região se modernizou. Antes, aqui era muito atrasado: as ruas eram estreitas, não havia quase comércio, a sinalização era precária, os transportes para o centro de Campo Grande e da Cidade eram complicados. Agora, não. Têm muitos ônibus que saem de bairros próximos e são via West Shopping. Além disso, tem kombi aqui para todo lado, ponto de táxi e vans que passam com freqüência. Melhorou muito!”

Para os empreendedores seu significado foi bem outro: reduziram enormemente os custos do empreendimento e o tornaram viável, já que coube ao Estado produzir os meios para que o processo de urbanização da área fosse deslanchado. Ainda assim, em seus discursos (sintetizado na fala de sua coordenadora de marketing), tudo o que foi feito ainda parece pouco, já que outros elementos ainda poderiam ser viabilizados pelo Poder Público, com vistas a facilitar a dinâmica do *shopping center*:

“Foram poucas as melhorias dos equipamentos urbanos, pois os meios de transportes não são suficientes para o lado de Campo Grande em que nos encontramos e isso favorece a diversificação dos meios de transportes alternativos. Se tivéssemos um investimento para sanar este tipo de problema, nos ajudaria muito para melhorar o acesso de nossos freqüentadores”.

A referida profissional, contudo, não fez qualquer alusão a uma alternativa que pudesse envolver o shopping na solução deste “problema”. Uma possibilidade seria, por exemplo, a colocação de ônibus próprios (e gratuitos) à disposição dos freqüentadores, de modo a facilitar seu acesso - o que, inclusive, já foi feito por um curto período e interrompido sem quaisquer esclarecimentos à população.

2.2- O shopping como elemento de progresso e modernidade:

A valorização do local como fruto da construção de um *shopping center* foi mencionada por alguns de nossos entrevistados, tendo ocorrido com maior freqüência entre aqueles ouvidos no West Shopping, que no Barra Shopping. Alguns elementos, já assinalados há pouco, fornecem-nos pistas para a compreensão deste quadro, mas não são, por si, suficientes. Com

certeza, as melhorias infra-estruturais ocorridas na localidade tendo em vista a viabilização do empreendimento provocaram uma mudança na “cara do lugar”. Contudo, a nosso ver, não são os elementos a pesar mais na justificativa forjada pela grande maioria de nossos entrevistados:

«O shopping valorizou Campo Grande. Entramos na modernidade.» (Frequêntador do West Shopping)

«O shopping é motivo de orgulho. Representa a valorização do local, dos imóveis. É o crescimento do bairro, a chegada do progresso.» (Frequêntador do West Shopping)

«O Barra Shopping mudou a cara da Barra, valorizando o lugar. A Barra cresceu e tem, hoje, no Barra Shopping sua principal referência.» (Frequêntador do Barra Shopping)

O *shopping center* como elemento a permitir o ingresso de um bairro (e de sua população, obviamente!) na modernidade; o shopping identificado com o progresso. Tais associações são, a nosso ver, extremamente interessantes e nos colocam a necessidade de, ainda que brevemente, fazer alguns comentários sobre o(s) sentido(s) da modernidade, inclusive sobre aquele do qual nossos entrevistados são depositários.

A modernidade pode ser compreendida como uma ruptura com uma “ordem pós-tradicional” (GIDDENS, 1991b:2) ou, ainda segundo o autor, como um “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. (GIDDENS, 1991a: 11). Tendo como principais características o industrialismo, o capitalismo, o aumento do poder organizacional, o controle dos meios da violência e o desenvolvimento dos Estados Nacionais, a modernidade prima pelo dinamismo de suas instituições, conferindo um caráter igualmente fugidio e dinâmico às relações sociais. Segundo FEATHERSTONE,

Isso se baseia na separação do tempo e do espaço, o que significa que as atividades já não estão mais confinadas ao lugar e que a comunicação simultânea pode ocorrer superando a distância; o desencrustamento das instituições sociais da tradição, por meio do emprego de sistemas abstratos e de meios tais como o dinheiro; o uso cada vez maior de um conhecimento reflexivo. (1997 : 196)

Destradicionalizando o mundo, a modernidade deve ser vista, contudo, não apenas como uma época. Deve ser encarada “*em termos espaciais e relacionais*”, passível de ser experimentada de forma singular, o que não significa, segundo o referido autor, descartar sua tendência integradora e unificadora. A modernidade é, assim, ordem e caos:

mudança contínua, impelida pela necessidade de lidar com a desordem que ela, ao mesmo tempo, busca e gera. Essa[...] imagem refere-se à modernidade produzindo uma ruptura incessante e desorganização social conforme pacifica e controla a natureza, tendo em vista objetivos humanos, e rompe com as antigas estruturas da vida social para dar lugar ao novo. (FEATHERSTONE, 1997 : 199-200)

Quando nossos entrevistados, sobretudo aqueles abordados no West Shopping, encaram a instalação do empreendimento na localidade como produtora de modernidade, tal postura não nos parece, entretanto, como motivada por uma percepção das rupturas e desorganização que ele possa ter provocado na área. A nosso ver, suas considerações estão mais propensas a expressar a força detida por um ideal de modernidade *militante*, que faz com que as pessoas se acomodem a ele, pela ação que exerce através de “*meios autoritários, por pressões morais, pelo jogo dos mecanismos econômicos*”. (CHESNEAUX, 1996:93) No seu estágio atual, a “modernidade” pretende demonstrar que a inclusão a ela depende da incorporação da idéia de que

o mais é a forma superior do melhor, a quantidade prima sobre a qualidade, o outro não passa de uma versão imperfeita do eu [...] O Homo mundialis modernicus resiste mal às exigências econômicas e técnicas que controlam o planeta, ao mesmo tempo, teleguiado e desarticulado, refugia-se no aleatório e no fugaz. Involuntariamente, encontra assim o sentido etimológico da palavra moderno, esse longínquo derivado do advérbio do latim vulgar modo. Modo significava a tarefa do momento, just a moment [...] milhões de cidadãos que regressaram ao estado de usuário confirmam sua adesão ao modelo social dominante ; eles votam pela modernidade nas prateleiras dos supermercados e nos pedágios das estradas, nas arquibancadas dos grandes concertos de rock e nas filas de embarque dos aeroportos. (CHESNEAUX, 1996 : 93-4 ; 100)

Em se tratando dos *shopping centers*, as constantes transformações pelas quais eles passam e, ao mesmo tempo, “impingem” à localidade onde

se situam são traduzidas na sua linguagem arquitetônica, na adesão à “permanente oscilação dos valores estéticos e no sentido de estar sempre acompanhando a moda, à semelhança do que ocorre com as músicas e roupas”. (RIMKUS 1998: 175).

Para manter e difundir o ideal de modernidade, tais empreendimentos utilizam-se não só de elementos arquitetônicos, mas, outrossim, da sedução dos segmentos mais jovens - mais afeitos às novidades - e à priorização de equipamentos de lazer e entretenimento voltados para este público específico, conforme também nos sugere RIMKUS (1998 : 179).

Ao procederem assim, os *shopping centers* não chegam a atrair para seu interior, na mesma medida, pessoas de segmentos etários diferentes, havendo um decréscimo no número de freqüentadores quanto mais se está próximo da terceira idade. Isto ficou bastante claro quando traçamos o perfil dos freqüentadores dos dois *shopping centers* específicos, além de poder ser comprovado ao tomarmos por base os dados de uma pesquisa realizada pelo IPDM - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Mercado em 2003, em *shopping centers* do Rio e de São Paulo -, que demonstraram que apenas 18% dos entrevistados possuíam mais de 45 anos, sendo preponderante o percentual daqueles com idades entre 20 a 29 (38%) e 30 a 44 anos (30%).

Tendo por respaldo todo um ideário que associa juventude à transgressão, transformação, inquietude, os jovens que circulam pelos *shopping centers* como consumidores e, principalmente, aqueles recrutados pelos lojistas tornam-se peças fundamentais na reprodução/difusão do caráter moderno deste modelo, além de parecerem muito mais abertos à sedução exercida por tais empreendimentos e, ao mesmo tempo, mais “dispostos” a mudar.

A presença de um *shopping center* em determinada área - além dos aspectos já tratados -, traz outras duas implicações que nos parecem essenciais:

a) a primeira diz respeito à “*reformulação dos padrões de assentamento e convivência urbanos*”. (CANCLINI, 1995: 27) E, neste sentido, não há como negarmos que as formas de sociabilidade alteraram-se, profundamente, ao longo do século XX. As grandes cidades - agigantadas sob os imperativos da produção, do consumo e da circulação, bem como ameaçadas pelas mais variadas

formas de violência – vêm, há muito, restringindo a vivência cotidiana dos cidadãos aos espaços privativos e/ou, de algum modo, controlados.

Há quem sustente, inclusive, que, diante de tal tendência, teria a rua, enfim, perdido seu sentido clássico - de lugar de encontro, de confronto, de troca, de sociabilidade. Contudo, gostaríamos de sustentar que outros espaços têm servido a tais finalidades. Ainda que alguns creiam que tenha sido decretada, a exemplo do defendido por Le Corbusier⁶, a morte à rua, os novos tempos não foram, contudo, capazes de por fim à *experiência da rua*: os *shopping centers*, os parques temáticos, os clubes, os salões de baile, os botequins, as quadras de escolas de samba estão aí para confirmar isto. Neste sentido, afirma MAGNANI (2002):

Esta é a riqueza que caracteriza a experiência urbana e que a rua, em sua relação metonímica com a cidade, evidencia. Não se pode ler a cidade a partir de um eixo classificatório único: é preciso variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço da cidade.

b) a segunda refere-se àquilo a que CANCLINI (1995: 28) chama de “reelaboração do ‘próprio’, devido ao predomínio dos bens e mensagens provenientes de uma economia e uma cultura globalizadas sobre aqueles gerados na cidade [e eu diria, no ‘bairro’] e nação a que se pertence”.

Em relação a isso é importante que se observe que, ao mesmo tempo em que, para os entrevistados, a presença de um *shopping center* em dada área pode levar à “valorização” desta (o que nos sugere uma tentativa de torná-lo parte, de inseri-lo na dinâmica local, encarando-o como motivo de orgulho e de melhoria da auto-estima no que se refere à condição de morador do bairro, além da afirmação da “identidade” em relação a este),

6. Le Corbusier, considerado por muitos como um dos maiores - se não o maior - arquiteto do século XX, exerceu grande influência nos novos paradigmas de planejamento e design urbanos doravante. Ao defender a “utilização” das ruas apenas para o tráfego de pessoas motorizadas, uma questão política parece-nos subjacente: a morte à rua significava a tentativa de eliminar conflitos, de evitar o convívio, a socialidade; significou, enfim, segmentar.

não constatamos por parte dos administradores e empreendedores sentimento semelhante.

Na verdade, muitas das iniciativas vão em direção à *autonomização* do *shopping* frente ao entorno e às tradições e relações nele presentes. Para aqueles que administram o empreendimento, o importante é que os frequentadores falem a língua do mercado e sonhem com os produtos que nele se encontram. (SARLO, 2000: 26). Segundo a autora:

A máquina perfeita do shopping, com sua lógica aproximativa, é, em si mesma, um tabuleiro para a deriva desterritorializada. Os pontos de referência são universais: logomarcas, siglas, letras e etiquetas não requerem que seus intérpretes estejam enraizados em nenhuma cultura anterior, ou distinta da cultura do mercado. (2000 : 19-20)

Tais considerações nos parecem fundamentais ao entendimento das contradições que permeiam a construção da identidade do morador em relação ao seu bairro, sobretudo se considerarmos que, ao mesmo tempo em que nossos entrevistados enfatizaram, a todo momento, um sentimento de pertencimento à localidade, à cidade, também explicitaram um desejo de inserirem-se num contexto “cosmopolita”, em relação ao qual os *shopping centers* soam como fiéis representantes.

A própria construção da noção de bairro, na contemporaneidade, também é passível de questionamento e, neste sentido, somos simpáticas às sugestões de SOUZA (1989), que entende o “*bairro, simultaneamente [como] uma realidade objetiva e subjetiva/ intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma a outra ao longo do processo histórico.*” Neste sentido, a existência do bairro requer mais do que limites precisos: necessita de identidade, da capacidade detida por cada morador de *entrar nele* e diferenciá-lo dos demais.

2.3- O direito ao ócio - o shopping como espaço de lazer e sociabilidade

O “tempo livre”, sobretudo aquele experimentado pelas camadas populares, costuma ser fortemente reduzido nas grandes metrópoles em

razão da hipertrofia do tempo gasto no seu deslocamento entre a casa e o trabalho, tanto em função da distância existente entre ambos, quanto, outrossim, em decorrência das condições de tráfego e da precariedade dos transportes coletivos. Define-se em oposição a este tempo ocupado' (jornada de trabalho, tempo gasto nas atividades domésticas e familiares, tempo despendido nos deslocamentos), o 'tempo liberado', aqui entendido como todo o tempo restante, mas que, muitas das vezes, não há quaisquer garantias de que todos terão o direito de aproveitar.

As grandes cidades apresentam aos cidadãos tanto restrições de ordem objetiva, quanto simbólica, para a prática do lazer nos espaços públicos. E diante destas, poderíamos afirmar a partir da análise dos discursos de nossos entrevistados, que os *shopping centers* surgem como uma boa opção.

O *shopping*, visto como lócus privilegiado de lazer, foi elemento presente nas falas dos informantes, embora tal aspecto tenha se apresentado de forma mais recorrente no discurso dos freqüentadores do West Shopping, o que nos faz levantar algumas considerações a este respeito.

Ao contrário da Barra da Tijuca, a Zona Oeste, de modo geral, e Campo Grande e adjacências, de modo especial, possuem limitadas opções de lazer. Os equipamentos urbanos em pouco contribuem para a satisfação desta necessidade e não há efetivo interesse por parte do Poder Público para a reversão deste quadro. Afora as iniciativas eleitoreiras, como criação de pequenas praças nos bairros - não raras vezes detentoras de precária infraestrutura em sua origem, ou esquecidas tão logo inauguradas, causando sua deterioração-, o que se percebe é um total descaso em relação a estas áreas e, conseqüentemente, a permanência da população dos subúrbios e periferias num estado de orfandade frente às políticas urbanas.

As práticas de lazer apresentam-se como fundamentais para a sociabilidade, permitindo "a criação de vínculos entre as pessoas, além de implicar determinadas formas de relação com os equipamentos e espaços urbanos."(TORRES, 1996:72)

A onda de violência que paira sobre a cidade, o individualismo, bem como a ênfase nas relações intimistas que caracterizam o mundo contemporâneo, vêm dissuadindo, entretanto, as pessoas de buscarem o lazer na

rua. Mais e mais, tornamo-nos adeptos do lazer doméstico ou realizado em locais privativos como clubes, condomínios e *shopping centers*. Estes elementos têm interferido, inclusive, na forma como nos relacionamos com alguns ícones culturais, como é o caso do cinema. As grandes salas de exibição, situadas nas áreas centrais das cidades e bairros, vêm sendo fechadas, dando lugar a templos evangélicos - a exemplo do ocorrido em Campo Grande, com o Cine Palácio. Para os moradores das cidades, restam duas opções: ou assistem aos filmes em casa, ou buscam as salas de exibição situadas nos *shopping centers*.

Tal qual o cinema, as praças também mudaram de lugar e formato, da mesma maneira que o fizeram certos bares e restaurantes, casas de jogos e parques infantis. A antiga e popular “conversa de bar”, da mesma maneira que o namoro no banco da praça podem, hoje, ser vividos no espaço dos *shopping centers*, demonstrando a possibilidade de resgate da “tematização do urbano”, da sociabilidade. Tanto é assim que um grande número de entrevistados relatou que o *shopping* costuma ser “usado” como local para encontrar amigos, paquerar, conhecer pessoas novas.

Diante da ausência ou da decadência das praças da cidade, frente à impossibilidade de flunar pelas ruas sem riscos, confrontado com a escassez de espaços de cultura e lazer nas ruas (como cinemas e teatros), o frequentador de *shopping center* vê nesse espaço o potencial de atendimento a algumas de suas necessidades neste sentido:

“Muitas pessoas vêm ao shopping por pura diversão. Nem sempre compram alguma coisa. O maior público para mim são os adolescentes. Eles são atraídos por passeios baratos. Você não é obrigado a gastar, mas pode se divertir.” Entrevistado no Barra shopping.

“A rua já não é tão segura, aí os shopping aparecem como um lugar onde a violência é muito menor, dando prá gente ter um lazer mais tranquilo.” Entrevistado no West shopping.

Para uma parte significativa de nossos entrevistados, o lazer no *shopping* é tido como uma *atividade desinteressada*, no sentido postulado por HUIZINGA (apud SENNETT: 1998: 386), qual seja, “*de se estar afastado do*

desejo imediato ou da gratificação instantânea”, da mesma maneira que surge como uma prática capaz de “suspender” as pressões cotidianas. Daí o *shopping* ser tomado como um lugar para “jogar”, “refrescar a cabeça”, “lanchar” ou simplesmente “*não fazer nada*”.

Há quem reedite, nesta “empreitada”, a condição de flâneur, tão bem descrita por BAUDELAIRE, perambulando nos corredores destes templos e “*examinando ociosamente os passantes e a diversidade dos produtos à venda nas lojas*”. (GIDDENS, 1991: 143) Isto pode ser comprovado pelo número de freqüentadores que, indagados sobre o que costumam fazer no *shopping*, além de compras, responderam simplesmente: “*bater perna*” ou “*passar*”.

As praças de alimentação costumam ser, nos dois *shopping centers*, os locais mais concorridos, o que justifica o fato de, mais e mais, elas virem assumindo a função de âncoras em muitos destes empreendimentos. Dentre os nossos entrevistados no West, 32% relataram freqüentar o *shopping* apenas para lanchar/almoçar, o mesmo tendo sido mencionado por 17% dos freqüentadores do Barra Shopping. Sair para comer é visto, assim, como uma forma de lazer e, mais que isto, parece capaz de delinear um estilo, a exemplo do que nos demonstra DA MATTA:

Temos então alimento e temos comida. Comida não é apenas a substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido como também aquele que ingere. De fato, nada mais rico, em nossa língua, que os vários significados do verbo comer em suas conotações. (1998: 56)

O estilo de comida que mais se adequa ao modelo *shopping center* e a seus freqüentadores é, sem dúvida alguma, o *fast food*, não só pela rapidez com que chega à mesa, mas, sobretudo, por representar um modo de comer e um modo de ser consonantes com a força do imperialismo norte-americano e, mais que isto, com a força de marcas e símbolos que se tornaram globais, como é o caso dos “arcos dourados”. Lanchar no McDonald’s, independentemente de sexo, idade, faixa etária, situação de classe, é visto como um programa capaz de inserir aquele que come numa condição de modernidade. Neste sentido, retomando DA MATTA (1998), o que importa não é o valor nutritivo do sanduíche (que, na

hipótese de existir, seria capaz de enquadrá-lo na categoria alimento), mas seu valor simbólico, a exemplo do que nos sugere FONTENELLE:

Essas imagens associam-se ao valor central com o qual a marca McDonald's quer ter sua imagem vinculada atualmente, qual seja, a diversão, o ideal de entretenimento e de felicidade infinitos, produzidos em inúmeras propagandas coloridas e alegres. (2002: 180)

Mesmo os freqüentadores que demonstraram, durante a entrevista, pertencer a um estrato sócio-econômico inferior foram taxativos ao afirmar que quando vão ao *shopping* costumam ter ao menos “*garantido o dinheiro da coca-cola e do hambúrguer*”. Esta talvez seja a forma mais acessível e objetiva de se sentirem incluídos no espaço *shopping center* e adequados aos seus símbolos.

2.4- A criação de postos de trabalho

A geração de empregos foi outro ponto bastante mencionado pelos entrevistados ao se referirem à importância dos *shopping centers* no contexto do bairro e/ou da cidade. A vocação da cidade para os serviços não tem sido acompanhada pela melhoria do nível de renda da população, sobretudo pelo fato de ser a grande maioria das atividades desenvolvidas promotora de baixas remunerações e circunscrita à informalidade. Mais de 80% dos trabalhadores cariocas estão vinculados às atividades terciárias, mas não necessariamente aos setores dinâmicos da economia. Segundo DAVIDOVICH, “*já antes se mostrou que nessa supremacia do terciário estão incluídos setores pouco eficientes traduzidos em elevados índices de subemprego e desemprego disfarçado.*” (DAVIDOVICH, 1986: 355). A taxa de desemprego tem crescido, nos últimos 20 anos, assim como o número de trabalhadores informais e autônomos.

Diante desta realidade, é mais do que compreensível a importância conferida pelos nossos entrevistados ao *shopping center* como gerador de empregos, conforme pode ser comprovado através dos depoimentos abaixo:

« O emprego em nossa cidade e, principalmente, aqui no bairro é um problema. Quanto mais shopping centers eles abrirem por aqui, mais emprego irá gerar. E isso é muito bom. » Entrevistado no West Shopping.

«Aqui é uma verdadeira cidade, e o principal é que muitas pessoas podem trabalhar

nela. » Entrevistado no Barra Shopping.

O *shopping center*, então, é visto sinônimo de melhoria da qualidade de postos de trabalho no setor de serviços, fundamental num contexto onde este tem se precarizado e/ou informalizado, cada vez mais. Contudo, há que se considerar que, ainda assim, o setor em foco também tem lançado mão de estratégias de contratação em harmonia com a lógica de flexibilização das condições de uso da força de trabalho, como é o caso do contrato temporário. Muitos lojistas utilizam-se deste artifício, principalmente em épocas em que se prevê o aumento do público (datas festivas, sobremaneira), o que é visto pelos comerciantes como fator de insegurança, incerteza, já que, ainda que seja posta a possibilidade de “efetivação”, sabem que acabado o período do contrato o desemprego é que tenderá a se apresentar como realidade para a maioria.

Mesmo não viabilizando uma renda tão elevada (média de 3,5 salários mínimos⁷), as vagas abertas nos *shopping centers* se apresentam, principalmente aos jovens, como uma boa alternativa. Em função de sua inexperiência, ou falta de qualificação para atividades técnicas, buscam no comércio sua primeira chance. Deste modo, embora a população em geral perceba no *shopping* a potencialidade de gerar empregos, há que se observar que estes costumam ser viáveis apenas para parte da população, aquela que é capaz de corresponder a alguns requisitos específicos, vinculados à escolaridade (preferencialmente universitários, ou com ensino médio completo, além de conhecimentos de inglês, informática, técnica de vendas, relações humanas etc), idade, etnia, local de moradia, dentre outros.

Todos os requisitos tornados fundamentais no recrutamento dos trabalhadores de *shopping center* só são passíveis de compreensão se referidos à toda lógica que norteia as relações estabelecidas nas mais diferentes esferas, num contexto onde o consumo parece organizar de maneira totalitária o cotidiano.

A opção pelo recrutamento de jovens por parte dos lojistas de *shopping*

7. Em 2001, quando a pesquisa de campo foi concluída, o valor do salário mínimo correspondia a R\$180,00.

centers está plenamente de acordo com a lógica que rege a sociedade de consumo, onde o corpo, redescoberto, converte-se no “*mais belo, precioso e resplandecente de todos os objectos*” (BAUDRILLARD, 1995: 136). E ninguém melhor que o jovem para exibi-lo em sua plena forma e vigor.

O corpo não é mais carne (como na visão religiosa), tampouco é força de trabalho (segundo a lógica industrial). Na cultura do consumo, ele é tornado objeto de culto narcisista, daí elementos como juventude, beleza e erotismo serem considerados tão fundamentais. No *shopping center* - talvez a melhor expressão espacial desta cultura - é “compreensível” que esta lógica seja levada às últimas conseqüências, implicando numa seleção rigorosa de sujeitos sociais que correspondam a tais critérios.

Os jovens recrutados para os postos de trabalho nos *shopping centers* devem, tal qual um espelho, refletir o modelo de consumidor que a loja e/ou o serviço pretendem atrair. Devem ser capazes, outrossim, de repelir aqueles que fujam ao protótipo, que “*não têm nada a ver com a cara da loja*”, “*que não estão de acordo com o que se quer exibindo a nossa marca*”, conforme nos relataram dois gerentes de lojas entrevistados.

A opção pela contratação de vendedores brancos - num contexto onde, mais e mais, esta categoria é tornada “vitrine viva” dos produtos comercializados” - põe por terra o “mito da democracia racial”. Essa discriminação “velada” já foi denunciada pelo CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), em julho de 2001. Após realizar uma pesquisa no Shopping Rio Sul, tendo em vista a verificação do percentual de funcionários negros existentes no referido *shopping*, a organização chegou à conclusão de que a maioria quase absoluta dos vendedores do *shopping* era composta por brancos: “*dentre os 742 comerciários das 151 lojas visitadas, havia apenas 26 negros, o que representa 3,37% da mão-de-obra*”. (GOULART, *Jornal O Globo*, 07/07/2001: 12)

Os dados de nossa pesquisa também servem para ratificar essa tendência. Contudo, é preciso notar que apesar de, em ambos os *shopping*, a maioria dos trabalhadores ser formada por brancos, este contingente é mais expressivo no Barra Shopping que no West. Neste, embora o número de vendedores negros também seja pequeno, já se admite um significativo percentual de mestiços. Pensamos que tais diferenças decorram tanto do

fato de serem os funcionários deste último *shopping* recrutados na própria Zona Oeste – onde há uma concentração maior de negros e mestiços -, como do caráter mais popular das lojas existentes no *shopping*. No outro empreendimento, há uma maior concentração de lojas de grife que esperam ter sua imagem em conformidade com o “padrão de beleza” difundido em nossa sociedade - uma sociedade que parece ainda não consciente das misturas e matizes que possui.

Cada vez mais tornados vitrines vivas, os vendedores que trabalham em *shopping centers* precisam conjugar beleza, boa forma (para as mulheres, sinônimo de corpo *slim* e, para os homens, de características atléticas), aparência saudável. Submetem-se, neste sentido, a um processo de apasivamento do corpo FOUCAULT (1979), demonstração de que o poder o penetrou - um poder que estabelece regimes disciplinares rígidos e ao qual acabamos por nos sujeitar.

Considerações Finais:

A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente; talvez eu já tenha falado de Irene sob outros nomes; talvez eu só tenha falado de Irene. (CALVINO, 1990: 115.)

Nesta nossa trajetória, tivemos a possibilidade de constatar que o *shopping center* é como a cidade chamada por CALVINO de *Irene*. Quando mirado à distância, ele é um; à medida que dele nos aproximamos, tem sua configuração alterada - tanto em forma, quanto em conteúdo. Tal aproximação, contudo, não possui um teor meramente espacial, mas diz respeito, principalmente, à capacidade detida por cada um de apreender os símbolos que ostenta, as relações que lhe dão inteligibilidade.

Entrar nele, por sua vez, não é apenas transpor um limite ou uma porta, mas desvendar significados, descortinar hierarquias e contradições. Implica, algumas vezes, em tornarmo-nos prisioneiros das ciladas que

apresenta e, em outras, deixarmo-nos entorpecer pelas luzes, cores, cheiros e formas que põe à mostra. E mesmo quando, a exemplo do que ocorreu neste trabalho, parece que estamos olhando para duas *idades* diferentes [no caso, dois *shopping center*], quem poderá nos garantir que não se trata de uma única *Irene*, apenas disfarçada em suas múltiplas possibilidades de apresentação e sedução?

O que tentamos evidenciar, ao longo deste trabalho, é que o *shopping center* - em sendo um produto histórico-social em ampla sintonia com o atual estágio do capitalismo - vem alargando seu raio de ação e, neste sentido, alterando a cidade no que se refere à sua forma e, principalmente, mexendo no modo de vida dos cidadãos que, cada vez mais, deixam-se seduzir por seus símbolos e signos, aderindo à lógica que o dinamiza. Ter um shopping no bairro é, assim, para muitos, encontrar-se, se não inserido, ao menos a um passo da modernidade.

É dispor da possibilidade de acesso às novidades, ao lazer, à segurança - sobretudo diante da violência que ronda as grandes cidades - e, mais que isto, é sentir-se incluído, ainda que pela via do consumo (mesmo simbólico), a uma condição de *cidadania*.

É poder contar com - ou vislumbrar - melhorias para a localidade, dificilmente conseguidas não fossem elas necessárias (ou determinantes) à instalação do empreendimento - o que deixa claro que, do contrário, ficaria a população numa situação de orfandade em relação às políticas urbanas, já que, dificilmente, veriam alteradas as condições de pavimentação das ruas, saneamento, transporte, segurança, etc. É desfrutar de uma condição em que o bairro/a localidade adquire status, torna-se valorizado (a).

Embora tenhamos demonstrado quão imprescindível é a intervenção estatal para que os *shopping centers* apresentem condições objetivas de instalação em determinada área, o que se constata é um exíguo retorno por parte destes à localidade. Acabam por assumir e reproduzir a condição de "*ilhas de exclusividade*" e não se integram de maneira expressiva ao contexto, desconhecendo as demandas da população do entorno e não extrapolando seu caráter mercantil.

Em se tratando das cidades brasileiras, é fato que a expansão dos

shopping centers em direção aos subúrbios e periferias deve ser compreendida menos como uma real disposição de incorporação dos segmentos mais pobres, e mais como adequação à lógica do próprio varejo- haja vista sua tendência recente à concentração-, bem como à busca de uma classe média que também nestas áreas mais longínquas se faz presente.

Na condição de trabalhadores, os segmentos mais pobres acabam por não ter muito espaço nos *shopping centers* (principalmente naqueles situados em áreas mais nobres), dadas às exigências que são feitas aos que se candidatam aos postos de trabalho que lá se abrem: além de requisitos quanto à aparência (em geral, pessoas bonitas e, de preferência, *brancas*), vimos que os que os funcionários das lojas devem também possuir um nível de escolaridade, associado a conhecimentos outros (como inglês e informática), que grande parte dos membros dos segmentos populares não pode ter acesso.

Sem dúvida, muitas outras questões caberiam nesta análise, até porque, antes mesmo de iniciarmos nossa trajetória, estávamos certos de que o fenômeno analisado sustenta-se num sem número de incongruências, contradições e exceções, tornando-se, assim, incapaz de ser olhado e descortinado a partir de um único foco, ou através de um único caminho. Procuramos, neste sentido, apresentar um caminho possível, o que não significa considerá-lo único, tampouco verdadeiro. Até porque, parafraseando CALVINO (1999:44), talvez não caiba ao pesquisador buscar na cidade qualquer tipo de verdade, e sim aproveitar a resposta que ela [a cidade] dá às suas perguntas.

Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 1995.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro, Ed. Da UFRJ, 1995.
- CHESNEAUX, Jean. Modernidade Mundo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? 9ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DAVIDOVICH, Fany Rachel. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, jul-set 1986.
- FEATHERSTONE, Mike. O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel:SESC, 1997.
- FONTENELLE, Isleide Arruda. O nome da marca-Mc Donald's, fetichismo e cultura do descartável. São Paulo, Boitempo, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GAETA, Antonio Carlos. Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In PINTAUDI, Silvana Maria e FRÚGOLI JR, Heitor (org). Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.45-59.
- GAZETA MERCANTIL: PANORAMA SETORIAL, 1999: 44.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991a.
- _____. Modernity and self-identity. Cambridge: Polity Press, 1991b.
- GOULART, Gustavo. Passeata contra racismo percorre Rio Sul. O Globo, Rio de Janeiro, p.12, 07/07/2001.
- JAGUARIBE, Beatriz. Fins de século - cidade e cultura no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- KOWINSKY, Willian S. The Mall of America: an inside look at the great consumer paradise. New York: William Morrow and Company, 1985.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. Disponível em www.aguaforte.com/antropologia. Acesso em 2002.
- MUMFORD, Lewis. A cidade na História- suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- RIMKUS, Carla Maria F. Shopping centers: expressão arquitetônica da cultura capitalista do consumo. 1998. Tese (Doutorado), FAU/USP, São Paulo.
- RYBCSZYNSKI, Witold. O Centro da Cidade: o shopping center. Revista Diálogo. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1994. p. 51-8.
- SARLO, Beatriz. Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- SCHOLOSSER, Eric. País fast food. O lado nocivo da comida norte-americana. São Paulo: Ática, 2001.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In Maricato, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Omega, 1982. p. 21-36
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de uma abordagem política. Revista Brasileira de Geografia 51 (2). Rio de Janeiro, abr-jun, 1989. p. 139-172.
- TORRES, Lilian de Lucca. Programa de paulista: lazer no Bexiga e na Avenida Paulista com a Rua da Consolação. In Magnani, J.G.C. e Torres, L. L. (org.). Na Metrópole. São Paulo: Editora da USP, FAPESP, 1996. (p.54-87)
- VALADARES, Décio Eduardo. Shopping center: mito e realização do capital. 1993. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG. Belo Horizonte.

REDE DE CIDADES NA AMAZÔNIA ORIENTAL: entre processos contraditórios de homogeneização, polarização e segregação

*Maria José de Souza Barbosa**, *Maria Elvira Rocha de Sá***, *Solange Maria Gayoso da Costa****, *Cláudio Alberto Castelo Branco Puty*****, *Marcelo Bentes Diniz****** e *Maurício Sena Filho******¹

Resumo

Na Amazônia Oriental a apropriação e alteração no uso do solo têm interfaces com os processos de constituição de suas redes de cidades. Neste artigo traçamos um quadro sucinto dos movimentos mais remotos, ou seja, desde a colonização nos séculos XVI e XVIII com a Colônia Portuguesa do Norte.

1. Artigo elaborado no âmbito da cooperação inter-institucional firmada para elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da BR 163 (Cuiabá-Santarém) e no projeto de cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, estendido ao Programa de Pós-Graduação em Economia.

* Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social da UFPA, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Desenvolvimento da Amazônia e do Programa de Extensão a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA – ITCPE/CSE/UFPA, majose@ufpa.br.

** Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social da UFPA, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Poder Local, Políticas Públicas e Movimentos Sociais na Amazônia e Diretora do Centro Sócio-Econômico da UFPA, melvira@ufpa.br.

*** Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Poder Local, Políticas Públicas e Movimentos Sociais na Amazônia e Diretora do Instituto Amazônico de Planejamento Ambiental e Gestão Urbana – IAGUA, gayososol@hotmail.com.br.

**** Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Economia e Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas – NUPEC/UFPA, cputy@ufpa.br.

***** Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Economia e Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Econômicas – NUPEC/UFPA, mmbdz@nautilus.com.br.

***** Professor do Curso de Economia e Vice-Diretor do Centro Sócio-Econômico da UFPA, msfilho@ufpa.br.

Destacamos o dinamismo da economia da borracha, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, momento em que Belém viveu uma fase de embelezamento e revitalização de seus espaços. Mostramos que a urbanização está relacionada às políticas desenvolvimentistas, ao arremessar grandes massas de trabalhadores das regiões sul e nordeste para os grandes projetos agroindustriais e agrominerais. Caracterizamos a substituição da agricultura familiar pela agricultura mecanizada e procuramos marcar os grandes movimentos de constituição da rede de cidades, onde as condições de vida e de trabalho guardam estreitas relações com a apropriação, uso e aproveitamento da floresta tropical.

Palavras- chave: Redes de cidades, homogeneização, polarização e segregação

Abstract

In the Eastern Amazon the appropriation and alteration in the use of the ground is related to the constitution processes of its web of cities. In this article we trace a brief description of the most remote movements, since the settling in the 16th and 18th centuries with the Portuguese Colony of the North. We accentuate the dynamism of the rubber economy, in the end of the 19th century and in the first decades of the 20th century, a period when Belém lived a phase of beautify and revitalization of its spaces. We show that the urbanization is related to the developmental politics, that regimented great masses of workers from the south and northeast regions, for the great agro-industrial and agromineral projects. We characterize the substitution of familiar agriculture for the mechanized agriculture and try to stablish the largests movements of constitution of the web of cities, where the work and life conditions are so much related to the appropriation, use and exploitation of the rain forest.

Key-Words: net of cities; homogenization, polarization; segregation

Introdução

A reconstituição histórica do capitalismo no Brasil mostra o papel do Estado como um dos agentes centrais em busca da homogeneização do modelo de acumulação de riquezas no território de norte a sul. A estruturação das redes de cidades, desde as intervenções político-econômicas do estado colonial, dinamizado pelo mercantilismo, do estado imperial com os chamados ciclos econômicos (ouro, café, borracha etc.) e do estado autoritário com desenvolvimentismo inconcluso buscava a qualquer custo impor padrões de acumulação hegemoneizados por forças políticas concentradas na esfera do governo central, controladores das dinâmicas espaciais do desenvolvimento.

Nas diferentes fases de ocupação do território amazônico houve uma intensa mobilidade de trabalhadores autóctones e exógenos (negros africanos, nordestinos e sulistas) para o uso intensivo e extensivo das riquezas naturais. A Amazônia, neste sentido, é considerada fonte de matéria-prima, de insumos necessários para a indústria minero-metalúrgica e bio-farmacêutica. Das drogas do sertão à bauxita, do manganês às madeiras nobres, todos são produtos exportados sem agregação de valor à população local.

Neste texto, mostra-se a trajetória desse longo processo de constituição social de um espaço sociobiodiverso que é abstraído para dar lugar à linearidade do planejamento centralizador e autoritário. Os desejos de apropriação extensiva da fronteira aberta têm ricas possibilidades, trata-se da oportunidade de apropriação da floresta e seus vastos recursos naturais. Inicialmente, descreve-se como cada regime de produção constitui uma forma de aglomeração humana e, portanto, de urbanização; em seguida, mostra-se, mais especificamente, a estruturação da economia nacional e regional sendo mobilizada a partir de meios de produção e de serviços públicos desigualmente implantados nos espaços subregionais; finalmente, apresenta-se a dimensão urbana no interior da Amazônia.

A formação da rede de cidades sob a ótica da homogeneização

A rede de cidades no estado do Pará vem sendo constituída a partir de um longo percurso, cujo primeiro passo está associado à colonização. Para a apropriação do território, os portugueses iniciaram um processo de ocupação e não de exploração, como ocorreu no nordeste e no sudeste do país. Eles implantaram sessenta e três missões religiosas em todo o território que constitui a Amazônia atual. O Regimento das Missões² foi um instrumento jurídico estratégico para se estabelecer a racionalidade colonial sobre a economia comunal. A evangelização dos indígenas era uma tentativa de constituí-los como força de trabalho e, conseqüentemente, de auto-sustentação da Colônia. A sociedade comunal passou a ser redefinida com a introdução da troca dos produtos naturais em escala ampliada e a economia-mundo enlaçou a vida social dos povos autóctones, invadindo a esfera do não valor, para destituir o escambo, prática principal de trocas das comunidades indígenas. Em termos materiais isso significou a escravização da pele vermelha e sua redução a trabalhadores dependentes, cujo objetivo explícito era garantir mão-de-obra para os serviços e obras de infraestrutura do Estado colonial em formação. A captura de índios e os aldeamentos constituíram, assim, as primeiras formas de aglomeração comandadas pela cultura européia na Amazônia.

A domesticação e, em conseqüência, a exploração da força de trabalho indígena, a partir da negação absoluta do trabalho nômade, eram necessários à produção de excedentes para os primeiros povoados. Na continuidade deste processo de apropriação e extensão dos domínios territoriais dos portugueses na América, o Diretório de Índios³ transformou as antigas aldeias em vilas. As mais populosas tornaram-se a base logística

2. A Lei de 1º de abril de 1680. O Regimento das Missões alterou as regras de repartição de índios para aumentar o número dos aptos ao trabalho (BARBOSA, 2003, p.90).

3. Alvará com força de lei de 7 de junho de 1755.

do controle estatal⁴. Por esse instrumento jurídico os índios adquiriram formalmente o estatuto de cidadãos portugueses, obtendo o direito de propriedade⁵. A integração às normas legais do Estado colonial garantiu a laicização da organização social do trabalho indígena e acelerou o processo de ocupação. O poder temporal dos índios passou a ser exercido pelo Estado, para regular a vida dos indígenas nas vilas e povoados, incorporando-os diretamente às atividades comerciais, a partir de um rígido esquema de controle ditado pelas regras do sistema mercantil; as relações comerciais tornaram-se uma atividade econômica central no regime de acumulação colonial⁶ (BARBOSA, 2003).

Neste sentido, a constituição do Estado brasileiro, no norte, é marcada por um intenso movimento político – a Cabanagem⁷ –, que culminou com a destruição das estruturas coloniais na Amazônia, introduzindo um novo ciclo de gestão deste território continental. No entanto, a derrocada das lutas sociais da pequena produção é consolidada com a economia da borracha⁸ e o controle da mobilidade do trabalho nômade.

No final do século XIX e primeiro quartel do século XX se observa uma evidente recepção dos ideários liberais, como eco das transformações

4. Nesses espaços existiam os aparatos jurídicos de coerção para moldar as nações indígenas. A catalogação de etnias diferenciadas registrava as diversidades culturais, visando estabelecer o controle a partir do conhecimento de cada grupo específico e da criação de regras para a redução nos povoados compulsórios. Os Diretores de Índios comandavam esses processos e contavam com o apoio de Juizes Ordinários, Vereadores, Oficiais de Justiça e Principais. Esse corpo burocrático era responsável pela vigilância e fornecimento de índios às povoações.

5. Uma espécie de "reforma agrária" restrita, pois tinha direito à terra, aos instrumentos de trabalho e aos insumos à produção todos os portugueses pobres que casassem com indígenas.

6. Mais detalhes ver Barbosa (2003), particularmente, a constituição do trabalho dependente na Amazônia, pp. 90-140.

7. A Cabanagem, movimento que se iniciou em 1835 e se estendeu por todo o território amazônico até 1840. O seu desencadeamento ocorre pelo descrédito na política do estado imperial brasileiro. Os cabanos eram constituídos pela população eminentemente nativa da região. Eles pensavam que a Independência levaria à liberdade da pequena produção em face do domínio comercial de portugueses e brasileiros. A Cabanagem é a expressão da pequena produção como força material de constituição deste espaço sócio-territorial.

8. Conhecida cientificamente como *Hevea Brasiliensis*

decorrentes do progresso técnico vinculado à indústria em expansão na Europa e nos Estados Unidos, momento em que a borracha torna-se matéria prima por excelência e a região é acessada com avidez pelos mercados internacionais.

Nesta primeira fase de extração e comercialização do látex ocorreu o fenômeno urbano chamado de Belle Époque da Amazônia (SARGES, 1998). Com o boom da borracha, no período de 1898 a 1900⁹, houve um processo intenso de embelezamento das cidades de Belém e Manaus, centros difusores da efervescência social e econômica do desenvolvimento da Amazônia; datam deste período alguns dos principais equipamentos urbanos, como os casarios tornados patrimônios e monumentos históricos dessas cidades – teatros, praças, prédios administrativos, dentre outros.

A exportação dos produtos extrativistas era possibilitada pela navegação a vapor, que favorecia ainda o transporte de pessoas e de mercadorias manufaturadas, bem como “a multiplicação de pequenos núcleos de povoados ao longo dos trajetos dos navios, especialmente no Pará” (DAOU, 2000, p.15). Faz parte deste dinamismo econômico-social a entrada da primeira leva de imigrantes nordestinos, que no período de 1875 a 1918 estavam em fuga de uma grande seca. Eles se constituíram como força de trabalho nos seringais, a partir de um regime de trabalho sob a forma de semi-escravidão assentada no aviamento¹⁰.

O desenvolvimento da economia gomífera gerou novos investimentos nas cidades amazônicas, particularmente, após os Acordos de Washington, realizados em 1942, em função da Segunda Guerra Mundial. Neste ínterim, há uma revalorização da borracha, matéria prima determinante na indústria bélica, absorvida para a fabricação de artefatos de guerra, cuja oferta era suprida somente por esse produto natural específico da Amazônia¹¹.

9. Nesse período a borracha era responsável por 25,7% das pautas de exportação do Brasil, só perdendo para o café, que chegava a 52,7%.

10. Aprisionamento da mão-de-obra, particularmente, a nordestina, que vinha para os seringais. Eles ficavam retidos devido às dívidas contraídas nos custos da operação de sua mobilidade, pois a transferência de suas cidades para o hinterland da Amazônia geravam as “dívidas impagáveis”, decorrentes da transação entre capital e trabalho (SANTOS, 1980).

11. No entanto, quando houve a expatriação da seringa e sua adaptação na Malásia, a produção foi impactada consideravelmente, levando a Amazônia a uma nova fase de estagnação econômica e, conseqüentemente, freio na constituição de sua rede de cidades.

Isso está associado à chegada da segunda leva de nordestinos, no período de 1939 a 1945. A fixação desses imigrantes constituiu novos povoados e vilas, mais tarde elevadas ao status de cidades.

Após esse período, a Amazônia passou por um processo de estagnação que só foi alterado a partir da década de 1950, devido às políticas desenvolvimentistas de integração do território nacional. A construção da rodovia Belém-Brasília faz parte desse projeto, em que o governo federal concebe a Amazônia como fronteira de expansão. Este movimento foi iniciado a passos largos por Juscelino Kubitschek, com seu Plano de Metas, na segunda metade de 1950, mas é com o Golpe Militar de 1964 que a economia industrial caracteriza-se pela estrutura monopolista, sob a articulação de empresas multinacionais, nacionais e empresas públicas. O autoritarismo era a base institucional desse modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e brutal concentração de renda.

O comando dos militares, na década de 1970, acelera a modernização com a implantação de grandes projetos infra-estruturais e econômicos, que transformaram profundamente a estrutura política, econômica e social do país e, conseqüentemente, as cidades. Os novos processos tecnológicos e econômicos operaram a urbanização da sociedade brasileira, devido aos investimentos em meios de produção e condições gerais da produção implantados de modo desigual nas regiões, criando novas estruturas espaciais nas cidades brasileiras¹².

Na região Norte houve um intenso movimento migratório para a ocupação dos chamados “vazios demográficos”. O Programa de Integração da Amazônia – PIN é exemplar ao financiar obras de infra-estrutura, dando início à abertura das rodovias federais BR 163 – Cuiabá-Santarém e BR 230 – Transamazônica, ainda hoje inacabadas. No entanto, elas são as principais vias de acesso para a interligação, de caráter estruturante, entre as cidades incrustadas na floresta tropical e com outras regiões do país.

12. Na Amazônia Oriental se processou uma intensa expansão urbana; os arredores das cidades logo se transformavam em periferias ou mesmo em cidades-dormitórios, causando uma inversão entre o espaço rural e o urbano.

O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria – PROTERRA e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, implantados em 1972, são complementares ao PIN. Estas ações criaram perspectivas e deslancharam uma nova fase de migração, agora dirigida pelo governo federal. A promessa de acesso à terra e ao emprego fácil, nos grandes projetos, deu origem à construção de agrovilas e, como efeito das contínuas correntes migratórias, à formação de novas cidades.

Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA I e II, no contexto da integração nacional, foram os principais vetores do processo de ocupação, sendo as rodovias federais BR 163 e BR 230 as vias essenciais para a constituição da rede de cidades na Amazônia Oriental, cujo crescimento tem estreita relação com as forças mobilizadas pelos projetos federais de desenvolvimento, suas instituições e políticas de incentivos fiscais.

Quadro 1 – processo de ocupação e fundação dos municípios

Período	Ocupação da Amazônia	Municípios	Data de Fundação
Séc. XVIII	Colonização Portuguesa	Santarém	1755
Primeira metade do século XX	Economia da Borracha	Altamira, Itaituba, Juruti e Porto de Móz	1911, 1935, 1935 1937
Década de 60	Políticas desenvolvimentistas de Integração nacional: colonização dirigida	Aveiro ¹³ , Prainha e Sen. José Porfírio	1961, 1935, 1961
Década de 80	Políticas desenvolvimentistas de Integração nacional: colonização dirigida	Medicilândia, Rurópolis, Uruará	1989, 1989, 1989
Década de 90	Alteração da agricultura de subsistência para a agricultura mecanizada	Anapu, Belterra, Brasil Novo, Jacareacanga, Novo Progresso, Placas e Trairão e Vitória do Xingú	1997, 1997, 1993, 1993, 1993, 1997, 1993

Fonte: Ministério das Cidades-Indicadores Urbanos, 2000.

13. Povoado desde o século XVIII, com a expulsão dos jesuítas, sob a égide do Diretório de Índios.

Hoje, há um novo movimento de mobilização dessa rede de cidades. Trata-se, na realidade, das transformações na produção e nos modos de vida da população local, os quais vêm se metamorfoseando com intensa rapidez em função da passagem da agricultura familiar à agricultura mecanizada, de processos de agroindustrialização e da exploração minero-metalúrgica. As alterações na produção e reprodução nos níveis de vida material e imaterial vêm constituindo novos territórios produtivos, particularmente, redes técnicas, sociais e institucionais.

Polarização na rede de cidades da Amazônia Oriental

O processo de aglomeração humana em áreas consideradas urbanas na Amazônia Oriental está imbricado às processualidades econômicas, sociais e políticas que tornam singular esta sub-região do país. Suas redes de cidades são articuladas à base material da vida em áreas de floresta, cuja principal marca é a adversidade da ocupação humana em territórios tão isolados.

A abordagem dessas redes de cidades no estado do Pará está referenciada nos dados do IBGE (2000) acerca dos dezenove municípios que compõem a área de abrangência do Zoneamento Ecológico Econômico da BR 163. Eles mostram as dimensões da concentração populacional na área urbana, que é de 402.490 habitantes distribuídos em 85.935 domicílios, com uma taxa de média de 4,7 habitantes por domicílio. A população residente na área rural é de 322.450 habitantes, vivendo em 63.956 domicílios, com uma média aproximada de 5,04 habitantes por domicílio.

No entanto, esses números são relativizados para se entender a dinâmica que ocorre no conjunto dos dezenove municípios. Eles se referem apenas à forte atração de pessoas e de circulação de mercadorias em três cidades consideradas pólos – Santarém, Altamira e Itaituba –, cuja explicação é dada pela concentração de serviços públicos e infra-estrutura em seus espaços microrregionais. A concentração populacional e de serviços nas cidades-pólos, incrementada com os percentuais das demais cidades, acaba distorcendo o perfil demográfico e econômico dessa área, ou seja, o

que é identificado como adensamento urbano, na verdade, é materializado pela dinâmica de um tipo de economia eminentemente rural.

Ao serem analisados de per si os dezenove municípios, a realidade mostrada é de inversão no quadro urbano. Neste processo, podem ser tipificadas três modalidades: a primeira, corresponde às três cidades-pólos que monopolizam as dinâmicas urbanas e, conseqüentemente, a concentração de serviços públicos, equipamentos coletivos e infraestruturas; a segunda corresponde aos municípios que mantêm um certo equilíbrio entre os espaços considerados rurais e urbanos, como Porto de Moz; a terceira é revelada pelo conjunto majoritário dos municípios que apresentam maior concentração populacional no meio rural, o que pode ser visualizado no quadro abaixo.

Extensão territorial, população total e por situação de domicílio, densidade demográfica e crescimento populacional dos municípios da Área de Abrangência do ZEE da BR 163

Municípios	Extensão Territorial	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Hab./ Km2	Taxas de crescimento anual (%)		
						1970/80	1980/91	1991/00
Altamira	159.696	77.355	62.265	15.090	0,48	11,73	4,11	0,74
Anapú	11.895	9.265	3.111	6.154	0,78	0	0	0
Aveiro	17.074	15.546	2.982	12.564	0,91	3,75	-1,43	4,05
Belterra	4.398	14.567	5.101	9.466	5,52	0	0	0
Brasil Novo	6.368	17.077	4.367	12.710	2,67	0	0	0
Itaituba	62.041	94.717	64.447	30.270	1,52	11,76	10,56	-2,26
Jacareacanga	53.303	24.074	5.677	18.397	0,45	0	0	0
Juruti	8.304	31.210	10.781	20.429	3,74	1,92	0,26	3,32
Medicilândia	8.273	21.423	6.744	14.679	2,58	0	0	-3,57
Novo Progresso	38.162	24.985	9.580	15.405	0,65	0	0	0
Placas	7.173	13.349	3.507	9.842	1,86	0	0	0
Porto de Moz	17.423	22.460	9.079	13.381	1,28	4,61	2,45	4,28
Prainha	12.599	27.288	7.146	20.142	1,96	13,94	-4,68	0,21
Rurópolis	7.021	24.647	8.418	16.229	3,53	0	0	2,66
Santarém	22.887	262.672	186.518	76.154	10,76	3,57	2,98	-0,1
Sen. José Porfírio	14.374	15.720	5.330	10.390	1,18	7,82	18,01	-9,61
Trairão	11.991	14.281	3.033	11.248	1,19	0	0	0
Uruará	10.791	45.098	13.131	31.967	4,16	0	0	6,62
Vitória do Xingu	2.966	11.158	3.929	7.229	3,75	0	0	0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Pará - 1970 a 2000

As cidades de Santarém, Altamira e Itaituba comandam a economia em espaços microrregionais e difundem para os outros municípios seu dinamismo. Os Indicadores Urbanos mostram que, em 2000, o incremento populacional na área urbana foi maior em Altamira, com cerca de 80,43%, seguido de Santarém, com uma taxa de 70,96%, e Itaituba, com 68,05%. O município com a menor taxa de crescimento urbano foi Anapu, com 19,2%, ficando os outros municípios entre os percentuais de 20 a 40%, podendo-se observar que toda a mesorregião vem ganhando densidade populacional.

As atividades econômicas do conjunto dos municípios dessa área têm pouca expressividade na composição do PIB do estado do Pará, que gira em torno de 6% (IBGE-SEPOF, 2003). Isto se deve em grande medida ao fato de estarem assentadas basicamente no setor primário, tendo na agricultura sua maior tradição, particularmente, arroz, milho, mandioca e feijão, cultivados em pequenas porções de terras, com o uso de equipamentos e tecnologias de baixa produtividade. Este tipo de atividade é identificado no eixo Altamira–Itaituba e tem influência das rodovias Transamazônica e Cuiabá–Santarém, que possibilitaram a instalação de migrantes nordestinos e sulistas.

A agricultura familiar está espalhada por toda a área, sendo responsável pela geração de trabalho e renda da População Economicamente Ativa – PEA. Sua origem está associada aos projetos de colonização da década de 1970. No entanto, hoje é mobilizada pelos Projetos de Assentamentos – PAs do Plano de Reforma Agrária, bem como pelo acesso ao PRONAF, um tipo de crédito concedido para a atividade agrícola familiar, o que indica a força deste segmento nos últimos anos, mostrando seu protagonismo. Este quadro tende a se ampliar, apesar da deficiência da rede técnica de assistência em toda a área, ou mesmo da concorrência que vem enfrentando em face da alteração no padrão de uso do solo com a penetração da agricultura mecanizada e seus projetos monoculturais – o cultivo da soja é exemplar e o recrudescimento de processos de exploração de recursos naturais que vêm alterando sensivelmente a paisagem regional e metamorfoseando a própria agricultura de subsistência, que passa a dar lugar à extração madeireira, à pecuária e à agricultura comercial.

Assim, pode-se afirmar que dois fenômenos gerais vêm caracterizando

a produção agrícola nessa área: de um lado, há uma forte expansão das culturas temporárias, representada pela mecanização no cultivo de grãos plantados, principalmente, nos municípios da microrregião de Santarém (especialmente Santarém, Belterra, Juruti e Prainha), com impactos sobre a produção de base familiar e a conseqüente queda na contribuição do extrativismo; de outro lado, há uma sensível flutuação nos movimentos relativos à produção que precisa ser relacionada à história econômica de cada uma das microrregiões.

Esses fenômenos parecem apontar para a alteração e para o anárquico processo de apropriação e uso do solo em relação à própria dinâmica do mercado local, grande absorvedor dos produtos gerados nos municípios em destaque.

A dinâmica da economia dessa área, quando observada a partir dos dados desagregados por município, mostra o predomínio de características comuns em grande parte deles, tendo em vista a expansão da agricultura mecanizada. No entanto, há disparidades em termos microrregionais. Isto sugere a existência de especificidades relativas ao processo de integração econômica, cujas determinações são dadas pela proximidade com as rodovias federais, mas também pela base produtiva pré-existente, pelo grau de rentabilidade no tempo da atividade, pela estrutura fundiária e pelas formas associadas de trabalho.

Estas disparidades em torno da microrregião de Santarém são retratadas pela transformação na estrutura de preços das commodities, em face ao incremento exponencial na produção de grãos em todos os municípios dessa microrregião, tornando-se um processo visível não somente nos municípios próximos ao planalto santareno, como Belterra, mas também na margem esquerda do rio Amazonas, como no município de Prainha, onde há uma forte expansão da agricultura mecanizada. Esta microrregião apresenta recuo no valor bruto da produção agrícola de culturas permanentes, o que parece estar associado à expansão das culturas temporárias, que tem por base não somente a maximização de investimentos em produtos de maior rentabilidade, mas também as mudanças na estrutura produtiva e fundiária, com o surgimento dos latifúndios monoculturais.

Na microrregião polarizada por Itaituba o movimento da economia

se distingue à medida que se distancia do porto de Santarém. As condições geográficas próprias, a disponibilidade de recursos naturais e as condições de acesso têm levado a uma queda continuada no valor bruto da produção de culturas permanentes, com exceção do município de Rurópolis, próximo ao planalto santareno. Grande parte da dinâmica econômica desta microrregião está associada ao extrativismo e à cultura permanente, inclusive a fruticultura.

O mesmo pode ser inferido a partir da análise dos dados da microrregião de Altamira. Apesar da queda expressiva na produção baseada em culturas temporárias, o único município que se mantém com uma dinâmica peculiar é Uruará. Todos os demais municípios polarizados pela cidade de Altamira tiveram na agricultura permanente -, cacau, pimenta, café, urucu, dentre outros produtos - sua principal fonte de renda associada à pequena e média propriedade, e na exploração madeireira a explicação para grande parte de seu crescimento econômico agrícola.

Neste contexto de mutações permanentes, pode-se dizer que a agricultura, a pecuária bovina e a exploração madeireira tornaram-se a base da constituição material que dá vida às cidades. As novas formas de apropriação do solo têm expandido as fronteiras de cultivo e gerado um processo de desflorestamento, em função do avanço das atividades madeireiras e da pecuária. A implantação das pastagens, em torno das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, é precedida do sistema de corte e queima da vegetação nativa, muitas vezes acompanhada da exploração predatória e ilegal. As terras até então voltadas para culturas tradicionais, pecuária e atividade extrativista, em pequenas propriedades, são objeto da ação de grileiros impunes.

Segundo dados do IBGE-SEPOF (2003), o setor industrial tem baixo índice de desenvolvimento, ou seja, vem participando com apenas 9,34%, embora haja um crescimento relativo ao processamento da madeira e, em menor escala, de grãos e carne. Os setores do comércio e dos serviços, com 36,52%, concentram-se em Santarém, Altamira, Itaituba, cidades que polarizam as demandas do setor agrícola e dos produtos florestais não madeireiros. Esta última atividade tem baixo índice de desenvolvimento,

mas representa uma grande potencialidade para a economia regional ao estar associada à Pesquisa&Desenvolvimento&Inovação (P&D&I), pois se trata de uma atividade típica das populações tradicionais, cujos saberes informais incorporados à fabricação artesanal de óleos, resinas, frutos, fármacos etc., são praticamente desconhecidas das estatísticas oficiais, embora sejam alvo de biopirataria.

Rede de cidades e segregação sub-regional

Os indicadores sociais e econômicos relacionados à baixa oferta de bens e serviços públicos mostram a precariedade e o isolamento aos quais estão submetidos os contingentes populacionais fixados nessa mesorregião, cuja base material demanda ações em termos macro e microeconômicos urgentes para melhorar a qualidade de vida desses heróis invisíveis, protagonistas da construção social desse espaço sub-regional. A precariedade ou ausência de serviços são visíveis. As condições de saneamento e de abastecimento de água são reveladores deste quadro. Apenas Santarém, com 60,77% e Porto de Moz, com 49,40% têm percentuais significativos em termos de ligação na rede geral de abastecimento dos domicílios. Chamamos atenção para o caso de Juruti, que tem 51% do acesso à água de poço ou nascente. Nos outros municípios esse percentual está abaixo dos 50%, sendo a queima do lixo o tratamento mais utilizado, ficando em uma faixa percentual entre 50 a 87% de domicílios. O serviço de coleta de lixo nessas cidades é em média muito baixo. Somente Altamira, com 73,28% e Santarém, com 52,10%, têm melhores índices por domicílios coletados.

No que se refere à oferta de serviços de saúde verifica-se a existência de 280 unidades ambulatoriais nos 19 municípios. Destes, 245 são investimentos do governo local e prestam os serviços de baixa complexidade.

A educação concentra-se nas séries de 1^a a 4^a, havendo queda a partir da 5^a série. O ensino médio é ofertado pela rede estadual de educação e apenas nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém aparecem escolas particulares. Cabe ressaltar que o PRONERA, Programa Nacional de

Educação da Reforma Agrária¹⁴, tem se tornado referência na educação do campo, pois vem conseguindo erradicar o analfabetismo e elevar a escolaridade de jovens e adultos. Hoje esse Programa atende cerca de 20.000 mil assentados na área de influência da BR-163. Nesta mesma direção encontra-se o Programa de Educação do Campo Casa Familiar Rural, com processo educativo específico para os filhos de agricultores rurais¹⁵.

O ensino superior é ofertado de modo regular somente em Santarém, Altamira e Itaituba, onde a Universidade Federal do Pará (UFPA) mantém campus avançados¹⁶, ofertando cursos destinados à qualificação de professores, ou seja, em pedagogia, letras e ciências¹⁷. Santarém é a cidade que detém maior número de instituições de ensino superior, pois além da UFPA existem mais cinco faculdades particulares¹⁸. Portanto, esta cidade concentra a quase totalidade das vagas ofertadas no Baixo Amazonas.

Outro serviço deficitário nesta sub-região é a energia elétrica. Somente agora, com o Programa do Governo Federal Luzes Para Todos¹⁹, se começa a estender esse serviço para além das fronteiras das cidades de Altamira, Itaituba e Santarém, o que vem repercutindo na melhoria das condições de produção com tendências à universalização deste serviço.

O transporte é outro grande problema nos municípios abordados. A malha viária intra-urbana é basicamente informal, com serviço de moto-táxi em municípios como Altamira, Santarém e Itaituba, onde há uma

14. Sua ação vai desde a alfabetização até o terceiro grau.

15. A modalidade de pedagógica respeita o calendário agrícola e a cultura local é colocada como um dos elementos que contribuem para o fortalecimento da agricultura e da fixação do homem no campo.

16. Em 2003, o número matriculados nos cursos da UFPA foi de 1.947 alunos (as), segundo informações obtidas junto à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará em 2004, nos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Itaituba, Óbidos e Oriximiná.

17. Com turmas de 50 alunos cada, mas também há cursos específicos para a qualificação de professores. No entanto, hoje as municipalidades reivindicam cursos relacionados à produção agropecuária, madeireira etc.

18. Estas matricularam, em 2002, cerca de 4.759 alunos.

19. Por esse Programa até 2008 todo o estado do Pará terá acesso à iluminação pública.

cooperativa de vans. Grande parte da população, que vive nos travessões e estradas vicinais, é transportada em “paus-de-arara²⁰”, kombis, motocicletas, carroças e animais (cavalos, burros). Excetuado-se o transporte em animais, em período de chuvas torna-se mais difícil o tráfego de pessoas e mercadorias.

Assim, afirma-se que a baixa condensação de serviços coletivos e infra-estruturas revela o fenômeno da segregação sócio-espacial, particularmente, quando estrutura as zonas centrais, monopolizadas por atividades de comando econômico-político, e forma zonas periféricas onde a provisão de equipamentos e serviços coletivos é deficitária ou mesmo inexistente.

A má distribuição da oferta de serviços, sob forte influência de ações dos poderes públicos, tem obstaculizado o desenvolvimento das potencialidades locais. A busca de alternativas de caráter estruturante exige lentes adequadas para a compreensão das redes sociais e institucionais instaladas, mais do que das redes técnicas, que apresentam potencialidade de mobilização de processos sócio-econômicos imanentes à constituição material de cada localidade, estreitamente articuladas às modalidades de produção e reprodução de suas trajetórias singulares e coletivas.

A capacidade técnica de oferta de bens e serviços nos municípios estudados mostra-se na ausência dos atributos urbanos e nos arranjos que os sujeitos sociais locais mobilizam na operação de outros meios em face da precariedade ou inexistência de tais serviços, constituindo-se como bloqueios ao crescimento regional até mesmo das cidades-pólos, como Santarém, Altamira e Itaituba.

No entanto, a alteração da base produtiva, nos últimos anos, tem aumentado as demandas por serviços urbanos devido à diversificação e à elevação da qualidade dos produtos da economia local. A agregação de valor à economia extrativista é uma exigência; desta forma, tem-se a ampliação do mercado regional pelo acesso das relações de trocas internas ao mercado nacional e internacional, o que tem favorecido a criação de comandos

20. Caminhões carregados e pessoas. Os acidentes graves e perdas de mercadorias são constantes nessas unidades sub-regionais.

específicos na rede de cidades e, conseqüentemente, a possibilidade de novas alternativas de desenvolvimento. Nesse espaço, as cidades isoladas buscam novas alternativas e exercitam novos papéis que são constituídos a partir da mobilização de diferentes sujeitos individuais e coletivos centrados nessas cidades.

Os sujeitos políticos dessa constituição criam um arco de alianças de espectro bastante diversificado, ou seja, da agricultura familiar à elite local, associada aos agentes recém chegados ligados à agricultura mecanizada. Eles têm fortalecido a rede das cidades sob um fórum de articulação entre os diferentes núcleos urbanos. Suas lutas encontram um eixo comum, ou seja, a ausência de infra-estruturas adequadas. Neste sentido, eles exigem o deslocamento das políticas de desenvolvimento, até então centradas nas estruturas de poder nacionais e estaduais, para as instâncias municipais. Historicamente esta função era exercida por Belém, capital do estado do Pará e base logística concentradora majoritária dos meios de comunicação, das redes técnicas e sócio-políticas, bem como das instituições governamentais concentradoras dos processos decisórios.

A rede inter-cidades se dá via consórcios municipais, como o Consórcio de Belo Monte, o Planejamento do Território da Transamazônica – CIAT, o Fórum ZEE BR-163, criados a partir da mobilização e articulação de diferentes sujeitos – como empresas, concessionárias privadas de serviços públicos, universidades, sindicatos de trabalhadores (rurais e urbanos), organizações não-governamentais (ONG's)²¹, associações de moradores etc. São instâncias do poder municipal e estadual, agências de financiamento nacionais e internacionais que, a partir de interesses diversos potencializam ações de desenvolvimento social e econômico desse espaço sub-regional, centrados nas dinâmicas endógenas, sem perder de vista as diferentes escalas. Dentre outras agendas políticas parece ter por base uma nova institucionalidade, uma vez que estão assentados na base material desta sociedade sub-regional.

21. Como a Fundação Viver, Produzir e Preservar, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX).

Altamira, Itaituba e Santarém tornaram-se, assim, os nós centrais dessa rede de cidades, embora os subsistemas nucleados por cada cidade sejam pontos importantes na articulação das forças políticas, até então antagônicas, e que hoje encontram elos comuns, constituindo-se como sujeitos primordiais no processo de valorização desse espaço sub-regional. No interior deste quadro, os trabalhadores rurais, em suas pequenas propriedades ou posses de terras, particularmente os assentados e organizados em cooperativas, movimentam e constituem diferentes territórios produtivos, apesar ou mesmo contra o próprio Estado. Eles têm, juntamente com os demais, proporcionado um nível de publicização de serviços essenciais, com políticas públicas inovadoras, particularmente no campo da educação e do trabalho, sob novas institucionalidades.

Neste ambiente pleno de possibilidades, as cidades da Amazônia Oriental parecem protagonizar o deslocamento do paradigma do desenvolvimento centralizado na esfera do estado, gerando alternativas concretas de inserção sócio-produtiva nesses territórios segregados. Estes são elementos potentes de uma nova regionalidade que vem sendo forjada na dura história marcada pela segregação em relação ao acesso a bens e serviços, que passam a ser construídos sob uma trajetória de luta e sobrevivência heróica em espaços tão isolados. A resistência e a labuta diária têm sido os únicos meios de desbravar e, ao mesmo tempo, sonhar com outra realidade.

Considerações Finais

Assim, a universalização de serviços e infra-estruturas de uso comum é certamente o maior desafio para esses sujeitos, na pulsão de uma potência inscrita sob o protagonismo das cidades, suas lutas singulares e coletivas. Na construção desse espaço sub-regional estão sujeitos desbravadores e construtores da rede de cidades em plena floresta amazônica. Nesta trajetória, a busca pela valorização do trabalho vivo é condição sine qua non para a produção de dinâmicas estreitamente relacionadas à capacidade de criação vinculada às cadeias produtivas sob múltiplas dimensões (sociais, políticas, econômicas e culturais). Nesse sentido, as ações direcionadas ao

acesso às redes de comunicação, ciência e tecnologia constituem mecanismos para a ruptura do isolamento. No entanto, seu alcance ainda é ínfimo e sua ampliação duvidosa em face das prioridades de investimentos pautados pela guerra fiscal em disputas intra e inter-regional extremamente desigual.

A constituição de um novo regionalismo exige, portanto, a convergência dos diferentes sujeitos políticos sob a base de uma agenda comum. Neste sentido, suas redes técnicas, sociais e institucionais, imanentes às dinâmicas locais, exercitam a recomposição das esferas econômicas, sociais e políticas, a partir de um conjunto de ações e serviços favoráveis à inserção da rede de cidades aos movimentos macroeconômicos globais. O que é revelado em depoimentos de seus sujeitos individuais e coletivos. É consenso que a inexistência e a precariedade dos equipamentos públicos e dos serviços de infra-estrutura obstaculizam o próprio desenvolvimento da região, na área urbana e rural.

Bibliografia

- BARBOSA, Maria José de Souza. A Constituição do trabalho dependente. In: A Cabanagem entre o mercado da liberdade e a liberdade do mercado. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2003. (Tese de Doutorado)
- COCCO, Giuseppe Mario & NEGRI, Antonio. Glob(AL): biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2005.
- DAOU, Ana, Maria. A belle époque amazônia. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS E FINANÇAS – IBGE-SEPOF. Belém: SEPOF, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000.
- IBANÊS, José. Um freio na expansão agrícola na Amazônia. Santarém: Jornal de Santarém e Baixo Amazonas. 26/07 a 01/08/2003.
- _____. Soja esta "engolindo" floresta amazônica. Santarém: 27/09 a 03/10/2003.
- _____. Comunidades estão desaparecendo por causa da soja: os sindicatos dos Trabalhadores Rurais denunciam que pelos menos duas comunidades do planalto não existem mais. Santarém: 27/09 a 03/10/2003.
- _____. Pontos de consenso no debate do Seminário "geopolítica da Soja na Amazônia". Santarém: 27/12 a 02/01/2004.
- _____. Agricultores querem adotar mecanização agrícola. Santarém: 24 a 30/01/2004.
- _____. Porto de Santarém tem movimentação histórica: a exportação de grãos deu grande impulso à movimentação no porto, mas o item madeira também colaborou. Santarém: 28/02 a 05/03/2004.
- _____. Fiapa teme colapso portuário no Estado: segundo entidade, em três anos a estrutura portuária não dará conta de atender a demanda cada vez mais crescente. Santarém: 27/03 a 02/04/2004.
- _____. Altamira reclama descaso com a Transamazônica. Santarém: 08 a 14/08/2003.
- _____. Tráfego interrompido mais uma vez na BR-163. Santarém: 17 a 23/04/2004.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: ETU/EDUSP, 1974.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES: indicadores urbanos. Brasília: DF, 2000.
- SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia 1800 a 1920. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a belle époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 1998.

JORNALISMO E CONSTRUÇÃO

SOCIAL DA REALIDADE:

notas sobre os critérios de representação da violência na imprensa carioca¹

Edilson Márcio Almeida da Silva²

Resumo

Este artigo tem como foco o processo de construção das notícias sobre criminalidade na grande imprensa do Rio de Janeiro. Discute os critérios de seleção e hierarquização das prioridades noticiosas adotados em um jornal de grande circulação da cidade e analisa as formas pelas quais é representada e construída a noção de “violência urbana”. Fundamentado em trabalho etnográfico, apresenta a redação do jornal como o microcosmo de um campo de poder em que diferentes agentes lutam pelo monopólio de definição da realidade social. Expõe, ainda, os princípios que regem as suas atividades, levando-os a tratar de uma maneira específica as notícias e, com isso, oferecer aos leitores um determinado modo de ler e interpretar o real.

Palavras-chave: imprensa, violência urbana, sensibilidade jornalística

1. Este artigo é o primeiro resultado de uma pesquisa mais ampla realizada para consecução de minha tese de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Agradeço aos professores Roberto Kant de Lima, Delma Pessanha Neves e Simoni Lahud Guedes pelos comentários e críticas dirigidos à sua primeira versão. Não obstante, como, por uma série de razões, não foi possível incorporar plenamente suas sugestões, assumo, pois, integralmente a responsabilidade quanto aos problemas e imperfeições que porventura estejam contidos no texto que ora se apresenta.

2. Doutorando em Antropologia pela UFF.

Abstract

This article focus on the process of the construction of the news on criminality in the great press of Rio de Janeiro. It argues the criteria of election and stratification of the news priorities adopted in a periodical of great circulation in the city and analyzes the forms which it represents and constructs the notion of "urban violence". Based on ethnographic work, it presents the editorial room of the periodical as the microcosm of a power field where different agents fight for the monopoly of the definition of social reality. It also presents the principles that conduct its activities, making them deal with the news in a specific way and, through this, offer the readers a determinate way to read and interpret the real.

Words-key: the press, urban violence, journalistic sensitiveness

Inegavelmente, os estudos sobre violência ocupam hoje uma posição central nos debates entre pesquisadores brasileiros. Embora não se possa subsumir a variedade de objetos/violência sob um conceito uno e sintético³, levantamentos na área das ciências sociais (KANT DE LIMA et alli: 2000; ZALUAR: 1999) atestam que, nas últimas décadas, produziu-se no Brasil um considerável acúmulo de trabalhos voltados, direta ou indiretamente, para a temática em questão. Nesse sentido, um dos eixos que vêm sendo crescentemente privilegiados diz respeito aos estudos sobre a chamada “violência urbana”, recentemente transformada de “problema social” em “objeto sociológico” (LENOIR: 1998) e, concomitantemente, alçada à inequívoca condição de problemática obrigatória⁴.

Pesquisadores diversos (por exemplo, cf. Misse: 1999; Machado da Silva: 1995) têm discutido problemas relativos ao recrudescimento da criminalidade e da violência no Brasil. Segundo eles, o fenômeno estaria diretamente relacionado a uma série de transformações conjunturais que, desde a década de 70, vêm se impondo a diferentes cidades de grande e médio porte do país. Paralelamente ao crescimento do tráfico de drogas ilícitas e, conseqüentemente, à expansão quantitativa da violência (que pode ser depreendida, por exemplo, do crescente número de homicídios nas capitais⁵), os estudiosos apontam, ainda, a consolidação de mudanças

3. Apesar de não pretender discutir a noção de “violência”, tampouco utilizá-la como operador analítico, é preciso salientar que, sociológica e historicamente, ela tem ensejado as interpretações mais diversas. Pode-se afirmar que, como tantas outras, não se trata de uma noção que obedeça a qualquer acordo semântico ou ético-cultural. Cumpre observar, assim, que o emprego do termo far-se-á aqui a despeito de sua polissemia e das implicações enredadas pelo uso, muitas vezes generalizante, vago e impreciso, que o senso comum e mesmo o meio acadêmico acabam por lhe conferir.

4. Tomo aqui emprestado a noção de problemática obrigatória tal qual formulada por Bourdieu (2001, p. 207), isto é, como uma das temáticas prevaletentes nas abordagens e discussões de um dado contexto sociohistórico que, como tal, faz parte de um “repertório de lugares-comuns” ou “conjunto de questões obrigatórias que definem o campo cultural de uma época”.

5. Por figurar, segundo os dados oficiais, entre as capitais que apresentam os mais elevados índices de criminalidade, o Rio de Janeiro ilustra satisfatoriamente as afirmações acerca da expansão quantitativa da violência. Conforme um levantamento da Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro, apenas a região do Grande Rio teria sido palco de 43.601 assassinatos durante a década de oitenta. De acordo com tais dados, a década seguinte assistiu ao agravamento desse quadro, uma vez que foram assassinadas 73.430 pessoas entre o início dos anos noventa e meados do ano 2000 (SODRÉ, M. Sociedade, Mídia e Violência. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2002, p. 13-14).

qualitativas nos padrões de criminalidade, o que tem resultado, entre outras coisas, na intensificação do verdadeiro estado de insegurança presente em diferentes regiões do território nacional.

Partindo do pressuposto de que, nas últimas décadas, a temática da “violência urbana” tem despertado interesse geral e assumido crescente importância, ocupando, com notável regularidade, espaços nobres na mídia e, particularmente, a primeira página dos principais jornais brasileiros, este texto foi concebido com o propósito de contribuir para a compreensão do modo como são construídas as representações da violência urbana na grande imprensa. Para realizá-lo, dirigi o foco para a cidade do Rio de Janeiro e passei a acompanhar o processo de produção de notícias em um jornal de grande circulação carioca. Com isso, procurei compreender como, dentre as violências do dia-a-dia, os seus profissionais selecionam aquilo que deve ser noticiado, o que tem potencial para se tornar manchete de primeira página e, contrariamente, o que, dentro de uma escala de valores específica, acaba por ser pouco explorado ou mesmo excluído do espaço do jornal.

É, pois, sobre essa experiência de pesquisa e algumas das primeiras impressões por ela suscitadas que trata o texto a seguir.

Campo empírico e unidade analítica da pesquisa

Conforme já foi enunciado, o objeto de interesse deste artigo reside na compreensão do processo de produção de notícias na grande imprensa carioca e, particularmente, do modo como é abordada a temática da “violência urbana”. Para realização deste intento, entre os meses de março e agosto de 2005, realizei trabalho de campo na redação de um jornal de grande circulação do Rio de Janeiro, ocasião em que tive oportunidade de assistir a seminários, participar de reuniões, conversar com repórteres, entrevistar editores e chefes de reportagem, enfim, acompanhar in loco as rotinas que compõem o processo diário de produção da notícia. Paralelamente a isso, durante um período de aproximadamente sete meses (entre janeiro e agosto de 2005), li e fichei todas as edições deste mesmo jornal, procurando destacar e analisar um conjunto de reportagens que, a posteriori, foram

mapeadas comparativamente, a fim de verificar, entre outras coisas, a frequência, a forma de apresentação e a importância relativa conferida às notícias que lidam especificamente com a temática da “violência urbana”.

O jornal analisado na pesquisa tem uma tiragem média de 260 mil exemplares nos chamados dias úteis e 380 mil aos domingos, o que o leva a figurar entre os três maiores veículos do setor no ranking nacional de vendagem⁶. Mantendo-se na posição de líder absoluto entre as classes A e B do Rio de Janeiro⁷, o diário apresenta cotidianamente reportagens sobre “os principais fatos do Brasil e do mundo, em todas as áreas” e constitui-se, por assim dizer, em um jornal “noticioso”, uma vez que, pelo menos formalmente, é pautado por “um discurso que, em geral, pretende, diferentemente dos sensacionalistas, informar de forma objetiva⁸ e sem tentar provocar algum tipo de sensação ou envolvimento emocional dos leitores” (ALVES: 2001, p.15).

A empresa responsável pela produção do diário conta, atualmente, com uma equipe de 353 jornalistas⁹ distribuídos entre Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Destes, 311 atuam na redação da matriz carioca, uma

6. Fonte: IVC (Instituto Verificador de Circulação), maio de 2005.

7. Segundo o IVC, no mês de maio de 2004, a circulação do jornal pesquisado foi a seguinte: 1% dos leitores (3.096) residia em São Gonçalo; 3% (6.848) estavam concentrados na Baixada Fluminense; outros 3% (6.660) encontravam-se no Centro da cidade; 4% (8.649) viviam na região da Leopoldina; 8% (16.165) eram de Niterói; 9% (18.878) da Zona Central; 17% (36.382) da Zona Norte; enquanto a maioria deles (55% ou 117.078 leitores) estavam concentrados na Zona Sul da cidade, notadamente uma região em que residem, entre outros, segmentos populacionais de alto poder aquisitivo.

8. Evidentemente, a definição serve a fins meramente analíticos, isto é, para o estabelecimento de distinções entre este tipo de jornal e outros veículos, comumente acusados de “populares” ou “sensacionalistas”. Deriva, pois, de um recurso identitário de auto e hetero-representação acionado pelos próprios profissionais da informação. A propalada “objetividade jornalística”, embora possa ser desejada, apresenta-se como algo inatingível, uma vez que “o ato mesmo de relatar algum fato implica envolvimento, mesmo que este seja inconsciente” (ALVES: 2001, p.60). Desse modo, ao contrário do que recorrentemente se apregoa, “transformar um fato em notícia não é o mesmo que reproduzir singelamente o que ocorreu. Transformar um fato em notícia é também alterá-lo, dirigi-lo, mutilá-lo” (MARCONDES FILHO, 1986, p.66).

9. Pelo menos, este foi o número oficial que, durante a pesquisa, foi disponibilizado pela direção do jornal. Através de conversas informais, porém, foi possível tomar ciência da existência de outros profissionais (os chamados free-lancers) que, por razões trabalhistas, acabam não constando nos quadros da empresa. Seu número exato, contudo, não foi possível levantar.

verdadeira “usina de notícias” que funciona de forma ininterrupta. Quando as máquinas no parque gráfico começam a imprimir os exemplares da edição que acabou de fechar, os profissionais voltados para o levantamento e organização do próximo número ‘ganham a cena’, dando continuidade a uma rotina que se apresenta, dia após dia, como uma espécie de ciclo sem fim.

A redação funciona em turnos variados e divide-se em seccionais delimitadas por áreas temáticas (política, economia, esportes, etc). Além destas – significativamente chamadas “editorias da cabeça” –, o jornal conta com, pelo menos, dez suplementos que tratam de assuntos diversos (automóveis, agenda cultural, empregos, moda, etc.) e, ao contrário delas, cujas publicações são diárias, circulam apenas uma ou duas vezes por semana. Dentre as editorias principais, há, como é comum entre os jornais de grande circulação, uma que se ocupa particularmente do noticiário local. Por ser a que lida mais direta e recorrentemente com as representações da violência urbana, foi sobre esta editoria (que, a partir daqui chamarei simplesmente de local), suas atividades e profissionais que recai, de modo especial, a minha atenção¹⁰.

Maior editoria do jornal, a local conta atualmente com uma equipe de trinta jornalistas, número bastante superior ao de outras importantes seccionais como, por exemplo, a de economia (que possui apenas onze) ou a de assuntos internacionais (que conta, hoje, com apenas nove profissionais). Conforme explica o editor, ela “pode ser considerada a alma da redação, pois é a única editoria que funciona 24 horas, ou seja, sempre tem alguém aqui seja na madrugada seja no réveillon”. Prova disso reside no fato de que, às 7h, quando tem início o primeiro turno, há apenas um chefe de reportagem e um repórter da local na redação. Eles “rendem” o plantonista da madrugada (também da editoria), ao passo que os demais jornalistas vão chegando ao longo do dia, de acordo com a necessidade dos picos de produção.

10. Isso não significa, porém, que eu tenha deixado de entrevistar ou conversar com profissionais de outras editorias, nem de percorrer ou observar as demais dependências que compõem o jornal. Pelo contrário, o contato com repórteres, fotógrafos, editores e redatores das diversas seções permitiu, por vezes, a observação de posicionamentos distintos sobre um mesmo assunto, o que possibilitou uma rica coleta de dados, posto que obtida a partir de múltiplas perspectivas.

Crêterios de sele o e hierarquiza o das notícias

Do levantamento   apura o das notícias, da defini o dos enfoques   reda o final das reportagens, nas editoriais são desenvolvidas, diariamente, inúmeras atividades e rotinas profissionais. Dentre tais atividades, há que se destacar as chamadas reuniões de pauta da local, ocasiões durante as quais uma série de princípios praxiol gicos são postos em a o, expondo, de forma muitas vezes explícita, as idéias, os valores e as hierarquias internas que estruturam não são o funcionamento da seccional em apreço mas também o de toda a reda o do jornal.

A título ilustrativo da dinâmica de funcionamento de tais reuniões, apresentarei uma reportagem (veiculada na edi o de 27 de julho de 2005) para, em seguida, discutir as características daquilo que chamarei aqui de sensibilidade jornalística dos profissionais da local. A idéia de sensibilidade jornalística, adaptada da no o de sensibilidade jurídica, tal qual formulada por Clifford Geertz (2000), tem o seu uso assentado na compreensão de que ambas as no es correspondem a “princípios abstratos” que subjazem   produ o de “estórias sobre ocorrências reais” (p.325). Assim, se a notícia corresponde, de fato, a uma “fic o”, ou seja, a “algo construído”, “modelado”, enfim, a “uma fabrica o” (GEERTZ:1989), a sensibilidade jornalística deve, pois, ser entendida como o modo de concep o que orienta tal fabrica o, isto  , como o elemento virtual que sobredetermina as diferentes maneiras de perceber, formular e elaborar a notícia no interior de um dado contexto sócio-profissional.

Ao apresentar alguns aspectos do processo de produ o de uma reportagem específica (que, sem sombra de dúvida, trata-se de um caso-limite), pretendo mostrar como um mesmo fato noticioso   passível de receber tratamentos diversos, que, via de regra, podem ser orientados tanto pela noticiabilidade do fato em si, como pela linha editorial do jornal, pelos interesses político-econômicos em jogo ou, até mesmo, pela preferência temática que determinados funcionários do jornal venham, porventura, a manifestar.

A reportagem em questão   a seguinte:

BALA PERDIDA ATINGE CORPO EM CAPELA NO CATUMBI

*Projétil foi disparado durante confronto entre PMs e traficantes
no Morro de São Carlos, vizinho ao cemitério*

A paz, sonho distante dos vivos, parece ser vedada também aos mortos no Rio. Enquanto era velado, ontem, no Cemitério de São Francisco de Paula, no Catumbi, o corpo da babá Clenilda da Silva foi atingido por uma bala perdida. A insólita cena se deu durante um tiroteio no vizinho Morro de São Carlos, que obrigou parentes e amigos de defuntos velados nas capelas a se jogarem no chão. Marcas de tiros nas paredes do cemitério e em árvores revelam que não foi um caso isolado. Pelo menos uma bala, aparentemente de fuzil, estilhaçou a janela da capela antes de atingir o caixão.

– A parte mais intensa do tiroteio começou mais ou menos às 13h15m e durou cerca de dez minutos. Eu estava velando o corpo do meu pai, na capela vizinha à dela. Os tiros eram tantos e tão altos que as pessoas foram para o corredor, muitas se jogaram no chão, apavoradas – lembrou o taxista Augusto Salgado da Silva Filho.

– Ouvimos um barulho muito forte de vidro se quebrando. Quando eu fui até a capela H, vi a janela estilhaçada e o corpo dela perfurado. A administração do cemitério se limitou a retirar rapidamente a janela quebrada.

A bala, aparentemente, alojou-se em algum lugar na bacia da babá. Parentes de Clenilda, que morreu anteontem, aos 49 anos, vítima de infarto, contaram que, temendo a falta de segurança no cemitério, preferiram não passar a noite velando o corpo. Ninguém chamou a polícia, não houve perícia e Clenilda foi enterrada com a bala. A enfermeira Maria de Lourdes Pereira da Silva, irmã da babá, com quem ela vivia na Penha, se disse perplexa:

– É triste demais tudo isso. Meu Deus, levar um tiro depois de morta! – lamentou Maria de Lourdes. – Clenilda sofreu antes de morrer. Fazia um tratamento devido a uma doença no abdome e, numa das internações, foi contaminada por uma bactéria que os médicos ainda não sabem qual é. Ela teve infecção generalizada e morreu de infarto.

O administrador do cemitério, Norberto Ferreira, disse que foi um caso isolado.

– Quando há guerras entre traficantes e entre policiais e bandidos, as balas podem até chegar à parede, mas jamais tinham quebrado um vidro e entrado numa capela. Esse lugar é tão perigoso quanto qualquer outro do Rio. Nossa ação na retirada da janela foi rápida porque o vidro quebrado poderia machucar alguém.

O 1o BPM (Estácio) informou que o tiroteio de ontem foi entre policiais e traficantes do São Carlos. De acordo com a polícia, um menor, acusado de tráfico, foi detido, enquanto outro, baleado, procurava socorro no Hospital Souza Aguiar. Um fuzil supostamente usado por ele no tiroteio foi apreendido.

Com chamada na primeira página do jornal e ocupando o alto da segunda página da seção local, a reportagem é acompanhada de uma fotografia do corpo da vítima (com o Morro de São Carlos ao fundo) e de uma pequena coluna, intitulada “Insegurança já virou rotina”. Nesta coluna, informa-se que a direção de muitos cemitérios do Rio têm desaconselhado ou proibido a realização de velórios à noite e que, além disso, “traficantes, segundo a polícia, não estariam permitindo que bandidos rivais fossem enterrados em cemitérios como o de São Francisco Xavier (Caju), Murundu (Realengo), Inhaúma e Cacua (Ilha do Governador)”. No mais, a reportagem em si detalha apenas o que foi noticiado na primeira página¹¹, apresentando, de forma ilustrativa, falas de testemunhas e outros envolvidos que, praticamente, limitam-se a comentar o ocorrido.

Embora, como mencionei, a reportagem tenha dado primeira página, com foto, não é o seu conteúdo propriamente dito que importa, uma vez que ele pouco revela sobre a estrutura de funcionamento da editoria local. O objeto de interesse, vale frisar, reside nos “bastidores” da construção da notícia que, dado o seu caráter ao mesmo tempo arquetípico e, pode-se dizer, inusitado, serviram de base para os comentários e ilações que se seguem.

Pois bem. A exemplo do que ocorre em toda a redação do jornal, a local está dividida, desde o ano 2000, em “times”. Assim, além de um editor, um editor-adjunto e três chefes de reportagem, a editoria conta, atualmente, com subeditorias que dividem entre si responsabilidades, funções e temas específicos¹². Essa divisão faz com que, durante as reuniões, as notícias pautadas sejam amplamente debatidas, a fim de, com isso, avaliar a sua importância e definir, entre outras coisas, em que lugar do espaço do jornal elas devem (ou não) ser publicadas.

11. Na primeira página do jornal, sob o título “Bala perdida atinge morta em velório”, consta o seguinte texto: “O corpo da babá Clenilda da Silva foi atingido ontem por uma bala perdida, enquanto era velado no Cemitério do Catumbi, causando pânico. Na hora, acontecia um tiroteio no Morro São Carlos”.

12. A *local* conta, atualmente, com uma subeditoria de Infra-estrutura (que aborda assuntos relativos a transportes, obras, meio ambiente e geral), uma de Administração (que trata de temas como governo, Assembléia Legislativa, Câmara, eleições, etc.) e, por fim, uma denominada JUPOL (que aborda, especificamente, assuntos concernentes à Justiça e à Polícia).

Como é de praxe, durante a reunião do dia 26 de julho, a pauta era lida pelo editor responsável¹³ e, subseqüentemente, comentada pelos subeditores e chefes de reportagem (qual repórter vai cobrir que assunto, qual o andamento das reportagens, quais delas devem ser acompanhadas de fotos, etc.), a fim de definir, entre outras coisas, qual seria a notícia de abertura do dia. Por ocupar a primeira página da seção, o chamado abre é considerado a notícia mais importante da edição, embora tal percepção não possa ser, de fato, tomada como algo consensual. A discussão em torno de sua definição demonstra, conforme observar-se-á, quais são os critérios que, via de regra, são utilizados para definir a escala de importância das notícias não só para a local como, também, para o próprio jornal de que faz parte.

Tudo transcorria dentro da normalidade, até que uma das subeditoras pronunciou-se sobre o que, na sua opinião, deveria ser o abre do dia. Segundo a jornalista, era possível até ver a manchete estampada no dia seguinte: “BALA PERDIDA NO RIO NÃO PERDOA NEM DEFUNTO”. A despeito, porém, do seu entusiasmo, o editor-adjunto não só se mostrou pouco animado com a idéia como apresentou um posicionamento notadamente diverso em relação ao assunto. Segundo ele, a notícia de abertura da edição deveria ser uma outra, que tratava da repercussão de uma medida adotada pela Secretaria Municipal de Governo proibindo o uso de equipamentos de som nos quiosques da Lagoa Rodrigo de Freitas.

A subeditora, em defesa de seu ponto de vista, alegava que seria possível relacionar o caso da bala perdida com outros tantos ocorridos no Rio, tais como, por exemplo, o fechamento de escolas e estabelecimentos comerciais a mando de traficantes. Com isso, acreditava ela, poder-se-ia não só noticiar o caso em si (um defunto alvejado por um tiro num cemitério da cidade) como promover, ainda, uma discussão mais ampla acerca do “crescimento da violência” e da mudança de hábitos que, conseqüentemente, estaria sendo impingida, na atualidade, aos cariocas. Para reforçar o seu argumento, a profissional recordou que, há meses, eles mesmos já teriam

13. Na ocasião, o editor da local estava de férias e, em seu lugar, assumia, interinamente, o editor-adjunto

construído um abre dessa mesma forma, a partir do que ela descreveu como “um fait-divers ocorrido no Jardim Botânico”.

Diante da sua insistência e para minha surpresa, o editor respondeu assertivamente com a seguinte observação “você acabou de falar a palavrinha mágica: Jardim Botânico”. E, com isso, encerrou a discussão, dando a entender que, caso não surgisse uma notícia considerada mais importante no decorrer do dia¹⁴, o abre da local, naquela edição, acabaria sendo, conforme sua deliberação, sobre o “barulho na Lagoa”.

Um primeiro comentário que pode ser feito a partir desse episódio diz respeito às relações hierárquicas que envolvem o processo de produção da notícia.

Conforme evidencia o caso em questão, embora haja espaço para discussão quando da definição das prioridades noticiosas, a palavra final, ou seja, a tomada de decisão sobre elas, acaba sendo mesmo do editor, o que gera, entre outras conseqüências, uma verdadeira personalização da editoria e de seus produtos. Entre um sem-número de outras situações possíveis, essa personalização pode ser percebida, por exemplo, pela freqüência com que são ouvidas, na local, frases como “o Fulano não gosta...” ou, mais comumente, “o Fulano é quem manda na local”.

Certa vez, durante conversa informal com um de seus produtores, fui apresentado a uma explicação sobre como, supostamente, funcionaria a editoria. Para isso, o profissional me mostrou uma reportagem e, com tom professoral, desfilou o seguinte comentário: “isso aqui não é notícia!”. A reportagem (que havia aberto a seção local no dia), segundo ele, não interessaria a ninguém e, por isso, não era digna de ocupar um lugar tão destacado no espaço do jornal. Após isso, o profissional promoveu uma

14. A reportagem de abertura da local acabou sendo uma denominada “Um pitbull com liminar” e tratava da licença obtida por um casal, junto à Justiça, para passear livremente com sua cadela, contrariando, com isso, o decreto 37.921 da governadora Rosinha Garotinho, segundo o qual cães das raças pitbull, dobermann, fila e rotweiler só poderiam circular em locais públicos entre as 22h e 5h, ainda assim com focinheiras e enforcadores. Como é comum ocorrer no jornal, esta notícia, que apareceu de última hora, acabou por obnubilar as demais, assumindo grande importância, por se tratar, entre outras razões, de uma polêmica recente (o decreto tinha sido baixado há vinte dias) que vinha sendo cuidadosamente acompanhada pelos jornalistas daquela editoria.

rápida enquete a fim de levantar quantos repórteres da seccional tinham lido o abre naquele dia¹⁵. A lógica proposta era simples: se a reportagem em questão não era capaz de suscitar interesse nos próprios jornalistas, não haveria de interessar, conseqüentemente, ao grande público. A posição era, pois, claramente pragmática. De acordo com sua ótica, o tema noticiado (supostamente “desgastado” e “sem apelo”¹⁶) só teria sido o abre da edição “porque o editor quis!”.

Com base no exposto, é lícito supor que, se o editor não estivesse de férias por ocasião da discussão relatada, o desfecho da história poderia ter sido, ao fim e ao cabo, diferente. O que significa dizer que, a despeito do surgimento de uma nova notícia (sobre liminar concedida aos donos de um pitbull), tanto a reportagem propugnada pela subeditora quanto a escolhida pelo editor-adjunto poderiam ter, em princípio, se tornado a abertura da seção. Bastaria, para tanto, que o agente com maior poder de decisão, no caso o editor, assim o desejasse.

Sobre as hierarquias personalizadas, cabe salientar, ainda, que é muito comum aparecerem na local propostas de reportagem com a indicação RECO. Ao contrário do que ocorre com os demais pontos da pauta, essas propostas são assim chamadas por terem sido, geralmente, recomendadas por um alto funcionário da redação do jornal, tal como um editor-executivo, por exemplo. Se este, por alguma razão, considera que um determinado assunto deve ser abordado, sugere, então, que uma editoria específica faça uma reportagem a respeito. Muito embora não haja nenhuma determinação oficial nesse sentido, normalmente tal sugestão acaba por ser acolhida, ainda que possa permanecer engavetada por algum tempo e ser repautada até que se dê a ocasião de sua publicação.

15. Dos três repórteres ouvidos, apenas um tinha lido a reportagem. Ainda assim, disse que o fez porque teria que escrever uma reportagem para a edição de domingo sobre o mesmo assunto. Cabe salientar que os repórteres que participaram da enquete o fizeram sem receber qualquer explicação a respeito do porquê de sua realização.

16. O abre da local, na ocasião, ganhou a primeira página do jornal com o título “Traficantes tentam criar base em Manguinhos”, acompanhado do seguinte texto: “Quatro traficantes foram mortos ontem em tiroteio com a PM dentro da Refinaria de Manguinhos, prestes a ser desativada, na Av. Brasil. Os bandidos tentavam instalar um ponto de embalagem de drogas”.

Como se vê, tanto no episódio da reunião de pauta inicialmente relatado quanto no caso das reportagens RECO, há princípios gerais que orientam as condutas dos diversos agentes que participam dos processos de elaboração e feitura do jornal. A eventual (e muitas vezes implícita) centralidade do editor ou do editor-executivo nos processos de decisão deve-se, como explica Bourdieu (2002;1983), ao fato de que os agentes do campo jornalístico (como os de qualquer outro campo de poder) na luta para fazerem reconhecer a sua visão como objetiva (e, portanto, legítima), dispõem de forças desiguais que dependem das relações de força simbólicas e dos trunfos diferenciais que cada um, de acordo com sua respectiva posição no interior do campo, é capaz de acionar.

Tratando especificamente do “caso da bala perdida”, um segundo comentário a ser feito diz respeito à grande importância que, na editoria, é dada à localidade onde os fatos noticiosos ocorrem, o que tem a ver, obviamente, com a distribuição geográfica do público-leitor do jornal¹⁷.

O caso em questão, conforme sugerem os bastidores de sua produção, acabou não tendo maior reverberação por ter, pode-se dizer assim, acontecido no lugar errado. Se, ao invés de ocorrer no Catumbi, o episódio tivesse se passado em algum bairro nobre do Rio de Janeiro, muito provavelmente receberia um outro tipo de tratamento e, conseqüentemente, ganharia maior visibilidade. O próprio tipo de resposta dada pelo editor-adjunto à sua colega de trabalho (“você acabou de falar a palavrinha mágica: Jardim Botânico”) revela a existência de uma visão que, de certo, impregna o comportamento do conjunto dos profissionais da local. Tanto que, conforme sentenciou abertamente um de seus produtores, “precisam morrer 30 na Baixada para ter o espaço no jornal que a morte de um no Leblon recebe”¹⁸.

Outrossim, pode-se dizer que a maneira como a notícia é tratada opera em consonância com um discurso social mais amplo em que se fazem notar princípios hierárquicos próprios da configuração sociocultural

17. Cf. nota de no 6.

18. O comentário refere-se à chacina ocorrida no dia 30 de março de 2005, quando vinte e nove pessoas foram assassinadas a tiros nos bairros de Queimados e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ).

brasileira, notadamente desigual e excludente (DA MATTA:1979; KANT DE LIMA:1995). O “espaço” no jornal pesquisado (ou, pelo menos, os melhores espaços¹⁹) parece ser, por razões tanto materiais quanto simbólicas, reservado a temáticas que, supostamente, vão ao encontro dos interesses de segmentos sociais específicos e aos quais o jornal, à sua maneira, procura satisfazer.

O terceiro e último comentário a ser feito diz respeito ao fato de que, conforme dados levantados no campo, a editoria local vem alterando, sensivelmente, a sua maneira de lidar com a temática da “violência urbana”.

Como foi relatado no decorrer do texto, existem alguns critérios que referenciam a produção da notícia. Essa multiplicidade de orientações, ao invés de consenso, gera, por vezes, dissonâncias e o estabelecimento de manifestas relações concorrenciais. No caso analisado, por exemplo, enquanto o editor-adjunto se deixava guiar por um determinado referencial (de situação socioespacial da notícia), a subeditora utilizava-se de um outro e, assim, propunha que se noticiasse um determinado caso a pretexto de promover uma discussão sobre o atual estado da segurança pública no Rio de Janeiro. Esta segunda perspectiva reflete uma orientação geral e crescente da local, cujo objetivo, ao que tudo indica, reside em estimular os jornalistas a procurarem ir “além do fato em si”, não se limitando, pois, ao chamado crime factual ou, como diria o editor, ao crime “no varejo”. Daí decorre, entre outras conseqüências, a exigência de que o jornalista se aprofunde cada vez mais no levantamento de dados, construa suas próprias estatísticas, ouça especialistas, enfim, produza um material de qualidade que não se limite a apenas noticiar a “violência urbana”, mas que a contextualize, explique e, com isso, contribua para o seu enfrentamento.

Assim, um abre que trate, atualmente, da temática deve, pois, ser composto dos seguintes elementos: uma reportagem, com foto, sobre o epi-

19. Conforme já foi mencionado, a notícia sobre a “bala perdida” que atingiu um defunto ganhou espaço na primeira página do jornal pesquisado. Todavia, além de pequena, ela ficou circunscrita ao canto inferior direito do jornal. Por outro lado, embora, não tenha obtido plena centralidade, a notícia sobre a liminar concedida aos donos de um pitbull foi publicada na parte superior do jornal, de certo, mais importante que a anterior. Cumpre destacar que, enquanto a primeira notícia está relacionada a um fato ocorrido no Catumbi, a segunda envolveu moradores de um bairro da Zona Sul do Rio, o Leblon.

sódio em questão; um box (denominado memória) contextualizando o fato noticiado; uma coluna com comentários de “especialistas”, testemunhas ou pessoas próximas da(s) vítima(s) e, por fim, se necessário, um infográfico contendo ilustrações ou dados numéricos, direta ou indiretamente, relacionados à reportagem principal.

Embora continue noticiando ocorrências criminais isoladas, o objeto de interesse da editoria local tem sido, cada vez mais, não a velha reportagem policial, mas sim o que eles atualmente denominam reportagens de segurança pública. Somente entendendo essa alteração no modo de tratar o fenômeno da “violência urbana” é possível compreender a gênese e os fundamentos do embate relatado acerca do que deve ou não ser tratado jornalisticamente como uma prioridade noticiosa.

Pode-se afirmar que a direção que vem sendo assumida pela editoria local opera em conformidade com o que Da Matta (1993) chama de leitura teórica ou erudita da violência. Segundo o antropólogo, a mais importante característica deste tipo de discurso reside no instituto de “um acentuado viés normativo, jurisdicista, formalista e/ou disciplinador, através do qual se defendem ou se atacam o ‘governo’ e o Estado, com a crítica assumindo como fundamentais as ausências de ‘autoridade’ e de justiça” (p.179). De acordo com essa nova diretriz, problemas como a “violência urbana”, entre outros, tendem a ser tomados como um sintoma de desordem, ou seja, são tratados como um produto auto-evidente da falta de Estado, em suas várias dimensões.

Esse tipo de discurso, ao ser objetivado no espaço do jornal, tem como apanágio a capacidade de promover e reforçar, por meio de uma espécie de magia social, o próprio papel de “definidores da realidade” (BERGER & LUCKMANN:2002) de que, voluntária ou involuntariamente, seus profissionais se vêem investidos. Ao construir a representação do absentismo estatal e apontar suas conseqüências deletérias para os cidadãos cariocas, mais do que mantê-los informados sobre a realidade que os cerca, esses jornalistas atuam no sentido de orientar, conduzir ou, numa palavra, tutelar os seus leitores. Isso ocorre à medida que, conforme explica Albuquerque (2000), a grande imprensa, por ser portadora de um “discurso autorizado”

(logo, legítimo) sobre a realidade social, “pode reivindicar (e o faz efetivamente) a defesa de causas do interesse geral da nação, ainda que elas se confrontem com os interesses de vastos setores (e em alguns casos da maioria²⁰) da sociedade” (p.14).

É por conta desse tipo de visão, que reflete a configuração sociocultural brasileira e a sua tradição hierárquica, que profissionais da informação se arvoram o direito de não só definir as problemáticas obrigatórias de seu tempo, como também, em boa medida, decidir sobre a sua importância, de que forma elas devem ser tratadas e quais os espaços que lhes cabem. Em que pese uma certa dose de exagero e pretensão, é isso que revela o depoimento algo espontâneo de um dos produtores da editoria local. Segundo ele, “o leitor lê o que nós queremos que ele leia! Pode ser feeling, ou seja lá o que for, mas o fato é que nós dizemos para o público leitor o que é importante, o que ele deve ler!”

Reside, precisamente, aí a relação entre sensibilidade jornalística e construção social da realidade que norteia e empresta sentido a este texto. Ao organizarem um discurso baseado em determinados padrões de cognição, de interpretação e de apresentação do real, os jornalistas da editoria local, inextricavelmente, adotam formas específicas de seleção, de ênfase e de exclusão das notícias. Por conta disso, tais profissionais, a exemplo do que ocorre com outros agentes e agências do “campo jornalístico”, mais do que produzirem e difundirem informação, atuam de modo a contribuir para que se desenvolva uma visão de mundo que reflete a sua forma particular de apreender e representar esse mundo.

Pode-se inferir, por fim, que, mais do que por qualquer critério pretensamente objetivo, tais jornalistas são guiados por uma espécie de disposição incorporada que lhes permite hierarquizar os acontecimentos e reconhecer neles um caráter de maior ou menor noticiabilidade. O problema que se apresenta, contudo, é que, não sendo tal disposição exclusividade

20. Veja-se, por exemplo, a campanha pelo “sim” ao desarmamento assumida pelo jornal pesquisado, com editoriais e matérias freqüentes aludindo ao crescimento da violência, a despeito de, na seção de cartas, a maioria esmagadora dos seus leitores se manifestar, quase que diariamente, em defesa do “não”.

deste ou daquele agente do campo, episódios como o que deu origem a este artigo parecem destinados a futuras e sucessivas repetições. Isto porque, como bem sintetizou um dos produtores da local, no espaço da redação, “do editor-chefe ao repoleiro²¹, todo mundo acha que sabe o que é importante, o que é notícia”.

Considerações finais

Conforme asseveram Berger e Luckmann, “a realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores de realidade. Para entender o estado do universo construído em qualquer momento, ou a variação dele, é preciso entender a organização social que permite aos definidores fazerem sua definição” (2002, p.157).

Ao apresentar os critérios que, direta ou indiretamente, referenciam as ações de um determinado grupo de jornalistas, o que pretendi foi expor, ainda que em linhas gerais, o modo como estão estruturadas as suas relações e como, a partir delas, é possível se construir socialmente uma determinada realidade. Tomando a redação de um jornal (e, em especial, uma de suas editorias) como o microcosmo de um campo de poder em que diferentes agentes, contando com trunfos diferenciais, lutam pelo monopólio de definição da realidade social, procurei mostrar, através do que chamei de sensibilidade jornalística, quais são os elementos que regem as suas atividades, levando-os, pois, a moldar e hierarquizar de uma maneira específica as notícias e, com isso, oferecer aos leitores um determinado modo de ler e interpretar o real.

Como demonstram os estudos sobre a mídia moderna, valores como objetividade, neutralidade, imparcialidade, compromisso com a verdade,

21. Repoleiro é o responsável pelo levantamento das notícias policiais. Para isso, ele fica numa sala denominada REPOL, onde além de TV, rádio e telefones, há um rádio especial com frequência de polícia. Apesar de sua importância estratégica, esta é considerada uma das funções hierarquicamente menos valorizadas no espaço da redação.

com os fatos e com o interesse público permanecem, ainda hoje, sendo apregoados nos discursos de auto-representação sobre a base deontológica que estrutura o ofício jornalístico. Em conformidade com o texto apresentado, o que gostaria de propor, alternativamente, é que, em contraposição ao fetichismo da objetividade e da neutralidade que se lhe impuseram historicamente, para ser melhor entendida, a notícia deve ser tomada como uma versão negociada dos fatos, o que significa dizer que ela é socialmente produzida, num trabalho coletivo de (re)construção da realidade social e por meio deste trabalho.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, A. Um Outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. In.: *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, número 4, 2000.
- ALVES, C. C. C. Nelson Rodrigues e a Reportagem Policial: Realidade X Ficção. Monografia de Graduação em Comunicação Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento (22a ed.), Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico (5a ed.). São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. A Economia das Trocas Simbólicas (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- DA MATTA, R. Os Discursos da Violência no Brasil. In.: *Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- _____. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa (3a ed.). Petrópolis: vozes, 2000.
- KANT DE LIMA, R. Da Inquirição ao júri, do trial by jury à plea bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada (Brasil/Estados Unidos). Tese apresentada ao concurso de professor titular em Antropologia da UFF. Niterói: RJ, 1995.
- KANT DE LIMA, R., MISSE, M. & MIRANDA, A. P. M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. In.: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Relume/Dumará, no 50, 2o Semestre de 2000.
- LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. In.: *CHAMPAGNE, P. et alli. Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis, Vozes: 1998.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. In.: *Sociedade e Estado*, volume 10, número 2, jul-dez, Brasília, 1995.
- MARCONDES FILHO, C. Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza. São Paulo: Ática, 1986.
- MISSE, M. Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- SODRÉ, M. Sociedade, Mídia e Violência. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2002.
- ZALUAR, A. Violência e Crime. In.: *MICELLI, S. (Org.) O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES SOCIAIS NA FRANÇA: de que formação estamos falando?¹

Paule Sanchoir²

Resumo

Este artigo apresenta algumas interrogações relativas à formação continuada de pessoas encarregadas da intervenção social na França. A qualificação dos atores desse ativo setor, confrontada com as transformações econômicas, sociais tem sido objeto de desafios contraditórios. Os financiadores e os empregadores tendem a valorizar a competência que individualiza as práticas comparadas com a qualificação que garante o estatuto. O treinamento é estruturado através de uma pluralidade de dimensões que são evocadas aqui, tomando em consideração esses desafios.

Palavras Chaves: Intervenção Social, Formação Profissional, Qualificação Profissional, França

1. Foi extraído - após algumas modificações - da Revista Empan, (n° 56, 2004) La formation en questions (A formação em questões).

2. Doutora em Psicologia Social. Responsável pelo setor de Trabalho Social. Seção da Formação Contínua - Université Toulouse - Le Mirail, 5 allées Antonio Machado, 31058 Toulouse cedex 9, sanchoir@univ-tlse2.fr

Abstract

This article presents some interrogations relative to the continuous training of the persons in charge of the social intervention in France. The qualification of the actors of this activity sector, confronted with the economic and social transformations, has been subject of contradictory challenges. The financiers and the employers tend to valorize the competence which individualizes the practices compared to the qualification which guarantees the statutes. The training is structured through a plurality of dimensions which are evoked herein, taking into consideration such challenges.

Key words: Social intervention, Continuous training, Professional Qualification, France

As análises apresentadas aqui tratam da evolução das profissões sociais na França, mas certas questões colocadas podem ter eco entre os leitores da revista Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social.

Minha atividade profissional universitária, há mais de trinta anos, tem sido dedicada à formação de trabalhadores sociais. Aprendi assim a conhecer as redes, os atores, os desafios e a me posicionar em relação a eles. Entretanto, frente às múltiplas transformações, tanto sociais, políticas quanto legislativas que atingem esse setor, parece-me necessário salientar alguns paradoxos que vamos ter que enfrentar, bem como as perspectivas possíveis.

A evolução específica dessa área profissional insere-se, é claro, num contexto mais amplo. O impacto da globalização e da mercantilização transforma a educação — direito fundamental de todos, garantido pelo Estado — numa oferta de formação, produto do mercado, que cada um consumirá, em função de suas necessidades, de suas estratégias, mas, definitivamente, sobretudo em função de seus meios financeiros. Essa dimensão se faz sentir em todos os setores da formação e podemos observar que ela caracteriza também o espaço relativo ao social. A transferência para o governo das regiões* do financiamento do conjunto das formações profissionais é uma das etapas da diferenciação e da perda de igualdade no seio do território nacional (AZAM, 2004:27).

O Conselho Econômico e Social adotou, em 7 de julho de 2004, um parecer sobre o recrutamento, a formação e a profissionalização dos trabalhadores do setor sanitário e social. Este estigmatiza a ausência de antecipação, por parte do Governo, das evoluções demográficas e das necessidades de pessoal para esse setor que emprega 1 600 000 funcionários através de 31000 estabelecimentos e entidades distribuídas entre o setor público e privado.

Esse segmento vai enfrentar dificuldades de recrutamento por (pelo menos) quatro tipos de razões: a evolução demográfica (dentro de 10 anos, um quarto dos funcionários completará 60 anos), o fato que esses ofícios

* Do ponto de vista administrativo, a França está dividida em vinte e duas regiões. (Nota da tradutora)

difíceis não são atrativos, a insuficiência de pessoal qualificado e o aparecimento de necessidades crescentes ligadas ao envelhecimento da população e ao aumento dos problemas de pobreza e de desinserção social.

Essas constatações, bastante conhecidas dos atores desse ramo profissional, já produziram rudimentos de respostas de diversos tipos, através da utilização das novas modalidades de formação.

É o caso, por exemplo, da formação pela aprendizagem, testada para as profissões de monitor/educador e educador especializado. Esse modelo já tinha sido empregado em formações superiores (engenheiros, por exemplo). Sua aplicação aos ofícios ligados ao social interroga, entre outros, esse novo modo de aquisição de uma qualificação profissional e o engajamento dos empregadores nesse processo.

Para responder à falta de dirigentes intermediários, criou-se um novo diploma, o CAFERUIS, (Certificado de Aptidão às Funções de Enquadramento e de Responsabilidade de Unidade de Intervenção Social) cujo tempo de formação está repartido igualmente entre formação teórica e formação prática, mas que prevê uma diminuição significativa da formação em função da experiência adquirida. O núcleo de seu conteúdo é a aquisição de competências ligadas à gestão e à administração.

No entanto, em 1978, o D.S.T.S. (Diploma Superior de Trabalho Social), diploma de temática transversal, tinha sido criado para forjar a qualificação dos dirigentes da ação social e manifestar dessa forma um reconhecimento efetivo dessa função de enquadramento. Sua linha pedagógica consistia, pelo contrário, em gastar o tempo que fosse necessário para que um processo de transformação permitisse à pessoa evoluir e mudar de posição a fim de se tornar dirigente. Organizado em cooperação entre os centros de formação profissional e as universidades, garantia um diploma do nível da “maîtrise” ** e exigia que os candidatos efetuassem uma pesquisa aplicada à situação profissional deles.

* Corresponde, na França, a quatro anos de estudos universitários. (Nota da tradutora)

Mas o que se espera realmente desses dirigentes? Que saibam administrar orçamentos, instituições, pessoas? Sem dúvida, mas num contexto em que as orientações e as políticas são elaboradas por outros. Se for esse o propósito, a conceptualização já não é útil e o questionamento epistemológico, supérfluo.

E enfim, foi a utilização da Validação da Experiência Adquirida e sua aplicação a todas as qualificações profissionais que tornaria possível encurtar a duração e os custos de formação, num setor que emprega numerosos substitutos sem qualificação profissional.

Os exemplos citados lançam o debate: deve-se privilegiar a competência ou a qualificação?

Tal reflexão encontra-se no centro dos processos de formação. Como foi que ela surgiu nesse setor?

Um estudo da Mire (Missão Pesquisa Experimentação do Ministério do Emprego e da Solidariedade), iniciado em 1991, (Chopart, 2000) sobre a transformação dos ofícios ligados ao social, analisou a presença de vários níveis entre os atores da ação social:

- as profissões em contato direto com o público (as menos qualificadas, que estão aumentando e que constituem mais de 60% dos atores sociais);
- as profissões tradicionais e bem-conceituadas (educadores especializados, assistentes de serviço social, que aumentam ligeiramente e que assumem cada vez mais responsabilidades de organização, longe do público).
- as funções de direção e de perícia.

Esses estudos clarificaram a oposição entre duas lógicas. A da qualificação, que privilegia o recrutamento dos trabalhadores baseando-se na condição estatutária deles, obtida após uma formação profissional estruturada, validada e garantida por um diploma nacional, mas reconhecida também por convenções coletivas com as suas próprias remunerações.

A da competência, que prefere contratar pessoas que adquiriram trunfos ao longo de suas experiências profissionais e que sabem valorizá-los e negociá-los - individualmente - junto a um empregador potencial.

Uma associação foi então criada para prosseguir esse debate com todos os atores da área: C.Q.F.D. (C'est la Qualification qu'il Faut Développer - Deve-se Desenvolver a Qualificação). Após uma ampla reflexão e diversas publicações, ela reuniu por volta de 500 pessoas num congresso, em setembro de 2000:

“Que tipo de trabalho social no século XXI? Salariado, qualificação, democracia.” (Chauvière, Tronche, 2002).

“O trabalho social não é somente agir no cotidiano; ele está também presente em toda uma arquitetura que qualifica e que dá sentido aos atos profissionais. O nível, a legitimidade e a continuidade dessas qualificações constituem hoje desafios de primeiríssima importância, tanto no plano nacional quanto no plano europeu. Em matéria de qualificação social, é preciso saber quais são nossos anseios, e porque são justamente esses e não outros.” (Chauvière, Tronche, 2002: 129).

Essa dinâmica de mobilização comum de trabalhadores sociais, de responsáveis pela ação social, de responsáveis pela formação, de universitários, de altos funcionários públicos, todos cidadãos preocupados pela questão social no cotidiano, prossegue atualmente com uma nova associação “7.8.9, rumo aos Estados Gerais do Social”, criada no Outono de 2002 a partir de um apelo público denunciando uma violência que não se pode mais esconder. Esse texto tinha em vista o mau trato dispensado a todos os usuários que não são ajudados como deveriam ser e as numerosas disfunções de nosso sistema de solidariedade, suas carências graves, principalmente do ponto de vista da aplicação”. (www.789etatsgenerauxdusocial.com)

Esse movimento propiciou os Estados Gerais do Social, de 18 a 24 de outubro de 2004. Tratou-se de uma ampla mobilização destinada a interrogar os atores da ação social, bem como a sociedade toda, sobre o sentido das palavras solidariedade, igualdade, cidadania e sua incidência nas políticas sociais atuais. Registros de críticas e propostas foram entregues para as autoridades públicas e para outros implicados em decisões em

matéria de ação social. Mas esse movimento não teve o impacto esperado e os responsáveis políticos e institucionais permaneceram surdos a essas reivindicações.

Os processos de formação

Como atualmente as modalidades de acesso às profissões sociais, as condições e as formas de exercício e as margens de autonomia estão sendo contestadas, gostaria de rememorar alguns pontos de vista sobre a formação, elaborados a partir da interestruturação entre minhas pesquisas e minha prática.

Toda formação é um processo de socialização. Tem por objetivo permitir que um indivíduo ocupe um lugar (ou vários) na sociedade, num grupo ou numa corporação profissional. Enquanto processo de socialização visa um duplo objetivo:

- transmitir ao indivíduo referências e valores do grupo ao qual deseja pertencer,
- permitir a ele uma apropriação de tal forma que possa, por sua vez, tornar-se ator no seio desse grupo.

Face à competição econômica mundial, o nível de educação e de formação tornou-se um desafio para o desenvolvimento das sociedades. Dentro da empresa, igualmente, o homem e suas competências constituem um capital (o capital humano) que é necessário saber desenvolver, administrar, valorizar, etc. Por isso, a formação traz em si desafios múltiplos e contraditórios, pois devem acompanhar as transformações do setor do trabalho e satisfazer atores que possuem interesses divergentes:

- o empregador e o assalariado
- a empresa e o indivíduo
- a eficácia do trabalhador e a autonomia de sua pessoa
- a adequação ao posto de trabalho e a promoção social
- a transformação do ofício aprendido e a mobilidade profissional.

Toda formação ocorre então num contexto institucional, político e econômico, mas constitui também um processo específico com seus próprios efeitos, que nos parece imprescindível. A formação constrói-se segundo múltiplos modelos e eixos de incidência. Eles coexistem e são mais ou menos valorizados em função das referências escolhidas. Entre eles, eis os que nos parecem importantes.

1 - A formação como aquisição de conhecimentos

Ela implica uma diferenciação nítida entre o formador e o formado e uma representação prévia da futura transformação do formado: o ofício para o qual ele está sendo preparado. Ela está presente desde a seleção, definida pelo corpo dos profissionais e instituições de tutela. Ela tem por função conferir uma qualificação, uma profissão, preparar para ocupar um posto de trabalho, para exercer um ofício. O seu eixo central é o indivíduo que está aprendendo.

Esta formação atualizou-se recentemente com o aparecimento dos sistemas de referenciais, utilizados para definir e estruturar os diplomas e as formações: o referencial de atividade descreve o ofício através de sua forma de ação e implica conhecimentos teóricos e conhecimentos profissionais. O referencial de competências é construído vinculado a essas atividades e a partir daí deduz-se um referencial de certificação e finalmente, o referencial de formação.

Esse modelo está sendo usado agora, sistematicamente, para redefinir os diplomas do campo social, mas está baseado num modelo que pode ser questionado. Essa forma de agir considera o ofício como um conjunto de funções e atividades. Cada atividade remete a competências e a um módulo de formação. Esses podem ser acumulados, empilhados, como tijolos de Lego (trata-se de um jogo de construção bastante apreciado pelas crianças). Cada pessoa junta-os na medida de suas possibilidades, de sua história e basta acumular esses módulos para se tornar um profissional.

Esse modelo determina os trâmites de Validação das Aquisições, sejam elas Profissionais (VAP, lei de 1985) ou relativas à Experiência (VAE, lei de 2003).

2 - A formação pela experiência

A prática é um modo fundamental de aquisição de conhecimentos e não somente de habilidades. Ela atua desde a infância, no momento da apropriação através da imitação e da identificação e, em seguida, em numerosas dinâmicas de formação.

Os métodos de educação ativa baseiam-se em todo um conjunto de processos pedagógicos cujo centro é constituído por essas experimentações da pessoa em formação.

Nos ensinamentos mais tradicionais, todas as situações de oficina e os trabalhos práticos, propõem essas práticas. Por fim, a aprendizagem valoriza também essa formação pela experiência.

Nesse modelo, a formação repousa sobre a dedicação da pessoa, seu engajamento pessoal, sua confrontação concreta com a matéria, com o agir, com o outro.

Mas dessa vez ainda, o modelo pode ser pervertido. Assim, nas profissões relacionadas ao social, quando se recorre a substitutos, estagiários, profissionais à espera de formação que têm que enfrentar as situações de praxe e assumir as responsabilidades de rotina, o risco é grande. “Será que a formação é tão necessária se, com boa vontade e com dedicação, obtém-se um bom desempenho ou pelo menos tão bom quanto...?”

Essa concepção conduz à idéia de que certas atividades “equivalem” a uma parte da formação: mãe de família, militante associativo, sindical,... Em suma, atividades não profissionais permitem adquirir competências que poderão ser transferidas, reutilizadas numa profissão. Na etapa ulterior, essas atividades não profissionais são validadas no lugar da formação. Mas quando é que se efetua o questionamento e a reflexão sobre o processo de transferência de competências entre a prática e o ofício ulterior?

3 - A formação como conceptualização da experiência

Esse modelo foi construído e analisado a partir das formações des-

tinadas a profissionais experimentados. Trata-se de partir de situações profissionais vivenciadas para conceptualizá-las, isto é, aplicar nelas modelos de inteligibilidade e extrair dali modos de análise susceptíveis de serem aproveitados em outras situações. Essa forma de agir impõe um certo número de obrigações:

Confrontar exigências intelectuais. Além da descoberta de novos conhecimentos, afrontar o pensamento e o raciocínio do outro, aprender o rigor da argumentação e da demonstração que passa a substituir os discursos afetivos, empíricos ou ideológicos.

– Proporcionar tempo suficiente para a reflexão, a maturação e a contextualização. Essa formação propõe um percurso que questiona a relação que se entretém com o trabalho, os outros, as instituições e que permite elaborar novos instrumentos de compreensão.

– Utilizar a escritura como ferramenta de distanciamento e de comunicação desse percurso intelectual.

– Tomar distância em relação ao cotidiano e à sua alienação. Para os profissionais empenhados num dia a dia exigente e conflitual, o fato de participar de uma formação obriga a reorganizar as suas diversas atividades. É preciso aprender a relativizar as urgências profissionais, a delegar e reestruturar as prioridades.

– Construir uma relação distanciada entre a vida profissional, o campo institucional, e o lugar de trabalho. A prática da alternância demonstrou, já há um certo tempo, que a possibilidade de efetuar um vaivém entre dois espaços, duas posições, dois pontos de vista é um excelente meio de transformação da pessoa e de suas competências. A mudança de lugar torna possível uma mudança de ponto de vista e uma transformação do olhar que é pousado sobre o cotidiano profissional.

A aprendizagem é uma das modalidades de formação que depende desse modelo, com a condição que os lugares e papéis dos diversos atores que se defrontam (o centro de formação, o local de experimentação, a pessoa em formação) sejam clarificados, assim como o modo de cooperação deles.

4 - A formação como dinâmica coletiva

Todas as nossas experiências (e formações) de educadores, de formadores, de psicólogos, nos ensinaram a conhecer a realidade do grupo, das dinâmicas coletivas e sua importância nos processos de aprendizagem, de aquisição, de transformação da pessoa. Essas dinâmicas têm um impacto bastante peculiar nas formações de adultos em que o grupo é o espaço de confrontação da experiência e da prática, da relativização das dificuldades e dos conflitos, de abertura e de inventividade. O grupo fornece um apoio indispensável para o indivíduo em sua dinâmica de transformação. Age também como um lugar de contra-poder face ao formador e à instituição de formação.

5 - A formação como processo de estruturação identitária

Se a formação constitui um mecanismo de socialização, ela é também um processo de estruturação da identidade. A prática profissional não é exterior à pessoa. Ela é um de seus eixos estruturantes. Psicólogos e sociólogos do trabalho, bem como certas organizações mostraram como a vida no trabalho permite a confrontação e a adesão a normas, a elaboração de dinâmicas coletivas de afirmação, processos de reconhecimento, de valorização (ou de desafiliação). (Sainsaulieu, 1977).

Para adultos, já engajados na vida profissional, a formação pode ser uma ocasião para reconsiderar a relação ao trabalho, para questionar as dificuldades que ali encontram e para reconstruir uma identidade capaz de assumir melhor o conjunto das condições, transformando seus modos de resposta.

6 - A organização formação

Essa nova noção foi reforçada pela lei de 4 de maio de 2004 que instaurou a formação profissional ao longo de toda a vida. Significa que o universo da empresa pode ser considerado de forma diferente e não mais como um mero produtor de bens ou de serviços. Entretanto, essa noção deve também ser submetida à reflexão.

Vários eixos de interpretação são possíveis. Isso pode querer dizer:

- que o lugar de trabalho e as relações que se desenvolvem ali são formadores;

- que, por consequência, os lugares específicos de formação são supérfluos e que esse papel de formação pode ser assumido pela própria empresa ;

- que a empresa pode criar o seu próprio espaço para transmitir a sua própria cultura;

- que a empresa pode então guardar para si mesma a quantia considerável de dinheiro destinada à formação profissional;

- que, desta forma, a empresa evita que os funcionários procurem outro lugar e se confrontem a outras práticas.

Muito além do que certas pessoas poderão entender como um processo de intenção, é certo que o lugar de trabalho é também um lugar de formação:

- lugar de socialização do trabalhador que vai integrar ali novas normas, referências sociais e valores, e poder se identificar a novos modelos profissionais,

- lugar de experimentação de uma prática profissional e, logo, de aquisição de capacidades e competências,

- lugar de reconhecimento social, de validação e de qualificação.

Porém, com a ressalva de que certas condições sejam preenchidas:

No que diz respeito ao funcionamento corriqueiro da empresa:

- que os indivíduos sejam considerados plenamente enquanto atores e não somente como meros executantes,

- que a organização possua espaços que permitam a análise e a reflexão sobre a prática,

- que coloque em evidência ofícios, funções, e proporcione competências necessárias para assumi-los,

- que a dinâmica de formação seja realmente considerada um dos elementos da Gestão dos Recursos Humanos.

- No que diz respeito aos processos de aprendizagem em alternância:
- que a empresa seja realmente um parceiro da formação e não mais apenas um campo de aplicação,
 - que os tutores desempenhem realmente uma função de formação e possuam o estatuto e as competências necessários,
 - que haja uma cooperação entre os diferentes atores, na qual cada um tenha uma especificidade em articulação com as dos outros,
 - que os conteúdos e a organização da formação sejam objeto de colaboração.

Concluindo

Além das interrogações, tentei compartilhar com o leitor algumas contribuições para o debate relativo à formação e suas evoluções necessárias. Essa discussão encontra-se no centro da revista *Vie Sociale (Vida Social)*, Nº 2/2003, *Formation des acteurs du social, I - Enjeux et manœuvres (Formação dos atores do campo social, I - Desafios e manobras)*.

“Os ofícios da ação social incidem na articulação entre os determinantes políticos e sociais e as condições da vida cotidiana dos indivíduos. Confrontados permanentemente à clivagem, à contradição, ao impossível, à impotência, os trabalhadores sociais não podem ser formados segundo modelos tecnicistas, nos quais a cada problema se dá uma solução. A formação passa pela conceptualização das práticas e pela capacidade de analisar as condições de intervenção e suas modalidades.” (Sanchou, 2003:72)

Quaisquer que sejam as dificuldades que acarretam uma evolução das modalidades de formação profissional, não se pode negligenciar o fato de que o engajamento profissional está fortemente vinculado ao êxito e à satisfação que o trabalhador alcança e sente. Quaisquer que sejam as situações, ele é, antes de mais nada, sujeito, e é sempre a totalidade de sua pessoa que é transformada, reorganizada, no momento de uma formação.

Texto traduzido por Cristina Duarte

Este artigo é publicado com autorização da revista *Empan*, editada pela ARSEEA e pelas Edições Erès
<http://www.arseaa.org/empan.html> e <http://www.edition-eres.com/>

Bibliografia

- AZAM, Geneviève, Education, droit ou service économique?, La formation en questions, Empan, Toulouse, n° 56, pp 27-32, dezembro de 2004
- CHAUVIÈRE Michel, TRONCHE Didier, Qualifier le travail social. Dynamique professionnelle et qualité de service. Paris, Dunod, 2002
- CHOPART Jean Noël, Les mutations du travail social. Dynamiques d'un champ professionnel, Paris, DREES/MIRE/Dunod, 2000
- SAINSAULIEU Renaud, L'identité au travail, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977
- SANCHOU Paule, La formation des cadres du travail social et l'université, Revue Vie Sociale, Paris, pp 67-80, Cedias, N° 2/2003
- Formation des acteurs du social, I - Enjeux et manœuvres. Revue Vie Sociale, N° 2/avril/juin 2003, Cedias, Paris
- La formation en questions, Revue Empan, Erès, N° 56- Décembre 2004

CONEXÕES INTERNACIONAIS EM FAMÍLIAS ACOLHEDORAS: considerações sobre tempo e abrigagem¹

Claudia Fonseca - UFRGS²

Resumo

Conforme pesquisas recentes, constata-se no Brasil contemporâneo, a extrema importância de pais na vida de seus filhos adultos -- para apoio moral, o sustento material em momentos de crise, e patrocínio na busca de empregos. Com essa realidade em mente, propomos trazer alguns dados comparando a intenção da lei e as atuais políticas para a abrigagem de jovens em situação de vulnerabilidade social. Em que sentido as diferentes formas de atendimento -- abrigo e/ou família substituta -- conseguem ou não cumprir essas importantes funções da família extensa?

Palavras chave: Políticas sociais, dinâmicas intergeracionais, abrigos para crianças e adolescentes, famílias de acolhimento

1. Trabalho apresentado durante a 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, 12-15 de junho de 2004, em Recife.

2 claudiaf2@uol.com.br

Abstract

According to recent research, Brazil is witnessing the increasing importance of parents in the life of their adult children – for moral support, material aid in moments of crisis, and sponsorship in the search for jobs. With this reality in mind, we propose to compare the intention of the law and actual policies for the accompaniment of youngsters who have been removed from their original families. In what way do the different living arrangements – group homes and/or substitute families – manage to accomplish the important functions of the extended family.

Keywords: Social policy, intergenerational dynamics, youth shelters, foster families

Propomos nesse trabalho considerar as contribuições da análise antropológica ao planejamento de abrigos e famílias substitutos para o atendimento aos chamados “crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social”³. Ao examinar processos sociais que ligam o jovem abrigado a grupos e entidades extra-institucionais, assim como sua integração num trabalho, numa vizinhança ou numa nova família (a sua) após seus 18 anos, enquanto “egresso” da rede de atendimento, estaremos sublinhando a enorme importância do apoio intergeracional.

Nosso interesse decorre de uma etapa anterior de pesquisas etnográficas em grupos populares sobre diferentes modalidades de organização familiar – em particular, a circulação de crianças (Fonseca 2002a). Reconhecendo a existência de situações em que a criança não pode ou não deve ficar com seus pais biológicos, procuramos entender quais são as alternativas “tradicionais” (extra-institucionais) e oficiais (oferecidas pelo poder público) abertas a essas famílias e crianças. Nossas pesquisas no passado têm versado sobre os dois pontos de um grande leque de alternativas: filhos de criação (em geral, sem controle dos poderes públicos) e adoção internacional (com, ostensivamente, todos os controles possíveis) (ver, por exemplo, Fonseca 2002c). O objetivo da atual etapa de pesquisa é entender o que fica entre esses dois pontos extremos. Quais são as opções e possibilidades oficiais para a colocação de crianças, e quais suas conseqüências para as famílias (pais e crianças) envolvidas.

A preocupação que trazemos aqui nos coloca na fronteira entre pesquisa aplicada e pesquisa acadêmica, e decorre do desafio de fornecer assessorias aos planejadores de políticas públicas. Apesar de não ser particularmente nova, essa zona fronteira ainda representa um campo cheio de ardis. Em particular, cabe se precaver contra a avaliação maniqueísta das diferentes alternativas de colocação familiar – como se uns fossem “bons” e outros “ruins”. Tal atitude não é ao todo incomum entre ativistas dedicadas ao campo da infância, militantes e profissionais de diversas ordens,

3. Esse termo, carregado de estereótipos negativos, é pouco adequado à análise. Porém, por não encontrar outro termo menos problemático, resolvemos usar esse, como expressão “nativa”, usada pelas próprias equipes de atendimento.

que – por motivos políticos e práticos – são quase obrigadas a apresentar suas propostas como ideais, descartando outras opções como nocivas ou, na melhor das hipóteses, antiquadas. A enorme admiração que muitas pessoas demonstram pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como se tudo que viesse daquela legislação de 1990 fosse obviamente “bom”, é apenas um exemplo desse espírito. Certamente o pesquisador não fica imune a esse tipo de entusiasmo, mas sugerimos que o que há de especial na contribuição acadêmica é justamente que falamos de “outro lugar”. Não cabe ao pesquisador abraçar totalmente uma solução nem outra. A “eterna vigilância epistemológica” (Bourdieu 1989) nos obriga a constantemente questionar nossas próprias certezas. É pelo debate acadêmico que podemos esperar evitar alguns desses ardis, guiando a reflexão para canais mais profícuos de pesquisa.

Nossas reflexões se inserem dentro de uma linha de pesquisa que desenvolvemos há alguns anos sobre “narrativas hegemônicas” que governam nossa percepção de arranjos familiares, especialmente na área de políticas públicas para o atendimento a jovens e adolescentes abrigados. Aqui, a noção de hegemonia subentende uma disputa entre os discursos conflitantes de diferentes autoridades (ver Comaroff e Comaroff 1992). No campo de “atendimento a jovens em situação de risco”, por exemplo, discerne-se um discurso normativo baseado em noções familiares típicas das camadas médias – que idealizam um arranjo filiocêntrica, organizado em uma unidade doméstica nuclear (ver Ariès 1981, Shorter 1975) – tanto quanto vozes dissonantes (entre psicólogos, assistentes sociais, outros técnicos e militantes, sem falar das famílias biológicas e substitutas) apontando para a possibilidade de formas familiares alternativas.

A esse debate, juntamos nossas reflexões inspiradas na rica literatura antropológica sobre família e relações intergeracionais. Podemos citar, como exemplo, o instigante trabalho de Clarice Peixoto (2004) sobre “Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar” em que a autora chama atenção para a extrema importância do apoio material intergeracional no Brasil contemporâneo. De fato, a importância da relação intergeracional perpassa tradicionalmente todas as classes. Barros (1987, 2003) era uma dos primeiros pesquisadores a ressaltar o papel afetivo e emocional de

avós na família de camadas médias brasileiras, antecipando outra época em que, por diversos motivos (maior número de divórcios, aumento na taxa de desemprego), os avós passariam a ter crescente importância em outras esferas da vida de seus netos e filhos adultos.

Segalen, descrevendo o caso francês, mostra como, face à “colongevidade” das gerações e a relativa autonomia econômica dos núcleos familiares (proporcionada, entre outras coisas, pelas benesses do estado de bem-estar social), cresceu depois da Segunda Guerra Mundial a ênfase no papel de apoio afetivo da geração mais velha. Os velhos viviam mais, gozavam de mais saúde, e beneficiavam mais de aposentadorias dignas. Assim, em vez de ser um estorvo para a geração mais nova, passaram a oferecer anos de convivência e apoio. De fato, desde a década de 90, encontramos cada vez mais jovens franceses dependendo de seus pais, emocional e materialmente. Não somente os jovens adultos estavam demorando mais para casar e sair de casa, mas, no caso de divórcio ou separação, voltavam com bastante frequência a morar pelo menos temporariamente com seus pais, e trazendo muitas vezes os filhos (netos) juntos (Segalen 1995, Attias-Donfut 1995, Legall e Martin 1995).

No Brasil, devemos reconhecer que diferentes circunstâncias históricas produziram um desenrolar um pouco diferente. Em grupos populares, as pessoas se tornando avô bastante cedo, uma “geração” podia ser relativamente curta. Muitas vezes, esses avós estariam numa fase relativamente estável da vida, e face às eventuais dificuldades conjugais e financeiras da geração do meio, podiam assumir um papel central na criação dos netos (Neves 1984, Fonseca 2002a, Sarti 1996, Scott 1990). No entanto, considerando que, no Brasil, por causa de condições de vida adversas, boa parte dos avós não gozavam nem da saúde nem da autonomia econômica necessárias para estender esse apoio aos filhos e netos por muito tempo (ver também Bilac, 1978, sobre poder de ganho em diferentes fases da vida).

O trabalho de Peixoto (2004, ver também Debert 2000) sugere uma modificação recente desse padrão de relações: uma nova importância da velha geração como arrimo de família. No entanto, a mudança não seria devida (como foi o caso na França), à maior prosperidade dos velhos. Pelo

contrário, atualmente, brasileiros em idade de se aposentar, estão sendo obrigados a continuar ou voltar para a vida ativa para arcar com as mínimas despesas domésticas. A importância dos velhos na rede familiar de ajuda mútua seria fruto da fragilização crescente das condições da geração “do meio”. Frente ao achatamento de salários, sub e desemprego, os filhos adultos, casados e divorciados, voltam a viver com seus velhos pais, desfrutando inclusive da minguada pensão que estes recebem.

Como que essas reflexões sobre relações intergeracionais dialogam com nossa preocupação aqui: políticas de atendimento a crianças e adolescentes abrigados. Em primeiro lugar, qualquer comparação histórica reforça nossas dúvidas sobre a determinação arbitrária da idade adulta -- isto é, quando o jovem pode ser considerado autônomo, capaz de se sustentar e levar adiante sem proteção especial seu projeto de vida. A política pública determina arbitrariamente um limite de 18 anos e, excepcionalmente, 21 anos para a permanência de jovens em um abrigo do Estado. A questão é evidente. Quando muitos (talvez a maioria) de jovens em circunstâncias mais confortáveis não conseguem afirmar sua independência nessa idade, quem garante que o jovem egresso de um abrigo vai conseguir? Em segundo lugar, por excelente que seja o atendimento aos jovens enquanto está sob a custódia do Estado, qual vai ser seu ponto de apoio familiar (intergeracional) na vida adulta?

Propomos agora considerar algumas dessas reflexões e sua pertinência para analisar os dados de uma pesquisa que a equipe do NACI (Núcleo de Antropologia e Cidadania)/UFRGS⁴ está realizando sobre abrigagem de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul. Devemos, aliás, frisar que, pelo menos na região da capital (Porto Alegre), praticamente todos os agentes do campo de infância têm uma aguda consciência dos princípios básicos do ECA. Têm compromisso com o desmonte das grandes instituições, a integração dos jovens na comunidade, a manutenção do vínculo entre irmãos e a organização de “abrigos residenciais”, “próximos ao modelo familiar”,

4. Fazem parte dessa equipe a mestrandas Pilar Uriarte, e os graduandos Simone Moura Rolim, Debora Allebrandt, Martina Ahlert e Laura Zacher.

que misturam sexos e idades (Fonseca e Cardarello 1999). No entanto, implementar (ou, até, interpretar) os princípios do ECA não é nada evidente. No decorrer de nossas análises, é subentendido que o enfoque que normalmente orienta planejadores – aquele centrado no desenvolvimento da psique infantil e na educação do adolescente -- deixa fora elementos importantes sobre dinâmicas sociais necessárias para a integração desses jovens no tecido social.

Adentrando a questão de tempo

No Brasil, impressiona-se, a qualquer observador das políticas sobre a colocação de crianças em famílias substitutas, a tremenda atenção dada à necessidade de evitar ou encurtar o período de abrigo (ver, por exemplo, Rizzini 2004). É subentendido que, em vez de investir em abrigos, as políticas públicas devem apostar em medidas preventivas que dão apoio às famílias dos jovens. Assim, coerente com o direito à convivência familiar, garantido no ECA, surgiu nesses últimos anos certo número de programas municipais, estaduais e federais -- bolsa família, bolsa escola, etc. -- que prevêem um acompanhamento das “famílias em situação de vulnerabilidade social”. Há indicações, entretanto, que esforços investidos nesse apoio às famílias pobres ainda não foram suficientes. Pelo menos no Rio Grande do Sul, a demanda por vagas na rede de abrigos continua enorme - de três a quatro vezes a capacidade de atendimento - sendo a grande parte da procura, como em outros estados da união, motivada pela total miséria dos pais do jovem (ver IPEA 2004, Fundação de Proteção Especial 2002).

É nesse contexto que devemos reavaliar o discurso sobre o caráter transitório dos abrigos no ECA. Trata-se aliás de um discurso que foi amplamente incorporado pela grande maioria de planejadores e administradores de abrigo (que sejam da rede pública ou particular). Durante nossa pesquisa, ouvimos de toda parte variantes de um mesmo enunciado: “Na nossa rede (instituição), as coisas estão melhorando; as crianças estão ficando cada vez menos tempo”. Não somente os administradores orgulham-se da rapidez com a qual os jovens passam pelo sistema, mas em pelo menos

um caso, a diretora de uma rede pública gabou-se do fato de que, na sua gestão, tinha diminuído o número total de atendidos. A ênfase na transitoriedade é inspirada no desejo compreensível de corrigir os erros de uma época anterior quando, por indiferença ou rigidez administrativa, crianças ficavam anos a fio nas instituições sem nenhuma definição jurídica (veja por exemplo Santos 2004). Porém, sugerimos que essa política da brevidade institucional também carrega outras conotações, menos consensuais, e que devem ser revistas.

Aprofundando nossa investigação da ênfase na transitoriedade no discurso dos administradores, chegamos à conclusão de que o próprio sistema de classificação dos jovens (“sem definição”, “com medida de guarda”, “com destituição de pátrio poder”, “aguardando adoção”) é ligado a uma tentativa de controlar o tempo de permanência no abrigo. Assim, num primeiro momento, a transferência da guarda do jovem para o abrigo assinala, em princípio, uma medida temporária...pressupondo a possibilidade de reintegração com a família original. Quando a reintegração não se realiza em tempo (considerado) hábil, e a estadia do jovem começa a se estender, a equipe de atendimento volta-se (quase que automaticamente) para a possibilidade de destituir os pais biológicos do pátrio poder. Assim, o jovem que não saiu do abrigo de uma forma (pela reintegração à família de origem), tem chance de sair por outra (pela integração a uma família adotiva)⁵.

O problema com este esquema é que não ocorre tal como foi idealizado. Na pressa de “retorno à família”, muitos jovens são desligados para famílias que não têm condições de reassumir sua parentalidade e, portanto, não conseguem cuidar e socializar seus filhos da forma imaginada pelos administradores do Estado (ver Huppés 2004). Por outro lado, existem crianças que permanecem no abrigo, mas sem que seus pais aceitem abrir mão de sua autoridade legal. Quando a equipe técnica entra com um pe-

5. Em outro lugar (Fonseca 2002c), já levantamos dúvidas sobre a política de adoção como solução para o problema de “crianças abandonadas” (ver também Panter-Brick e Smith 1999). Aqui queremos simplesmente chamar atenção para o fato de que a adoção não acontece na escala esperada. Há indicações que, apesar de grandes esforços para encorajar uma “cultura de adoção”, o número de adoções nacionais não está crescendo (Folha de São Paulo, caderno “cotidiano”, 27 de março, 2004.). Antes, pelo contrário.

dido de destituição de poder familiar, esses pais resistem e até contestam tal sentença. Diante de tal situação, a angústia dos técnicos é visível, pois considera-se que quanto mais demora a destituição, quanto mais velha a criança, menos suas chances de adoção. Ironicamente, mesmo depois do pátrio poder destituído, muitos jovens -- por causa da idade avançada, cor da pele ou estado de saúde -- não são considerados “adotáveis”. Assim, não é incomum deparar-se com uma criança abrigada, legalmente privada de qualquer contato com os pais, e sem chance de ser adotada. Na rede estadual de atendimento, a única para a qual temos dados sistemáticos, a metade dos jovens estão nos abrigos há cinco anos e quase 20% estão no sistema há mais de dez anos⁶. Nos abrigos da prefeitura, encontramos inúmeros casos de adolescentes há mais de dez anos no sistema. Quais são as políticas de atendimento para esses jovens que, de fato, ficam a longo prazo sob os cuidados do Estado?

Depois dessa longa introdução, estamos finalmente no cerne de reflexão sobre uma parte muito real da população abrigada e cuja realidade é sistematicamente subestimada senão ignorada -- os jovens que não estão “em trânsito” e que, depois de anos em um abrigo, atingem a maioridade sem ter sido “reintegrados numa família”.

Abrigos e abrigados

Existiam em 2002, um pouco mais de 700 jovens abrigados pelo estado do Rio Grande do Sul, 150 abrigados pela prefeitura de Porto Alegre e mais algumas centenas, concentradas principalmente na capital, em entidades assistenciais. O Juizado de Infância do Rio Grande do Sul, no seu site na internet, publica dados sobre cerca de 1700 crianças e adolescentes abri-

6. Em outro lugar (Fonseca 2002c), já levantamos dúvidas sobre a política de adoção como solução para o problema de “crianças abandonadas” (ver também Panter-Brick e Smith 1999). Aqui queremos simplesmente chamar atenção para o fato de que a adoção não acontece na escala esperada. Há indicações que, apesar de grandes esforços para encorajar uma “cultura de adoção”, o número de adoções nacionais não está crescendo (Folha de São Paulo, caderno “cotidiano”, 27 de março, 2004.). Antes, pelo contrário.

gados no estado como um todo. Em nível nacional, uma recente pesquisa do IPEA, incluindo apenas aqueles abrigos que recebem financiamento federal (pela Rede de Serviço de Assistência Continuada -- SAC), contou cerca de 20.000 abrigados nessa rede (Silva 2004)⁷.

Há uma diversidade muito grande de abrigos -- abrigos institucionais (onde os jovens são separados por sexo e por idade), abrigos residenciais (com não mais de 15 crianças de ambos sexos e idades variadas), abrigos com monitores trabalhando em turnos de 6 ou 8 horas, e casas-lar com “pais sociais” (uma mulher ou um casal que deve morar na instituição -- em forma de pequena casa -- e se dedicar integralmente aos “seus” crianças). Há abrigos públicos (municipais e estaduais) e abrigos administrados por organizações filantrópicas com e sem convênio com o município, muito dos quais de declarada orientação religiosa. Nossa equipe teve interesse particular por um programa estadual de “mães substitutas” que iniciou oficialmente nos anos 70.

O Programa dos Lares Substitutos foi iniciado em 1972, numa época quando a antiga FEBEM promovia uma nova política de integrar as crianças necessitando de ajuda na comunidade. (Segundo um dos técnicos que lembra dessa época, “Era o menino dos olhos da administração de então.”) Através de artigos no jornal e no rádio, fazendo apelo a donas-de-casa que queriam receber crianças nas suas casas, as “mães substitutas” foram recrutadas em todos bairros de Porto Alegre e no interior do estado. Nos primeiros anos, recebiam apoio material na forma de medicamentos, roupas, material escolar, rancho de alimentos, algum mobiliado (beliches etc.), e eventualmente materiais de construção para fazer uma puxada na casa. Já que essas mulheres eram consideradas “voluntárias”, não recebiam remuneração, mas chegava um “per capita” mensal para ajudar no sustento de criança. As mães vinham para reuniões mensais na sede de FEBEM, onde aprendiam técnicas de nutrição e puericultura, e recebiam freqüentes visitas nas suas casas pela equipe técnica que procurava dessa forma dar apoio e averiguar o andamento da família.

7. Lembrando que, nos Estados Unidos, há cerca de 500,000 (ou seja, meio milhão) de jovens colocados na rede pública de atendimento podemos supor que o número total de abrigados no Brasil também corre nas centenas de milhares. National Adoption Information Clearinghouse, <http://www.calib.com/naic>.

A maioria era classificada como “lares transitórios” no início e as mães eram preparadas para receber as crianças por um curto período, esperando que as mães “originais” estivessem em condições de retomar seus filhos ou que as crianças fossem dadas em adoção. Em muitos casos, as mães substitutas aprenderam a conviver com essas mães originais, chegando a dar conselhos e ajuda que ajudasse estas a se “organizarem”. Em outros casos, as mães substitutas tiveram que agüentar a dor da despedida quando uma criança, criada desde pequena nas suas casas, fosse enviada para França ou Bélgica em adoção. Eventualmente, certas crianças (mais velhas, mais negras ou com problemas de saúde) foram ficando, e dessa forma os lares transitórios, passaram (fosse oficial ou informalmente) ao status de “lar regular”, onde previa-se que a criança ficaria até sua maioridade.

O Programa tinha diversas vantagens. As crianças eram em geral bem integradas na comunidade. Era possível manter o vínculo com seus pais originais enquanto moravam no lar substituto. Grupos de irmãos eram mantidos juntos. Com boa supervisão, foi possível afastar as mães substitutas que não tivessem vocação por esse tipo de trabalho, de forma que a maioria das mulheres que permaneciam no Programa mostravam atitudes maternas e grande afeto pelos jovens colocados com elas. A guarda oficial destes ficava, no entanto, com o estado.

Era, em suma, um programa modelo, copiado por outros estados da união (Menezes 1997). Tratava-se de famílias de renda modesta, morando em bairros populares, que, mediante uma pequena retribuição (a “per capita” mensal nunca era mais do que um terço de um salário mínimo) recebia crianças colocadas pelas autoridades públicas nas suas próprias casas. É significativo que uma recente pesquisa internacional sobre famílias acolhedoras em diversos países do mundo aponta para esse programa em Porto Alegre como único exemplo, na história recente do Brasil, de um programa público de acolhimento (Colton e Williams 1997).

O maior problema dessas “mães” é que desde o início, não havia como enquadrá-las na legislação oficial. Portanto, nunca foram regulamentadas de forma oficial, e as mães não tinham status definido. Na década de 80, foi organizada uma Associação Beneficente das mães substitutas que devia

intermediar os interesses e demandas das mães e o estado. No entanto, já – em outros setores (por exemplo, com as creches vicinais) – “voluntárias” cuidando de crianças (numa atividade terceirizada pelo estado) passaram a processar o governo, procurando reivindicar direitos trabalhistas. Todo Programa irregular tornou-se assim suspeito.

Mesmo assim, em 1994, houve um estudo para definir a situação do Programa de família substituta – se não devia ser ampliado. Naquela época ainda existiam 35 casas (25 na capital, 10 no interior do estado) com 168 crianças abrigadas. Apesar de uma avaliação geralmente favorável, a ampliação do Programa foi vetada pela administração de então e o Programa passou a ser considerado “em extinção”. Não se fazia mais novas colocações, mas as crianças que estavam bem adaptadas a suas respectivas famílias, e que não podiam ser desligadas para retorno à família de origem ou adoção, foram deixadas nos “lares comunitários” (como passaram a ser denominados a partir de 1994).

Assim, não obstante seu relativo sucesso, o programa foi gradativamente fechado a partir de 1994, sendo as últimas cuidadoras (conhecidas agora como avós substitutas, em vez de mães) - junto com os jovens que estavam criando - cortadas de qualquer apoio estatal no final de 2002. O programa foi terminado com a justificativa que era “administrativamente irregular”. O vínculo das mães cuidadoras com a FEBEM nunca tinha sido claramente definido e sempre existia a ameaça de que estas moveriam um processo judicial contra o estado para exigir direitos trabalhistas.

Nossa equipe de pesquisadores chegou nas famílias poucos meses depois que o programa foi fechado. Sobravam, nos últimos anos, apenas nove famílias (abrigando 28 jovens tutelados), das quais sete foram visitadas diversas vezes. Para recompor a história desse programa, também fizemos inúmeras entrevistas com técnicos e administradores além de consultar documentos da antiga FEBEM e a atual Fundação de Proteção Especial. A pesquisa do NACI (ver, em particular, Uriarte 2005) era para resgatar algo da experiência dessas mães substitutas, hoje “avós substitutas”- e da dinâmica intergeracional que emergiu ao longo dos anos entre elas e seus tutelados. Em relação às ricas descrições sobre solidariedade familiar na li-

literatura antropológica sobre grupos populares (Sarti 1996, Fonseca 2002a), não há nada particularmente extraordinário nessa dinâmica. Porém, esta literatura teve pouca penetração nas discussões sobre políticas públicas para o abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco. Ao efetivar a convergência desses temas, descobrimos certas vantagens da família acolhedora quando essa é comparada a outras formas de abrigo.

Não é nossa intenção desqualificar os abrigos “clássicos” - o que o senso comum faz com uma facilidade estonteante. No Rio Grande do Sul houve um esforço enorme para criar espaços aconchegantes para os jovens abrigados (ver, por exemplo, Arpini 2003) e a grande maioria de abrigos foram reestruturados conforme as orientações do ECA: pequenas unidades (12-14 crianças), idades variadas, ambos sexos, irmão mantidos juntos etc. Creio, no entanto, à luz das dinâmicas intergeracionais que descrevemos aqui, que as famílias acolhedoras possuem diversas vantagens em relação a abrigos institucionais e, em certos casos, em relação à adoção plena.

Relações intergeracionais

Há no mínimo três aspectos da relação intergeracional que se mostram pertinentes no planejamento de uma política para jovens abrigados. Por falta de tempo, tocamos só brevemente nesses pontos na esperança de despertar futuros debates.

Em primeiro lugar, vejamos a noção de família. Não podemos esquecer que, para a grande maioria de ocidentais, existe, ao lado da noção da “família de escolha” (a família que forjamos, legitimada pelo desejo, pelo afeto), a da “família de destino” (a família que nos é dada pelos fatos biológicos). A família adotiva ganhou muito em prestígio nesses últimos anos, justamente por confirmar a noção de “família de escolha”. No entanto, a quantidade de jovens adotados “em busca de suas origens”, percorrendo arquivos e atravessando o globo para saber mais sobre seus ancestrais, nos lembra que “a família de destino” permanece com peso importante (ver Fonseca 2002b).

Podemos incluir essa “memória genealógica” como elemento impor-

tante da dinâmica intergeracional. Nesses termos, a adoção plena⁸, com a destituição de pátrio poder e a ruptura de todo vínculo com os pais e parentes da família de origem, podem ser vivenciadas como problemáticas pelo jovem. (Isso, sem entrar na questão que discutimos longamente em outros lugares, sobre a violação dos direitos dos pais destituídos do poder familiar – Fonseca e Cardarello 1999). Nas famílias acolhedoras, por outro lado, observamos inúmeros casos em que as crianças mantiveram contato pelo menos esporádico com a mãe ou os pais biológicos ao longo de sua juventude. Nos casos em que esse contato não ocorria por iniciativa dos pais, soubemos de jovens que conseguiram localizar sua genitora ou que ainda foram procurados – depois de anos – por primos e colaterais da família consanguínea. Não pretendemos pintar um quadro cor-de-rosa da uma “grande reunião”. Nas condições miseráveis nas quais muitos pais biológicos ainda viviam, seria difícil imaginar um fim de história em que, depois do reencontro, todos vivessem “felizes para sempre”. No entanto, ressaltamos o fato de que os jovens nas famílias acolhedoras conseguiram em geral manter sua identidade familiar original, legado de seus ascendentes e porta de entrada para a participação em uma rede extensa de parentes.

O segundo elemento diz respeito àquilo que Neves (2001) chama “a gestão da precária inserção geracional”. Esta autora lembra, no seu estudo de diferentes entidades filantrópicas, que essas instituições procuram ao mesmo tempo minimizar os efeitos negativos da pobreza e proporcionar uma educação (escolar e moral) que propicie a inserção exitosa dos jovens “em situação de risco” na vida adulta. Trata-se enfim da socialização de adolescentes visando, entre outras coisas, afastar a possibilidade de comportamentos anti-sociais. Mas, para tanto, como nos lembra os historiadores sociais (ver, por exemplo, Donzelot 1977), as medidas sociais devem também disciplinar as próprias famílias que socializam os jovens: tirar os homens das tavernas, fixar as mulheres no espaço doméstico e os jovens na escola. É importante lembrar, no entanto, que as pessoas sendo “disciplinadas” não

8. Desde o ECA (1990), existe apenas uma forma de adoção que implica na substituição total dos pais biológicos pelos pais adotivos. Insisto em me referir a esta pelo seu termo tradicional, “adoção plena”, para lembrar que existiriam outras modalidades possíveis de adoção.

estavam aceitando essa nova forma familiar simplesmente por imposição de uma ideologia burguesa. Como frisa o autor, esperavam e recebiam ganhos reais em troca. Assim, os diferentes apoios financeiros, projetos de habitação popular, salários dignos, com direito a repouso familiar, etc. contribuíam para uma vida familiar que poderia ser vista “como uma forma positiva de solução dos problemas colocados por uma definição liberal do Estado...”(1977: 54). Trata-se, enfim, de um processo social – que, na Europa, levou mais de um século de intervenção estatal para criar as condições necessárias para a normatização das famílias de baixa renda.

Nesse respeito, é interessante notar que o programa de famílias acolhedoras representava uma intervenção estatal que estendia seus benefícios (materiais e socializadores) até o seio dos bairros populares: propiciava não somente o cuidado dos jovens, mas também o enquadramento de certo número de famílias de renda modesta. Nos depoimentos das mães acolhedoras, aparece constantemente a maneira como suas próprias vidas foram organizadas pelos interventores da FEBEM, através de cursos (sobre nutrição, psicologia infantil etc.), reuniões mensais e visitas domiciliares pelos técnicos responsáveis. Certamente, essa intervenção na família acolhedora representava uma faca de dois gumes: de acompanhamento (considerado bem-vindo pelas mães substitutas) e de controle (veementemente rechaçado). De toda maneira, percebemos uma presença mais ou menos benéfico de Estado na vida de muitas famílias que, de outra forma, poderiam ter vivido na margem social. Em outras palavras, o Programa, ao mesmo tempo que acompanhava o desenvolvimento dos jovens colocados, também agia para socializar quem cuidava deles.

Se esse (duplo) esforço de socialização “deu certo” ou não, se as crianças colocadas pela FEBEM cresceram conforme o planejado, é difícil avaliar em termos quantitativos. Nossa impressão é que deu resultados não muito diferentes dos que encontraríamos em qualquer outra família das camadas médias baixas entre as quais as mães substitutas foram recrutadas. Certos dos jovens tiveram bom desempenho escolar, terminando o segundo grau com a idade padrão e estavam com planos para “tentar um vestibular”. Muitos arrumaram um emprego ou juntaram-se com 17 ou 18 anos, seguindo – tal como seus vizinhos – carreiras modestas de vigia

ou balconista. Outros, inicialmente com “leves” distúrbios neurológicos, pioraram ao longo dos anos, dificultando um projeto de inserção normal na sociedade. E soubemos de pelo menos dois jovens que passaram por uma fase de dependência tóxica... O que interessa nesses casos, no entanto, é que, mesmo problemáticos, os jovens permaneceram com a mãe substituta, e esta, com a assessoria da FEBEM, se empenhou em coordenar esforços – médicos, psiquiátricos, e, quando cabido, judiciais – para ajudar o jovem “a sair dessa”. É justamente a persistência dessas mães, frente a “filhos difíceis” que lembra a dinâmica idealizada da inserção geracional.

O terceiro elemento, e talvez mais pertinente para nossa discussão aqui, diz respeito à passagem da mãe substituta ao status de avó -- quer dizer à continuidade da relação tutor-tutelado além do período enquadrado no programa estatal. Teoricamente, as mães eram desligadas a medida que as crianças sob sua tutela atingiam a maioridade. De fato, na maioria dos casos que observamos, essas mulheres (e suas famílias) continuaram a se comportar como parentes bem depois do período previsto. (De fato, quando o programa foi abruptamente terminado no final de 2002, todos os jovens foram teoricamente desligados do programa. No entanto, apenas uma das nove mães, uma senhora idosa com câncer em fase terminal, “devolveu” seus tutelados – cinco jovens excepcionais – ao Estado.) Em pelo menos duas casas, as “avós” cuidavam regularmente de seus “netos emprestados”, mesmo depois dos “filhos” saírem de casa, reafirmando assim o vínculo com os jovens adultos que tinham criado “desde pequeno”.

É importante, entretanto, frisar que nessa continuidade da relação intergeracional, o fluxo de ajuda não é unidirecional. Espera-se dos jovens tutelados, tal como espera-se dos filhos nascidos da casa, um aporte material desde a adolescência. As mães são plenamente conscientes que não é politicamente correto encorajar o trabalho infantil, mas gabam-se do fato que os mais velhos – 16 anos para cima – contribuem com seus salários para as despesas da casa. E, ao longo dos anos, é subentendido que os períodos em que o jovem (descasado ou desempregado) está precisando de ajuda serão seguidos por outros em que a geração mais velha será quem recebe ajuda. O status socioeconômico semelhante da mãe substituta e seus tutelados torna possível essa dinâmica de mutualidade.

Certamente, as famílias acolhedoras, longe de serem “ideais”, encerravam paradoxos da sociedade desigual em que nasceram. Os “meninos da FEBEM” raramente foram absorvidos com status igual a crianças da família. Isto acontecia só nos casos em que a mãe adotava a criança oficialmente, abrindo mão dos apoios do programa. Contam-se histórias de pessoas (parentes e vizinhos da mãe substituta) que não aceitavam essas “crianças da FEBEM” nas suas festas e atividades de lazer. E, sem dúvida, havia casos em que a mãe substituta não se acertava com o jovem que lhe fora confiado, sendo este – em conseqüência – mudado de família. A realidade – quer se trate de uma família nuclear, uma família chefiada por mulher, recomposta ou de criação – é raramente um mar de rosas. Diante da notoriamente má distribuição de renda, escolas inadequadas, e emprego escasso⁹, os dilemas das famílias de baixa renda são ainda mais desafiadores. Mas, gostaríamos de levantar a hipótese de que, entre aqueles jovens que ficaram por muitos anos a cargo do estado, os que foram integrados em famílias acolhedoras conseguiram manter velhas e constituir novas ligações intergeracionais – com todas as responsabilidades e vantagens que estas implicavam – com muito mais facilidade do que os que foram criados em abrigos. O que nos interessa aqui diz respeito à ajuda mútua evocada na literatura discutida acima (Peixoto 2004, Barros 1987), uma ajuda fornecida ao longo da vida entre gerações.

Uriarte (2005), ao considerar o veto administrativo ao programa “Mães Substitutas” – mostra como a atitude oficial que decretou o fim do programa comporta sensibilidades de classe, ancoradas nos valores individualista e igualitário do modelo nuclear (ver Duarte 1994), tanto quanto elementos mais “pragmáticos” (o medo de complicações inspiradas na legislação trabalhista). Assim, sem nunca ter subido uma avaliação sistemática, o programa acabou sendo visto, de forma quase consensual, como algo “atrasado” ou mesmo prejudicial para as crianças (uma “solução pobre

9. Podemos ilustrar a dimensão de desemprego com o seguinte exemplo: no início de 2005, houve no Rio Grande do Sul um concurso para auxiliar de merendeira nas escolas estaduais: inscreveram-se 24,000 candidatos para 4 vagas.

para crianças pobres”). As considerações administrativas e orçamentárias deslizam para considerações morais – e dessa maneira resolve-se que o programa de “mães substitutas” não é um programa que contribui para o bem-estar dos jovens. Poderíamos perguntar se, de forma semelhante, não se misturam inquietações pragmáticas e morais nos discursos atuais sobre a necessidade de limitar o tempo de permanência de jovens nos abrigos. Certamente, a insistência com o qual o estado, citando a descentralização de serviços estipulada no ECA, tenta empurrar jovens abrigados para o município, e a resistência dos municípios em expandir seus serviços para absorver esses jovens sugerem que, além do “bem-estar da criança”, podem existir outros motivos – de natureza orçamentária – agindo em favor da transitoriedade.

Nas atuais circunstâncias políticas e econômicas, ainda existe bom número de famílias que vivem na miséria, assim como de jovens que exigem considerável investimento público para ter seus direitos mínimos garantidos. Certamente, políticas de apoio às famílias pobres, assim como campanhas para a adoção plena de crianças realmente abandonadas, são de suma importância. Sugerimos, no entanto, que boa parte, senão a maioria, dos jovens atualmente atendidos pelos serviços do estado não terá seus problemas resolvidos por qualquer dessas duas políticas. Em outras palavras, a ênfase na transitoriedade não pode redundar na adulação incondicional da família “natural”, nem na desvalorização estereotipada de abrigos. Para atender a estes jovens, é fundamental que planejadores e técnicos enfrentem a possibilidade da não-transitoriedade, e que, entre suas considerações, incluam alternativas viáveis (tais como as famílias acolhedoras) que propiciam não somente o cuidado temporário, mas também a inserção intergeracional desses jovens na vida adulta.

Bibliografia

- ARIÈS, Philippe. A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARPINI, D. Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- Attias-Donfut, Claudine. En France: Corésidence et transmission patrimoniale. In: GULLESTAD, Marianne e Martine SEGALLEN (orgs.). La famille en Europe: parenté et perpétuation familiale (orgs.). Paris: Editions: La Découverte, 1995.
- BILAC, Elizabeth. Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In O poder simbólico. Lisboa: Editora Difel, 1989.
- COLTON, M.J. e Margaret Williams. The world of foster care : an international sourcebook on foster family care systems. Brookfield, Vt. : Arena, 1997.
- COMAROFF, John and Jean COMAROFF. Ethnography and the Historical Imagination. Boulder: Westview Press, 1992.
- DEBERT, Guita. Terceira idade e solidariedade entre gerações. In Políticas do corpo e curso da vida (D. Goldstein e G. Debert, orgs.) São Paulo: Editora Sumaré, 2000.
- FONSECA, Claudia. Caminhos da adoção. São Paulo: Editora Cortez, 2002a.
- _____. 2002b A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira (Cristina Bruschini e Sandra Unbehau, orgs.). São Paulo: Editora 34, 2002b.
- _____. 2002c The politics of adoption: child rights in the Brazilian setting. Law & Policy 24(3): 199-227, 2002c.
- _____. 2004. Família, fofoca e honra. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FONSECA, Claudia e Andrea CARDARELLO. 1999. Direitos dos mais e menos humanos. Horizontes Antropológicos 10: 83-122, 1999.
- FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL – Estado do Rio Grande do Sul. Relatório CMA-Procergs. Coordenação de Apoio Estratégico, Núcleo de Monitoramento Avaliação e Pesquisa, 2002.
- HUPPES, Ivana Kist. O direito fundamental à convivência familiar. Especialização em Direito Comunitário: infância e juventude, Trabalho de especialização, Escola Superior do Ministério Público, 2004.
- LEGALL, Didier e Claude MARTIN. Construire un nouveau lien familial: beaux-parents et beaux-grands-parents. In: GULLESTAD, Marianne e Martine SEGALLEN (orgs.). La famille en Europe: parenté et perpétuation familiale (orgs.). Paris: Editions: La Découverte, 1995.
- LINS DE BARROS, Myriam. Autoridade e afeto. avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- LINS DE BARROS, Myriam. Reciprocidade e fluxos culturais entre gerações. Trabalho apresentado ao Congresso Internacional Co-Educação de Gerações, SESC São Paulo, outubro 2003.
- MENEZES, Valeska Maria Queiroz de. Gestação adotiva nas famílias substitutas . Curso de Especialização em Terapia Familiar, Universidade Federal do Ceará (UFC), 1997.
- NEVES, Delma Pessanha. A gestão da precária inserção geracional. Cadernos do ICHF/UFF. Niterói, 2001.
- NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreiro galo não canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. Anuário Antropológico/83. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PANTER-BRICK, Catherine and Malcolm T. Smith, orgs.. Abandoned Children. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In Família e envelhecimento (C.E. Peixoto, org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- Rizzini, Irma e Irene Rizzini. A institucionalização das crianças no Brasil. Rio de Janeiro : Editora da PUC-RJ, 2004.
- SANTOS, Maria Ignez. Mapeando a realidade – resultado de um trabalho voluntário – levantamento estatístico. In AZAMBUJA, M. Regina, Maritana V. SILVEIRA e Denise D. BRUNO (orgs.). Infância em Família: um compromisso de todos. Porto Alegre: Instituto Brasileiro de Direitos de Família, 2004.
- SARTI, Cynthia. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Editora Autores Associados/FAPESP, 1996.
- SCOTT, Russel Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 73, p. 38-47, 1990.
- SEGALEN, Martine. Introduction . In: GULLESTAD, Marianne e Martine SEGALEN (orgs.). La famille en Europe: parenté et perpétuation familiale (orgs.). Paris: Editions: La Découverte, 1995.
- SHORTER, Edward. The Making of the Modern Family. New York: Basic Books, 1975.
- Silva, Enid Rocha Andrade da (org.) O Direito à Convivência Familiar e Comunitária : Os Abrigos para Crianças e Adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA, 2004.
- URIARTE, Pilar. Substituindo famílias: Continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946-2003. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia social – UFRGS, 2005.

A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA EM DURKHEIM

*Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias**

Resumo

Este texto pretende trabalhar um autor, Émile Durkheim, articulando sua concepção teórico-metodológica à temática “teoria social e ciências sociais”. Para tanto, recortamos o pensamento do autor, a partir de três de seus livros fundamentais, tomando-os, exclusivamente, conforme os aspectos que nos interessam. Tratamos, então, de sua perspectiva analítica, levando em consideração seis grandes tópicos: o objeto de investigação; a postura do sujeito frente ao objeto; a produção das categorias gerais; o estatuto teórico da mudança e a concepção de história; causalidade e função; e a concepção de sociedade.

Palavras chave: Teoria social, Ciências sociais, Método, Sociedade e História

(*) Professora do Departamento de Ciências Sociais/UERJ. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFRJ.

Abstract

The aim of this text is to analyze an author, Émile Durkheim, and articulate his theoretical-methodological conception to the theme “social theory and social sciences”. We selected some points of Durkheim’s thought, based on three of his main books, selecting only the aspects that interest us. We study, therefore, his analytical perspective, taking in consideration six major topics: the object of investigation; the attitude of the subject facing the object; the production of general categories; the theoretical status of change and the idea of history; causality and function; and the idea of society.

Palavras chave: Social theory, Social sciences, Method, Society and History

Se a “implantação da Sociologia como Ciência positiva não se faz sem pressupostos” (GIANNOTTI, 1971, p. 49), necessário se torna sobre eles se curvar. Nossa proposta é a de tomar Émile Durkheim e, a partir dele, traçar o mapa de algumas dessas pressuposições. Convidamos o leitor a nos acompanhar nesse empreendimento...

Introdução

Carlos Nelson Coutinho reconhece duas etapas principais na história da filosofia burguesa:

“A primeira, que vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um movimento ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanística e dialética; a segunda – que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 – é assinalada por uma progressiva decadência” (COUTINHO, 1972, p. 7).

A descontinuidade que se verifica no âmbito do pensar respeita à descontinuidade do próprio desenvolvimento do capitalismo e do papel da burguesia enquanto classe. Desse modo, se, “na primeira etapa, a burguesia representava objetivamente os interesses da totalidade do povo [...], agora, o proletariado surge na história como classe antagônica” (Ibid., p. 8). No primeiro momento, momento revolucionário, o pensamento burguês faz-se crítico “da realidade em nome do progresso, do futuro, das possibilidades reprimidas” (Ibid., p. 22); verifica-se “claramente a subordinação da realidade a um sistema de leis racionais, capazes de serem integralmente apreendidas pelo pensamento” (Ibid., p. 8). No segundo momento, momento da afirmação da dominação burguesa, seu pensar

“transforma-se numa justificação teórica do existente. Em proporções cada vez maiores, a história e a economia perdem sua anterior importância [...], deixando de desempenhar um papel significativo na elaboração da concepção de mundo” (Ibid., p. 22).¹

1. Colchetes nossos. Daqui em diante, em todas as passagens por nós transcritas, salvo indicação em contrário, os segmentos do texto entre colchetes (suprimidos ou acrescentados), assim como aqueles grafados em negrito, são de responsabilidade nossa. Aqueles que se encontram entre aspas, ressaltados em itálico, ou entre parênteses, acham-se conforme o original de que nos valem.

Marx é contundente a respeito:

“A burguesia conquistara poder político na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente [...]. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à conveniência deformada e às intenções perversas da apologética” (MARX, 1968, p. 11).

No que nos concerne, especificamente, nasce a filosofia positiva como uma “reação consciente contra as tendências críticas e destrutivas do racionalismo francês e alemão”, pois a filosofia negativa (“metafísica”) dos pensadores iluministas ou de Hegel “nega ao dado a dignidade do real; ela contém o ‘princípio da revolução’” (MARCUSE, 1988, p. 297).² Daí,

“a vulgar apologética burguesa [passa a negar] a contraditoriedade real da objetividade econômica do capitalismo [...], afirmando sua tendência ao equilíbrio e ao progresso linear. Com a acentuação das contradições capitalistas, essa segunda tendência orienta-se para o agnosticismo, refugiando-se num formalismo vazio e convertendo-se em positivismo, ou seja, passa a estabelecer ‘limites’ à compreensão racional da realidade [...]” : “[a razão] passa a confundir-se com regras formais que manipulam ‘dados’ arbitrariamente extraídos daquela totalidade objetiva (COUTINHO, op. cit., respectivamente, p. 32 e p. 38).

Paralelamente, pois, à afirmação da prevalência do dado e da sujeição ao já-dado, conforme dado, opera-se a perda da totalidade. Se o primeiro movimento leva ao suposto (inquestionável) da ordem, o segundo leva à fragmentação do real e, por consequência, à especialização (arbitrária) do saber.

2. Marcuse acrescenta: “A filosofia positiva empreendia seu contra-ataque ao racionalismo crítico em duas frentes. Comte lutava contra a forma francesa da filosofia negativa, contra a herança de Descartes e do Iluminismo. Na Alemanha, luta-se contra o sistema de Hegel” (Id.).

“A decadência burguesa operou nelas [as Ciências Sociais] uma intensa modificação, não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de um não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das Ciências Sociais” (LUKÁCS, 1968, p. 64).³

Em decorrência, surge a Sociologia como ciência – ciência autônoma, “porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social separando-as da economia”; ciência autônoma, para fugir da necessidade de “tomar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social”; ciência que “quanto mais [...] elaborou seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, à investigação das reais conexões causais na vida social, análises formalistas e vazios raciocínios analógicos” (Ibid., p. 64 – 65).

A perspectiva teórico-metodológica de Durkheim

A afirmação da Sociologia como ciência autônoma requer o recortar do objeto de investigação, o indicar do método pertinente para esgotá-lo e a teorização que permite seu conhecimento – tarefa sobre a qual Durkheim se debruça em *As regras do método sociológico*.

Acompanhemo-lo, pois,...

3. Essa “partição” do real atinge o cúmulo da formalização no pensamento de Parsons. Aqui, fragmentação do real, especialização do saber e independência entre os “saberes” particulares afirma-se como condição de cientificidade. Parsons entende a ação social como sistema; a noção de sistema permite que se tome uma parte da totalidade, se a isole, e se a entenda nela mesma, considerando o restante como ambiente. A ação social se “parte” em quatro sistemas que, ainda que interligados, são passíveis de ser entendidos em si mesmos. Assim, embora reconhecendo a totalidade, o autor firma a autonomia de suas partes constituintes. No âmbito da teoria geral da ação, Parsons circunscreve o sistema social (o “lugar” das interações) e indica que a sociedade pode ser entendida enquanto sistema social. Aqui, novamente, processa-se o esfacelamento do real: a sociedade, enquanto sistema social, subdivide-se em quatro subsistemas (à semelhança do sistema de ação) autônomos. Ao tomar a sociedade como sistema social “retira” da sociedade a cultura (sistema cultural), rompendo com a tradição francesa, por um lado; por outro, já no âmbito específico da sociedade como sistema social, isola a produção material (a economia), a socialização e o político, e os toma como subsistemas independentes, fora do âmbito da sociologia. A investigação de cada um deles compete a uma das ciências do social, também elas autônomas. Haja “especialização mesquinha” e “fragmentação arbitrária do saber”...

1. O objeto de investigação: os fatos sociais

Consideremos, em primeiro lugar, o objeto – este são os fatos sociais: “maneiras de ser, agir, pensar e sentir”.⁴ Durkheim propõe-se a entender a sociedade em um momento particular de seu desenvolvimento histórico (a sociedade com divisão do trabalho). Para tanto necessita, antes, entender “a sociedade em geral”, e toma os fatos sociais como objeto privilegiado de investigação.⁵ Se, pois, o cientista tem por tarefa entender a ação dos homens em sociedade, deve partir das representações sociais: “toda a análise das representações é prioritária em relação à análise da ação social como um todo, já que esta aparece como conseqüência provável daquela” (GIANNOTTI, Op. cit., p. 68).

A regra fundamental do método consiste em “tratar os fatos sociais como coisas”. A regra é especialmente importante, pois “os fatos sociais não são coisas”, são representações, portanto, são idéias. Trata-se de “realidades abstratas” (ainda que passíveis de se materializarem nas instituições).

O primeiro aspecto reporta-se à sede dos fatos sociais: eles são “exteriores às consciências individuais”, são produto da sociedade: a sede dos fatos sociais não são os indivíduos, mas a sociedade. O autor é cristalino: “separamos o reino do psicológico do reino social (...), recusamos explicar o mais complexo pelo mais simples” (DURKHEIM, 1971, p. XV); contrapõe-se ao reducionismo, que caracteriza a ênfase de outros autores, de explicar o

4. Cabe ressaltar que, ao que nos parece, Durkheim postula duas maneiras de circunscrever o objeto. A primeira é de ordem “qualitativa”: os fatos sociais são maneiras de ser, agir, pensar e sentir, produzidos pela sociedade, que se impõem às consciências individuais por sua superioridade moral (os indivíduos a eles aderem e em conformidade com eles se portam). Estes, quando perduram, cristalizam-se nas instituições. Por isso, “a sociologia é a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento”. A segunda é de ordem “quantitativa”, reporta-se exclusivamente à reincidência. O crime, o suicídio, a prostituição, por exemplo, são também fatos sociais (e fatos sociais normais, consideradas determinadas taxas médias), não por sua “superioridade moral”, mas por sua repetição.

5. Em termos mais claros, há um objeto real, concreto, a ser explicado, e um objeto teórico, a partir do qual constrói-se a explicação do real. Durkheim propõe-se a explicar o objeto real concreto – a sociedade – e recorta um objeto teórico – “os fatos sociais”, “as representações coletivas”, “a consciência coletiva”. (A distinção entre objeto real e objeto teórico não está no autor, trata-se de inferência nossa. É contrária à postura de Durkheim a noção de objeto teoricamente construído.)

social pelo individual. Em Durkheim, a unidade de análise não é indivíduo, mas sociedade. O autor tem clareza de que indivíduo só se individualiza em sociedade e, mais precisamente, em um momento histórico particular do desenvolvimento social: a sociedade com divisão do trabalho, onde prepondera a solidariedade orgânica. Se assim é, indivíduo não pode constituir-se em unidade de análise para entender “a sociedade”, pois em formas sociais anteriores, o indivíduo não existia, estava subsumido ao coletivo.^{6 e 7}

Retornando à regra fundamental, esta postula que o objeto da sociologia possui realidade própria, independente e exterior às consciências dos indivíduos que vivem em sociedade. Essa realidade exterior dos fatos constata-se pela anterioridade (“herdamos de gerações anteriores as principais instituições sociais”) e pelo constrangimento⁸ (“os fatos sociais são

6. Vale ressaltar que Durkheim percebe o “ser histórico” do indivíduo. Em Durkheim (ainda que não nos seus termos) a categoria indivíduo só emerge quando subsiste um substrato na realidade, quando historicamente “se produzem” indivíduos. Daí, não ser cientificamente correto explicar o social “em geral” por uma categoria “historicamente particular”. Considerados os termos do próprio autor, este se furta a “psicologizar” o social. Nega-se, pois, a tomar a sociedade como mera extensão das relações entre indivíduos, não a reduz a “robinsonadas”. Rigorosamente para o autor, a sociedade pré-existe ao indivíduo.

7. Cumpre frisar que o autor supõe a realidade social enquanto uma totalidade. Entende que as ações dos indivíduos se explicam pelas representações coletivas, produzidas pela sociedade. Acha-se presente em Durkheim uma noção de totalidade: a sociedade (fonte das representações, sede dos fatos sociais). É também importante esclarecer que não se trata da totalidade tal como a concebe Marx: a “totalidade durkheimiana” exclui a produção material – a crítica de Lukács ao positivismo, portanto, encaixa-se como uma luva. No entanto, cabe esclarecer que em Durkheim é a sociedade que importa e não a fragmentação em indivíduos, grupos, etc. (A totalidade não se reduz às suas partes constituintes; não pode ser por elas explicada.) Nele os aspectos do real a serem investigados só têm sentido quando remetidos à totalidade maior: a sociedade.

8. A opção pela leitura de Giddens (1994), que toma “constrainte” como constrangimento – pressão de fora para dentro – e não como coerção, não é meramente estilística. Distingue-se da “apropriação” que Parsons faz de Durkheim. De acordo com Parsons, Durkheim preocupava-se exclusivamente com “a institucionalização dos valores” na sociedade, e não com “a internalização” destes nas consciências dos indivíduos. Por isso, esse autor propõe-se a complementar o que estaria ausente em Durkheim: introduz a noção de “sistema de personalidade” (transformação de indivíduos em atores). Comete um triplo sacrilégio. Primeiro, “psicologiza” o social (ator, que confere significado à ação); segundo, transforma indivíduo (o ator), em unidade de análise; terceiro, reduz a concepção de fato social à coerção. O constrangimento – mero indicador da exterioridade dos fatos sociais – passa a ser sua “essência definidora”. (Aliás, comete um quarto sacrilégio, este com Weber. O sentido subjetivamente visado da ação, que cumpria ao cientista desvendar, que não era dado, e que impunha uma acurada investigação acerca dos valores, transforma-se em “significado que o ator confere à ação”, posto pelo sistema cultural, e mais ou menos “consciente”, partilhado por atores que visam “maximizar recompensas e minimizar frustrações”. Quanto a Freud,...). De qualquer modo, reduz, no estudo da sociedade, o âmbito da sociologia à “comunidade societária”, onde se verificam as interações sociais reguladas (sistema jurídico, normas); portanto, “recupera” Durkheim pela “imposição” e não pelo “convencimento”, limita a perspectiva da ordem em Durkheim a mecanismos coercitivos.

passíveis de exercer influência coercitiva sobre as consciências individuais”). Enquanto realidade objetiva, é necessário tratá-los como o físico ou o químico trata seu objeto, como coisa. Aproxima a ciência do social das ciências da natureza, reivindica a alcunha de científica para aquela tendo como referência os parâmetros destas: não percebe entre elas nenhuma diferença. Melhor dito, “os fatos sociais” não se distinguem “dos fatos da natureza”, ambos estão sujeitos a leis de desenvolvimento que cumpre desvendar, não há entre eles quaisquer distinções.⁹ Afirma, pois, pela exterioridade, a objetividade dos fenômenos a serem investigados pela ciência do social, ciência objetiva, que tem um objeto objetivo.

2. A postura do sujeito frente ao objeto: a ruptura com as pré-noções

Reitera a posição ao propor o corolário da regra primeira: “romper (sistematicamente) com as pré-noções”. Uma ciência objetiva requer do cientista uma postura também objetiva. Cumpre ao cientista do social assumir diante do objeto uma posição de objetividade: tratar seu objeto como “coisa ignorada”, como “data” que se oferecem à observação. A ruptura com as noções prévias significa o romper com noções que se construíram “pela e para prática” – noções vulgares, oriundas do senso comum, os “ídola”, que se interpõem entre o sujeito que conhece e o objeto que se dá a conhecer. “Retirar o véu que encobre a realidade” implica em o sujeito perceber o real tal qual é. Esta postura, por um lado, impede que o cientista produza um conhecimento distorcido, calcado em juízos de valor (o dever ser, o perceber

9. Giannotti aponta um elemento interessante: o caráter residual dos fatos sociais. Nos seus termos: “O raciocínio depende de uma classificação geral dos fenômenos vivos em três partes: orgânicos, psíquicos e físicos. Já que as normas não podem ser incluídas nas duas primeiras, só lhes resta a terceira. Este procedimento, por ‘eliminação’, que empresta aos fenômenos sociais um caráter residual, afeta substancialmente sua observabilidade. Embora devam ser considerados como coisas, não são coisas, não caem diretamente sob o olhar. Daí ser indissociável a pergunta pela sua natureza e o gesto que os reúne numa classe, ao sociólogo cabendo antes de tudo a tarefa de defender a especificidade de seu objeto. (GIANOTTI, op. cit., p. 59).

o real “como gostaríamos que fosse”); por outro, impede procedimentos etnocêntricos.^{10 e 11}

Mas ela traz uma implicação ainda mais profunda – o cientista precisa fazer “tábula rasa de todo o conhecimento prévio”, inclusive teórico. O suposto é o de que o sujeito do conhecimento anula-se, tem uma atitude passiva; é o de que o objeto do conhecimento comanda o processo de sua própria inteligibilidade.¹²

A regra primeira e seu corolário estabelecem um nexos: a ciência do social é objetiva: objetiva, dada a objetividade do objeto; objetiva, dada a postura do sujeito frente ao objeto. O vetor do conhecimento caminha “da coisa para a idéia”, portanto, o conhecimento produzido coincide com a realidade de que parte. Temos um encadeamento lógico: neutralidade como condição de objetividade; objetividade como condição de cientificidade; cientificidade (assim posta) como verdade. Um conhecimento fundado nos fatos é verdadeiro. Esse é o fundamento do “meu racionalismo” – não ultrapassar os fatos, os dados (imediatos) da realidade.¹³

10. Aqui, Durkheim busca encarar o que Bachelard considera um dos obstáculos epistemológicos: “a ilusão da transparência” – obstáculo que se funda na proximidade entre sujeito e objeto do conhecimento –. O cientista do social tem por objeto as representações coletivas; vive em sociedade, portanto imerso em representações coletivas de sua sociedade; corre o risco de, por um lado, julgar as representações segundo as quais vive, por outro, encarar as representações “do outro” sob a ótica de suas próprias. A neutralidade, portanto, afirma-se como condição si ne quanon para romper com a proximidade e assegurar a objetividade

11. Parece ser essa a condição de investigação para aqueles que tomam os valores, não apenas como objeto a ser investigado, mas como fonte de entendimento do real. Não só Durkheim postula a neutralidade, Weber e Parsons também o fazem. Cumpre ressaltar um aspecto: nos três autores neutralidade é sinônimo de rigor – ser neutro é ser rigoroso; os que não são neutros, não são científicos. Presente na perspectiva dos três autores o suposto de que a sociedade é um todo homogêneo, em que não se verificam distinções fundamentais; em suma, de que ela não passa de “um conjunto de indivíduos”. (Aliás, em Weber é até complicado falar em sociedade.).

12. Nos termos de Marcuse: “O positivismo deslocara a fonte da evidência, do sujeito pensante para o sujeito da percepção. A observação científica é que produz, aqui, a evidência. As funções espontâneas do pensamento se retraem, enquanto que as funções passivas e receptivas passam a predominar. (MARCUSE, op.cit., p. 318).

13. Coutinho aponta o caráter fetichizador do pensamento decadente (em todas as suas vertentes) e ressalta sua “imediatividade”. Recorre a Lukács: “O termo imediatividade não designa ... uma atitude psicológica cujo oposto, ou cujo desenvolvimento seria a consciência; designa, pelo contrário, um certo nível de recepção do conteúdo do mundo exterior, independentemente da circunstância de que essa recepção ocorra com maior ou menor consciência. Lembro os exemplos econômicos que adotei ... Se alguém enxerga a essência do capitalismo na circulação do dinheiro, o nível de suas concepções é imediato, mesmo que, depois de dez anos de grandes esforços intelectuais, exponha-as em um duto volume de duas mil páginas. Pelo contrário, se um operário captou instintivamente o problema da mais-valia, ultrapassou já essa imediatividade dos fatos econômicos. (LUKÁCS apud COUTINHO, op .cit., p. 25 - 26).

“Só nos sentimos tentados a ultrapassar os fatos [...] na medida que os julgamos irracionais. Se são inteiramente inteligíveis, então bastam eles próprios à ciência [...] pois não há motivo para, fora deles, buscar sua razão de ser” (DURKHEIM, op. cit., p. XV-XVI).

Assim, seu positivismo constrói-se em oposição a qualquer “metafísica” – por um lado, porque supõe que a explicação do real funda-se na imediatez do dado; por outro, porque supõe que o já dado não é passível de ser modificado. Aqui se aliam uma perspectiva metodológica e uma postura teórica. Não só o saber científico produz-se conforme a realidade dada, não só a explicação da realidade não ultrapassa o dado; mas a própria realidade, conforme dada, não pode ser superada (transformada). O “dado” é, pois, duplamente inexorável...¹⁴

Segundo o exposto, o saber científico é verdadeiro porque se faz conforme a realidade dada. Como o cientista apropria-se do real pela sensação, como o cientista não intervém ativamente no processo de conhecimento do real, como o saber funda-se na realidade, o saber coincide com a própria realidade de que parte – é uma cópia do real. Vale a máxima: “contra fatos não há argumentos”. Mas Durkheim sofisticava ainda mais seu pensamento. Se a sociologia toma as representações coletivas como objeto, se as representações coletivas sobrevivem à crítica mais ferrenha – a dos que vivem em sociedade –, se os indivíduos não as questionam, é porque “elas não podem ser falsas”: as representações coletivas, objeto que se investiga, são verdadeiras.

“Ora, uma representação coletiva está necessariamente submetida a um controle indefinidamente repetido: os homens que a ela aderem verificam-na na sua experiência própria. Portanto, ela não pode ser completamente inadequada ao seu objeto. [...] É precisamente este princípio que está na base do método que seguimos no estudo dos fenômenos religiosos: nós vemos como axioma que as crenças religiosas, por mais estranhas que algumas às vezes possam parecer, têm sua verdade que é preciso descobrir” (DURKHEIM, 1973, p. 540).

14. Nas palavras de Marcuse: “O positivismo veio facilitar a sujeição do pensamento a qualquer coisa que existisse e que manifestasse o poder de durar na experiência; [sua proposta] é a de que se abolisse qualquer sujeição da realidade à razão transcendental. E mais, [...] que [se] ensinasse os homens a considerar e a estudar os fenômenos do seu mundo como objetos neutros, governados por leis universalmente válidas” (MARCUSE, op. cit., p. 298).

Agora o saber científico é verdadeiro porque parte de um objeto também ele verdadeiro.¹⁵ E daí advém uma consequência lógica: o saber científico é necessariamente consensual. Senão vejamos: como o saber é cópia do real, então, se os cientistas seguirem as regras do método, todos “verão” o objeto da mesma forma – e de forma verdadeira.

Mas não se trata somente de um consenso entre cientistas:

“é preciso que os conceitos, mesmo quando construídos segundo todas as regras da ciência, tirem autoridade unicamente de seu valor objetivo. Não é suficiente que eles sejam verdadeiros para serem acreditados. Se não estão em harmonia com as outras crenças, as outras opiniões, em uma palavra, com o conjunto das representações coletivas, eles serão negados; os espíritos lhes estarão fechados; eles serão, por conseguinte, como se não existissem” (DURKHEIM, op. cit., p. 540-541).

Dito de outro modo, o saber científico não pode contrariar as representações coletivas: o saber sobre a sociedade não pode negar o que “a sociedade pensa sobre si mesma”. Como as representações coletivas atravessam a sociedade e plasmam as consciências individuais, o saber científico, ao fim e ao cabo, não pode negar o senso comum, as “noções vulgares”. Interessante volta ao começo...¹⁶

15. Giannotti observa: em Durkheim, “toda representação coletiva possui um fundo conceitual” (GIANNOTTI, op. cit., p. 71).

16. O que significa entender a sociedade a partir das representações coletivas? Significa tomá-la a partir do que ela pensa sobre si mesma, significa assumir o ponto de vista do social. Se sairmos da lógica de Durkheim, tomar a sociedade a partir do que ela pensa sobre si mesma significa tomar a sociedade a partir do pensamento dominante e os pensamentos dominantes são, em todas as épocas, os pensamentos da classe dominante (ver MARX e ENGELS, 1975, p. 55), “ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual” (Id.). Tomar os pensamentos dominantes significa tomar “apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, [...] as idéias do seu domínio” (Ibid., p. 56). Em suma, Durkheim afirma tomar o ponto de vista geral, enquanto, de fato, assume um ponto de vista particular: o do grupo dominante. O autor não se propõe a explicar este ponto de vista, considera-o o fundamento da explicação. Para tanto, raciocina (e faz-nos raciocinar) nos seguintes termos: a sociedade é combinação de indivíduos, portanto, os pensamentos que nela vigoram são coletivos, são comuns a todos. Na medida que retira a economia da sociedade, não identifica grupos sociais fundamentais, daí, opera com a homogeneidade social. Encobre, pois, a dominação. Ou mais precisamente, sequer considera que ela exista. Assegura, desse modo, a eficácia do discurso de classe: pensar a sociedade pela ordem é tomá-la pela ótica do dominante, retirando (do discurso) a realidade da dominação. Se a sociedade é um todo homogêneo, não há pontos de vista particulares (de classe), em consequência, o discurso científico é, necessariamente, neutro. Desse modo, transforma-se o discurso dominante em saber científico, afirma-se sua neutralidade e confere-se-lhe o estatuto de verdade

3. A produção das categorias gerais: o simples teórico

A regra segunda trata da “definição provisória”, que permite “circunscrever o objeto” e exercer “controle sobre a investigação”.

O modo de construção da definição provisória ilustra o procedimento para construir as categorias gerais, norteadoras de toda investigação. Esse procedimento, que marca o início da pesquisa, marca também seu avanço – permite a construção dos conceitos, pois funda-se em “um elemento integrante da natureza deles [os fenômenos], e não [...] [na] conformidade com uma noção mais ou menos ideal” (DURKHEIM, 1971, p. 30). Trata-se de procedimento norteador da investigação, visto que “se é útil saber em que consiste tal e qual religião particular, importa mais ainda investigar o que é a religião de maneira geral” (DURKHEIM, 1973, p. 509). Como é possível?

O método consiste em tomar “todas as manifestações particulares do fenômeno sob investigação”, compará-las e retirar as características comuns – comuns a todas.¹⁷ (No início da pesquisa parte-se das características aparentes, atingindo-se, sempre pela comparação, as características menos visíveis, mais profundas.) Utiliza-se o método comparativo, na busca das semelhanças; pela indução chega-se ao geral – o geral é o que é comum, o que se repete; produz-se a categoria geral por generalização. Se, por esse procedimento, constrõem-se os conceitos científicos; se, por esse procedimento, definem-se os “fenômenos em geral”; então, por esse procedimento, retém-se o essencial, o fundamental.¹⁸ Parece, pois, evidente: Durkheim considera como critério para estabelecer o fundamental a repetição – toma

17. De fato, apesar de negar o papel ativo do cientista na investigação do real, Durkheim confere um sentido próprio à comparação: é ele (e não os dados) que afirma que da comparação se devem retirar os aspectos comuns, que se repetem. Por que o que “salta aos olhos” não são as diferenças?

18. O que se perde? “O primeiro campo da objetividade vetado a essa racionalidade limitada é o da contradição como modo de ser primário dos processos reais. [...] Busca-se reduzir qualquer diversidade a simples manifestação aparente de ‘leis constantes e invariáveis’, suprimindo-se a contradição numa homogeneidade formalista. [...] Ora, o preço dessa redução do diverso ao idêntico, do variável ao constante, é exatamente a extrema formalização do real e da racionalidade, o abandono ao irrativo dos problemas conteudísticos, ou seja, a gênese histórica e o sentido humano dos processos analisados” (COUTINHO, op.cit. p. 40 – 41).

qualquer característica e a considera fundamental simplesmente porque se repete.¹⁹

Assim, o geral é o comum²⁰, o que define o fundamental é a reincidência, o que é fundamental é o que permanece. O procedimento descarta a diferença, esta é secundária. Melhor dito, o que diferencia as manifestações particulares é secundário, ou seja, a diferença que a história introduz é secundária; em suma, a mudança é secundária. A construção das categorias gerais desqualifica a diferença como fundamental: importa o que, apesar da diferença, é constante; o que, apesar da mudança, permanece.²¹

Retornando a Durkheim, este propõe um modo de produzir as categorias gerais que “poupa a comparação”.²² Existe uma experiência particular, única, que possibilita perceber o que é “a religião de uma maneira geral”.²³ Qual é ela?

19. Esse procedimento contém uma “impossibilidade lógica”: como identificar manifestações particulares (vale dizer históricas) de um fenômeno? Quaisquer manifestações particulares só o são em relação a um geral, geral que, segundo Durkheim, ainda não está posto. Durkheim encontra uma saída, indicada em nota de rodapé: “na prática é do conceito vulgar e do termo vulgar de que se parte” (DURKHEIM, 1971, p. 32). Ou seja, parte-se exatamente daquilo com o que se deve romper.

20. É interessante contrapor o pensamento de Marx. Segundo ele, categorias desse tipo, produto de abstrações coladas na aparência, só têm uma função: poupar a repetição. O que lhes escapa? A diferença fundamental.

21. O procedimento de construção das categorias gerais, ainda que recorra à história (a busca das manifestações particulares), prescinde dela. Cabe, aqui, uma precisão um pouco maior. De fato, não se trata de uma ida para o real em busca de características que se repetem – trata-se de uma ida direcionada. Se se parte do “conceito vulgar”, formulado em uma sociedade específica, buscam-se, nas manifestações particulares outras (isto é, nas formas históricas anteriores), características vigentes na sociedade de que se parte. Assim, generaliza-se o que é particular, eterniza-se o que é histórico; perde-se a história.

22. Poupa, mas supõe a comparação.

23. Religião é um exemplo; o procedimento é válido para todos os fatos sociais. Mas o estudo da religião é um exemplo privilegiado. Em As formas elementares da vida religiosa, Durkheim não estuda apenas “religião na origem”, estuda “a representação coletiva na origem”. A religião é a primeira forma de manifestação da consciência coletiva, é a primeira maneira de a sociedade pensar a si mesma, é a primeira representação do mundo, por isso “as principais instituições nasceram da religião”. Além disso, afirma o caráter social da representação religiosa: a religião expressa a realidade porque as categorias religiosas são categorias sociais; se são sociais expressam o fundamento das coisas. Se as categorias religiosas são sociais, a ciência também nasce da religião. As principais categorias científicas têm origem na religião, isto é, têm a sociedade como sua fonte.

“Certamente, não é observando as religiões complexas que aparecem no decorrer da história [...]. Nessas condições é difícil perceber o que é comum a todos [...]. Como descobrir o fundo comum da vida religiosa [...]? [...] Nas sociedades inferiores [...] [onde] tudo está reduzido ao indispensável, àquilo sem o que não poderia haver religião. Mas, o indispensável é também o essencial, o que antes de tudo importa conhecer” (DURKHEIM, 1973, p. 509-510).

Para Durkheim, portanto, a produção das categorias simples verifica-se em um momento histórico privilegiado – a sociedade mais simples: o simples teórico coincide com o simples histórico.

“Na linha do próprio pensamento de Durkheim, para estudá-la [a sociedade] [...] devemos retroceder às formas mais simples, procurando aí aquelas determinações mais gerais que se repetirão em sociedades mais complexas” (GIANNOTTI, op. cit., p. 63-64).

Dois elementos importantes devem ser ressaltados. O primeiro é o de que, para Durkheim, ao contrário de Marx, existem sociedades simples. Enquanto para Marx a realidade concreta é sempre complexa (embora seja diverso seu grau de complexidade) e o simples é produto do pensamento, em Durkheim o simples histórico, concreto, existe (“a horda – protoplasma da vida social”). O segundo elemento diz respeito ao momento histórico privilegiado para a abstração das categorias simples, gerais: para este é o do simples originário; para Marx a sociedade concreta é a mais complexa (“A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”). Não se trata de diferença que respeita somente a uma questão de método; trata-se de uma distinção teórica de fundo: a concepção de história.

4. O estatuto teórico da mudança e a concepção de história

A regra segunda do método, relativa à observação dos fatos sociais, postula que o fundamental é o que permanece; se assim é, então, o que muda é secundário. A possibilidade de ida para a origem, momento privilegiado para detectar as “determinações mais gerais presentes em sociedades mais

complexas”, indica que na história o fundamental não se altera. Reitera-se, pois, o ser secundário da mudança.

Mas a regra terceira é especialmente esclarecedora. Ela afirma que é pela sensação que se pode “alcançar o exterior das coisas [...]”: a ciência, para ser objetiva, não deve partir de conceitos que se formaram sem ela, mas da sensação” (DURKHEIM, 1971, p. 37). A sensação é a “matéria primeira de todos os conceitos”. Só que “a sensação é facilmente subjetiva”, ela será

“tanto mais objetiva quanto mais fixo for o objeto ao qual se liga [...]. [...] A vida social consiste, [...] em correntes livres que estão perpetuamente em transformação, e que o olhar do observador não consegue fixar. O que equivale a dizer que este não é o lado pelo qual o estudioso pode abordar o estudo da realidade social” (Ibid., p. 38) .

Ou seja, em momentos de transformação a realidade não pode ser estudada. Se a regra segunda indica que a mudança não merece ser estudada, a terceira afirma que ela não o pode ser. Em Durkheim, pois, a mudança não tem nenhum estatuto teórico; deste ponto de vista, ela não existe.^{24 e 25}

Retomando os argumentos anteriores, se a produção das determinações gerais prescinde da história, perde-se a história: supõe-se que o fundamental é eterno (trans-histórico, portanto, a-histórico). Essa não é

24. A referência aqui é à mudança fundamental, à transformação. Durkheim percebe, como se verá mais adiante, variações que se produzem na história. Seguindo um caminho diverso, Marcuse aponta na mesma direção. O positivismo “tendia a igualar o estudo da sociedade ao estudo da natureza, de modo que a ciência natural [...] se tornava o arquétipo da teoria social. O estudo do social deveria ser uma ciência à procura de leis sociais cuja validade devia ser análoga à das leis físicas. A prática social, em especial no que se refere à transformação do sistema social, fora assim suprimida pela fatalidade. (MARCUSE, op. cit., p. 312).

25. As formulações teóricas são construções abstratas que se referem a, e que se propõem a explicar a realidade concreta. Se por um lado, “antes como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito”; por outro, “o todo, na forma em que aparece no espírito como todo-de-pensamento, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível”, isto é, pensando-o. (MARX, 1974, p. 230). Se assim é, se a realidade concreta é independente do pensar (é um todo concreto, real, já-dado, que subsiste e subjaz ao pensamento na “sua independência fora do espírito...; e isso enquanto o espírito tiver uma atividade meramente especulativa, meramente teórica”), a representação abstrata que dela se faz é o modo pelo qual o pensador “vê” o real, “o reproduz” pela via do pensar, concebe-o teoricamente, pensa-o retendo seus elementos fundamentais. Dessa forma, se, por um lado, o real é independente do pensar, por outro, ele “é para mim conforme eu o penso”. Se na construção teórica não há lugar para a mudança, nessa construção a mudança não existe, daí, para o pensador, na realidade a mudança não existe.

uma postura em que está ausente uma concepção de história, ao contrário: aqui se considera que, no processo histórico, o fundamental não se altera. Considera-se que, na história, “o simples se complexifica”; complexidade (ou complicação) de que se deve abstrair para reter o essencial. Se, na história, o simples se complexifica, as diferenças históricas constituem-se em variações de grau e não de qualidade: trata-se do mesmo fato, mais ou menos complicado, nexos de continuidade histórica. Estamos diante de uma concepção que afirma uma relação de evolução: do simples para o complexo, sem transformação do fundamental; nesse sentido, evolução linear.

Mas o raciocínio do autor apresenta algumas nuances. Ao discutir a distinção entre o normal e o patológico Durkheim reintroduz a questão do tempo histórico, e da diferença. Para que se considere um fato como normal, ou não, é necessário “comparar sociedades de mesmo tipo em mesma fase de desenvolvimento”. Mais é necessário uma certa “maturidade” para que se firmem parâmetros de normalidade; é necessário que se considere o “meio social interno”. Assim, uma sociedade não se explica pela imediatamente anterior. Durkheim supõe que a sociedade evolua pela combinação de segmentos. O número e modo da combinação permitem classificar as sociedades conforme seu tipo. Dessa maneira, ainda que produto de formas anteriores (mais simples), as sociedades posteriores (mais complexas) àquelas não se reduzem – a explicação da especificidade dos fatos sociais (inclusive suas funções) em sociedades posteriores não se encontra nas sociedades imediatamente precedentes. Essa colocação atravessa os capítulos e III, IV, V e VI de *As regras do método sociológico* e traduz uma discordância em relação a Comte. “O desenvolvimento histórico perde assim a unidade ideal e simplista que lhe era atribuída; fragmenta-se, por assim dizer, numa quantidade de pedaços que, diferindo especificamente uns dos outros, não se poderão unir de modo contínuo” (DURKHEIM, 1971, p. 67-68).²⁶

26. Alguns autores enfatizam a perspectiva funcionalista em detrimento (ou como negação) de uma perspectiva evolucionista em Durkheim, como se funcionalismo e evolucionismo fossem mutuamente excludentes. Uma coisa é certa: o autor opõe-se ao “reducionismo simplista” de buscar a explicação do presente na sociedade imediatamente anterior. Assim, contrapõe-se ao “evolucionismo”. Propõe que se entendam manifestações históricas considerando o tempo histórico das sociedades (procedimento tão mais adequado quando se trata de desvendar a função dos fatos sociais, como se verá adiante) – o meio social interno. Tal exigência não exclui – e não nega – a perspectiva de evolução do fenômeno no tempo, no sentido já fartamente apontado.

Ao que parece, Durkheim nega a continuidade histórica anteriormente afirmada.²⁷ Será? Ao introduzir a necessidade de considerar o tempo histórico (“sociedades de mesmo tipo, em mesma fase de desenvolvimento”), o autor processa um reconhecimento (imediato) da diferença: os fatos sociais apresentam-se de modo diverso ao longo da história, diversidade histórica, que só pode ser entendida na história. A sociedade complexifica-se, os fatos sociais também; o entender dessa complexificação supõe considerar a periodização. Mas o fundamental permanece – é o mesmo fato, mais ou menos complexo; entende-se-o em sua manifestação particular (histórica), mas considera-se essa manifestação no que ela é: variação de um mesmo fenômeno geral, que evolui sem que se altere “sua essência”.²⁸

Voltemos à concepção de evolução. Durkheim supõe uma sociedade original, simples, composta por um único segmento (sociedade real, ou suposta teoricamente, não importa): o “protoplasma do reino social”.²⁹ Essa sociedade “combina-se com ela mesma”, gerando formas sociais mais complexas, e assim sucessivamente³⁰; a classificação das sociedades leva em conta o número de segmentos e o grau de coalescência destes (Ver *ibid.*, p. 74-75). Por essa razão, nos termos de Durkheim, a evolução “não é simplista

27. Essa é a leitura de Carlos Nelson Coutinho (Ver COUTINHO, *op.cit.*, p. 41-42).

28. Giannotti, tomando outros argumentos, aponta também, em Durkheim, um duplo aspecto na história: continuidade e descontinuidade (Ver GIANNOTTI, *op.cit.*, p. 82 e seguintes).

29. “O termo simplicidade não tem sentido definido senão quando significa completa ausência de partes. Por sociedade simples é preciso pois compreender toda sociedade que não englobe outras mais simples do que ela; que não apenas está atualmente reduzida a um único segmento, mas ainda que não apresenta traços de segmentação anterior” (DURKHEIM, 1971, p. 71).

30. “Distinguir-se-ão tantos tipos fundamentais quantas maneiras houver de a horda se combinar consigo mesma, dando nascimento a sociedades novas, e de estas, por sua vez, se combinarem entre si. [...] [Teríamos] as sociedades que se podem chamar de polissegmentárias simples [...]. Acima destas, estariam as sociedades formadas por reunião de sociedades da espécie precedente, isto é, as sociedades polissegmentárias simplesmente compostas. [...] Serão encontradas em seguida as sociedades polissegmentárias duplamente compostas que resultam da justaposição ou da fusão de várias sociedades polissegmentárias simplesmente compostas” (*Ibid.*, p. 72-73) Ou, ainda, “As sociedades não passam de combinações diferentes de uma única e mesma sociedade original. Ora, um mesmo elemento não pode compor consigo mesmo, e os compostos resultantes não podem, por sua vez, compor entre si senão um certo número limitado de combinações [...]. Do que se conclui que há espécies sociais” (*Ibid.*, p. 75).

e linear”, assemelha-se às ramificações de uma árvore.³¹

À possibilidade de pensar espécies sociais, corresponderia a possibilidade de pensar “tempo de desenvolvimento social”, o que possibilitaria “classificar” as sociedades conforme critérios “qualitativos”, distintos da mera “sucessão cronológica”; enfim, possibilitaria pensar “história”.³² Completam-se duas ordens de argumentos: primeiro, “[em todo o decorrer da evolução social] todas as sociedades nasceram de outras sociedades sem solução de continuidade” (Ibid., p. 92); e segundo,

“Se existem espécies sociais, é porque a vida coletiva depende antes de tudo de condições concomitantes que apresentam determinada diversidade. Se, pelo contrário, as principais causas dos acontecimentos sociais estão todas no passado, cada povo não seria mais do que o prolongamento daquele que o precedeu, e as diferentes sociedades perderiam esta individualidade para não se tornarem senão momentos diversos de um mesmo e único desenvolvimento” (Ibid., p. 104).

Um último tópico a respeito da evolução. Durkheim aponta uma “lógica de desenvolvimento histórico”: as sociedades complexificam-se em função da combinação de segmentos. Esta “lógica” tem validade até a mais complexa das sociedades segmentares, mas não dá conta da emergência da sociedade com divisão do trabalho:

“Esse tipo social [a sociedade com divisão do trabalho] baseia-se em princípios tão diferentes do precedente [a sociedade segmentar] que só se pode desenvolver na medida em que aquele se apaga. [...] É preciso, pois, que a matéria social entre em combinações inteiramente novas, para se organizar em bases totalmente diferentes. Ora, a antiga estrutura, enquanto persiste, se opõe a tanto, por isso é necessário que desapareça” (DURKHEIM, 1995, p. 165-166).

31. Mas, se a sociedade posterior é produto da anterior, a ela não se reduz, é uma realidade *suis generis*. Ao que tudo indica, vale aqui o mesmo raciocínio postulado na relação indivíduos-sociedade: trata-se de um produto novo, distinto das partes que o constituem: “as sociedades engendradas são de espécie diferente das sociedades geradoras, pois estas últimas, em sua combinação dão nascimento a arranjos inteiramente novos” (Ibid., p. 76).

32. Se o desenvolvimento histórico fosse simplista e linear, suas “principais causas [...] não estariam, pois, entre as circunfusa; estariam todas no passado. Estas mesmas fariam parte desse desenvolvimento de que constituiriam simplesmente as fases mais antigas. Os acontecimentos atuais da vida social derivariam, não do estado atual da sociedade, mas de acontecimentos anteriores, de precedentes históricos, e as explicações sociológicas consistiriam exclusivamente em ligar o presente ao passado” (Ibid., p. 102). Como o desenvolvimento histórico não é simplista, necessário se faz “considerar sociedades de mesmo tipo em mesma fase de desenvolvimento”; em outros termos, necessário se faz “reintroduzir a história”.

Não se trata apenas de mudança de tipo social, mas de mudança no modo pelo qual o tipo surge, ou seja, mudança na “lógica de desenvolvimento social”,³³ e, portanto, no modo de explicar a evolução. Se é “a sociedade” que se pretende explicar, se é “a evolução da sociedade” que se busca entender, ou bem a lógica de desenvolvimento histórico é “universalmente” válida, ou ela não é absolutamente válida. Ao que parece a lógica proposta por Durkheim aplica-se a “uma”, mas não a “outra” forma de progressão no tempo. Na impossibilidade de explicar, descreve-se o processo. Consta-se a diferença fundamental, mas nega-se a mudança estrutural (a transformação); buscam-se nexos de “continuidade natural”, descrevendo-se fatos (reais).

5. Causalidade e função

As regras relativas à observação dos fatos sociais permitem percebê-los em sua especificidade, permitem defini-los, reuni-los, indicar suas características; mas as características de um fato não o explicam. Explicar um fato social requer uma investigação particular.

Durkheim inicia a discussão tecendo uma crítica veemente à explicação funcionalista:

“A maior parte dos sociólogos acredita que, mostrando para que servem os fenômenos sociais, que função desempenham, conseguiram explicá-los. Raciocinam como se os fenômenos não existissem senão em relação ao papel que exercem e não tivessem outra causa determinante senão em sentimento claro ou confuso dos serviços que são chamados a prestar” (DURKHEIM, 1971, p. 78).

É contundente:

33. É a esse momento de passagem que o autor chamará de “anomia”. A rigor, o conceito de anomia aplica-se à passagem da solidariedade mecânica à orgânica, portanto trata-se de conceito que remete à consciência coletiva. Esta se modifica em decorrência das alterações que ocorrem no meio social interno: o aumento da densidade material – devido à ruptura dos segmentos, à migração campo-cidade, à concentração da população na cidade – e o incremento da densidade moral, ou seja, intensificação das relações sociais, produto do desenvolvimento do comércio, dos transportes e das comunicações. À transição que se verifica no meio social interno corresponde, no âmbito da consciência coletiva, a anomia.

“este método, todavia, confunde duas questões muito diferentes. Mostrar a utilidade de um fato não é explicar como se originou, nem porque ele é tal qual se apresenta. Pois as utilizações com que é empregado supõem as propriedades que o caracterizam, mas não o criam” (Ibid., p. 79).

Reitera a necessidade de considerar o meio social interno: “A origem primeira de todo processo social de alguma importância deve ser buscada na constituição do meio social interno” (Ibid., p. 98). Este é “o fator determinante da evolução coletiva; [se rejeitarmos tal concepção] a sociologia se verá na impossibilidade de estabelecer qualquer relação de causalidade” (Ibid., p. 101). E é enfático ao contrapor-se às noções de finalidade, objetivo ou intenção:

“Servimo-nos do termo de função, de preferência ao de fim ou de objetivo, justamente porque os fenômenos sociais não existem em geral, tendo em vista os resultados úteis que possam produzir. O que é preciso determinar é se há correspondência entre o fato considerado e as necessidades gerais do organismo social, e em que consiste esta correspondência, sem se preocupar em saber se ela é intencional ou não. Todas estas questões de intenção são, além do mais, muito subjetivas para poderem ser tratadas cientificamente” (Ibid., p. 83).

Opõe-se, desse modo, tanto a considerações de ordem teleológica quanto a interpretações psicologizantes.³⁴

Ainda que crítico em relação à análise funcional³⁵, não a elimina da

34. Preocupação presente em Merton, que pretende conferir precisão conceptual ao termo “função”, definindo-a como “consequência observável”, distinta dos aspectos de intenção do ator. No entanto, se num primeiro momento descarta os aspectos subjetivos, logo os retoma, ao diferenciar função manifesta e função latente: as primeiras “são intencionadas e reconhecidas pelos participantes do sistema”; as segundas, “não constam das intenções” (MERTON, 1970, p. 118).

35. Florestan Fernandes aponta o cerne da crítica presente em Durkheim: “A crítica apanha, de maneira geral, toda tentativa de explicação dos fenômenos sociais restrita à descrição e interpretação das relações de coexistência. Seu fundamento lógico é, sem dúvida, a teoria segundo a qual um estado social dado não se determina a si próprio, mas é produzido por um estado social anterior. Esse ponto de vista fora defendido na Sociologia desde Comte e Spencer, já encontrando uma formulação clara na Lógica, de Stuart Mill. Eis como este autor resume suas principais implicações: ‘A correlação mútua entre os diferentes elementos de cada estado da sociedade é portanto uma lei derivada, resultante das leis que regulam a sucessão entre um estado da sociedade e outro; por isso, a causa próxima de cada estado da sociedade é o estado da sociedade imediatamente anterior. O problema fundamental das ciências sociais é, pois, descobrir as leis de acordo com as quais um estado da sociedade produz o estado que o sucede e toma seu lugar’ (FERNANDES, 1959, p. 207-208). num primeiro momento descarta os aspectos subjetivos, logo os retoma, ao diferenciar função manifesta e função latente: as primeiras “são intencionadas e reconhecidas pelos participantes do sistema”; as segundas, “não constam das intenções” (MERTON, 1970, p. 118).

investigação sociológica. Busca, por um lado, precisar o conceito – a função de um fato corresponde a um “fim útil”, responde a “necessidades sociais” contribui para o “estabelecimento da harmonia geral”³⁶ –; por outro, limitar seu alcance heurístico.

Aponta um terceiro item problemático: o fato de a análise funcional asseverar que todo o fato é útil, e que o fato tem sempre a mesma utilidade. Ora,

“um fato pode existir sem servir para nada, seja porque nunca se ajustou a nenhum fim vital, seja porque, depois de ter sido útil, perdeu toda utilidade e continuou a existir pela força exclusiva do hábito. [...] Há mesmo casos em que uma prática ou uma instituição social mudam de funções sem, para tanto, mudarem de natureza” (DURKHEIM, 1970, p. 80).³⁷

Constatados esses aspectos, “se conclui que as causas que lhe dão o ser são independentes dos fins para que serve” (DURKHEIM, 1970, p. 80). Assim, a regra é clara: “quando, pois, procuramos explicar um fenômeno social, é preciso buscar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que desempenha” (Ibid., p. 83).

Enfim, um fato social explica-se por sua causa, e não por sua função.³⁸

36. “Perguntar-se qual é a função da divisão do trabalho, é, portanto, indagar a que necessidade corresponde” (DURKHEIM apud FERNANDES, op. cit., p. 205). Nessa medida, ainda que enfatizando a prevalência da análise causal em relação à análise funcional (o que distanciaria Durkheim dos “funcionalistas”), ao conceituar função “como resposta a necessidades sociais”, “como o que leva à permanência do sistema”, não se afasta do pensamento funcionalista: “Como não põe em xeque a noção de necessidade social [...], nem a existência da sociedade como um todo, a explicação funcionalista sempre tende ao truismo de ligar o fato aos mecanismos de manutenção do grupo” (GIANNOTTI, op.cit., p. 87). Afinal, se não é a transformação que importa, resta saber como a sociedade funciona (e funciona em ordem); opção funcionalista.

37. Durkheim aponta, aqui, uma distinção que mais tarde Merton formalizará. Merton conceituará funções como “conseqüências observadas que propiciam a adaptação ou o ajustamento do sistema”. Por oposição, definirá disfunções (aquelas que “diminuem a adaptação ou o ajustamento do sistema”); e indicará conseqüências não-funcionais as que “são simplesmente irrelevantes ao sistema em consideração”. (Ver MERTON, 1970, p. 118).

38. “A interpretação ‘verdadeiramente explicativa’, na indução sociológica, seria fornecida pela análise causal”. (FERNANDES, op. cit, p. 209 – entre aspas expressão de Durkheim, cf. nota 41). “Nós vimos que a explicação sociológica consiste, exclusivamente, em estabelecer relações de causalidade, quer se trate de ligar um fenômeno à sua causa, ou, ao contrário, uma causa a seus efeitos úteis” (DURKHEIM, apud, FERNANDES, id.).

Cumpra primeiro esclarecer aquela, para posteriormente desvendar esta, procedimento que complementa a explicação. Nos termos de Durkheim:

“Não só se devem separar estas duas ordens de problemas, mas convém, em geral, tratar a primeira antes da segunda. Esta ordem corresponde, efetivamente, à realidade dos fatos. É natural procurar a causa de um fenômeno antes de procurar determinar-lhe os efeitos” (DURKHEIM, op. cit., p. 83).

E, mais,

“em lugar de a causa dos fenômenos sociais consistir numa antecipação mental da função que são chamados a desempenhar, esta função consiste, ao contrário (pelo menos em bom número de casos), em manter a causa preexistente de que derivam: se a segunda for já conhecida, encontraremos mais facilmente a primeira (...). Mas embora se deva proceder somente em segundo lugar à determinação da função esta determinação não deixa de ser necessária para que a explicação do fenômeno seja completa” (Ibid., p.84).

Cumpra à sociologia “duas ordens de pesquisa”: “uma que tem por objeto a descoberta das conexões causais; outra voltada para a determinação das conexões funcionais” (FERNANDES, op. cit., p. 208).

“Sem os resultados oferecidos pela aplicação da análise causal, a interpretação funcionalista não chegaria a ser ‘verdadeiramente explicativa’. Por sua vez, sem o concurso da análise funcionalista, faltariam à interpretação causal os pontos de referência que permitem confrontar os esquemas de causa e efeito com a dinâmica da realidade social. Trata-se de um modo peculiar de exprimir a antiga concepção, segundo a qual a explicação sociológica não é completa senão quando consegue combinar o ponto de vista estático com o ponto de vista dinâmica” (Ibid., p. 209-210).^{39 e 40}

39. Florestan Fernandes afirma que “o espírito mesmo com que é conduzida a discussão dos problemas de explicação na sociologia pressupõe uma crítica fundamental à interpretação funcionalista da realidade social” (Ibid., p. 207). Ressalta, porém, que a crítica de Durkheim à análise funcional é construtiva: não lhe nega a legitimidade, mas limita seu poder explicativo. Assim, frisa que, em Durkheim, “o uso da palavra ‘função’ deveria ser circunscrito, na sociologia, à descrição de regularidades resultantes das relações entre os efeitos e suas causas sociais, ou seja, para demonstrar uniformidades de coexistência entre os fenômenos sociais” (Ibid., p. 208-209). Infere, a partir daí, várias conseqüências metodológicas (o primeiro ponto, já indicado na nota 38): “Segundo, sendo as uniformidades de coexistência uma ‘lei derivada’ (no sentido em que Stuart Mill emprega essa noção), a análise das causas deve preceder a análise da função dos fenômenos sociais [...]. Terceiro, a análise das funções é importante para estabelecer em que sentido as condições sociais emergentes atuam na preservação, transformação ou eliminação das conexões causais [...]. Quarto, de tudo isso resulta que a explicação sociológica, para ser completa, precisaria combinar, adequadamente, os dois tipos de ‘pesquisa’” (Ibid., p. 209).

40. Vale lembrar que em Parsons essa mesma dicotomia está presente: existe no sistema um aspecto estático (a estrutura) e outro dinâmico (a função). Permanentemente o pêndulo oscila: equilíbrio/ perda de equilíbrio/ (novo) equilíbrio (“equilíbrio dinâmico”, sem quebra na estrutura).

Se é necessário construir a relação de causalidade precisa-se tomar por base que “a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa” (DURKHEIM, op. cit., p. 112).⁴¹ Quando se trata de um fenômeno que atravessa sociedades diferentes, o procedimento mais adequado para se desvendar a causa é ir à origem, pois aqui a causa é mais evidente.

“Mas as religiões primitivas não permitem apenas distinguir os elementos constitutivos da religião; gozam também a vantagem muito grande de facilitar sua explicação. [...] Na medida em que ele [o pensamento religioso] progride na História, as causas que o chamaram à existência, permanecendo sempre ativas, não são mais percebidas senão através de interpretações que as deformam” (DURKHEIM, 1973, p. 511).

O que equivale a dizer: se na história o fenômeno é o mesmo, a causa que o engendra é também a mesma; determinada esta (na primeira manifestação histórica do fenômeno), a sua explicação será a mesma, independente da história. Se já se disse antes que a construção das categorias gerais, que traduzem o essencial, prescinde da história, agora se afirma também que a explicação do fato social prescinde da história (entende-se a história como “passado”, recorre-se à história como ida a “formas inferiores”, percebe-se a complexificação, e tão só). Mas, ainda mais, para Durkheim, ainda que a ciência tenha nascido em determinado momento do tempo, o próprio conhecimento científico não é histórico; uma vez posto, é verdade para todo o sempre.⁴²

41. Weber contrapõe-se a essa perspectiva. Segundo ele, um fenômeno é produto de uma constelação de causas e a regressão causal é infinita; reduz-se a por tipo ideal. Ainda, segundo Weber, quando se afirma que uma causa gera um fenômeno o que de fato se faz é apontar a “a causa adequada”, aquela sem a qual o fenômeno não teria acontecido – ou aconteceria de maneira diferente –. Chega-se à causa adequada por “possibilidade objetiva”.

42. “quando uma lei foi provada por uma experiência bem feita, esta prova é universalmente válida. [...] Se nas humildes sociedades que acabaram de ser estudadas conseguimos realmente perceber alguns dos elementos dos quais são feitas as noções religiosas mais fundamentais, não existe razão para não estender às outras religiões os resultados mais gerais de nossa investigação. Com efeito não é concebível que, segundo as circunstâncias, um mesmo efeito possa ser devido ora a uma causa, ora a outra, a menos que, no fundo, as duas causas não passem de uma só. [...] Se junto a certos povos, as idéias [...] explicam-se sociologicamente, deve-se cientificamente presumir que, em princípio, a mesma explicação vale para todos os povos em que as mesmas idéias se encontram com os mesmos caracteres essenciais. [...] Portanto, [...] algumas de nossas conclusões podem legitimamente ser generalizadas” (Ibid., p. 523).

6. A concepção de sociedade

a. A relação indivíduo – sociedade

Durkheim concebe a sociedade como “combinação de indivíduos”, combinação de que resulta um “produto novo”, distinto das partes que o compõem.⁴³ Trata-se de uma “realidade *suis generis*”:

*“se [...] dizemos que a vida social é natural, não é porque encontramos sua fonte na natureza do indivíduo, é porque deriva diretamente do ser coletivo que, por si mesmo, é uma natureza *suis generis*; é porque resulta desta elaboração especial à qual estão submetidas as consciências particulares devido à sua associação, e da qual se desprende uma nova forma de existência” (DURKHEIM, 1971, p. 107).*

Inferre-se que, ainda que composta por indivíduos, a sociedade a eles não se reduz. Por isso, “uma explicação puramente psicológica dos fatos sociais deixaria, pois, escapar tudo o que eles têm de específico, isto é, de social” (Ibid., p. 93).

Por outro lado,

“é lícito assegurar que, em todo o decorrer da evolução social, não houve nenhum momento em que os indivíduos pudessem verdadeiramente deliberar para saber se entrariam ou não na vida coletiva, e antes neste tipo de vida coletiva do que noutra” (Ibid., p. 92).

Assim, os indivíduos já nascem em sociedade. Portanto, uma segunda inferência pode ser feita: a sociedade (produto dos) precede aos indivíduos – precedência lógica e não histórica.

Há uma terceira inferência, esta mais complicada. Mesmo sendo uma combinação de indivíduos, um produto novo, a sociedade não passa de combinação de indivíduos. Nessa medida, a sociedade reduz-se, sim, a

43. Contrapõe somatório à combinação, numa clara referência à química. Daí, o paralelo com a água ser clássico: a combinação de dois átomos de hidrogênio, com um de oxigênio, engendra um “produto novo”, cujas características e propriedades não podem ser explicadas pelos elementos componentes.

indivíduos. Sendo uma combinação, a sociedade é um todo homogêneo; sendo uma combinação de indivíduos, o único agente social é indivíduo. Indivíduo que é impotente frente ao coletivo, seja porque se comporta conforme os valores coletivos, segundo os quais é socializado; seja porque, se deles se afasta, é objeto de sanção. O comportamento divergente é pensado como desvio (em relação às normas); o comportamento desviante a sociedade corrige (no extremo, elimina). Se a sociedade é um todo homogêneo, se é composta por indivíduos, se o indivíduo porta-se conforme os valores sociais, se o desviante é sancionado, não há agente de mudança.⁴⁴ A sociedade, portanto, não muda.

b. A sociedade pela ordem: solidariedade e anomia

Ao lado disso, Durkheim entende a sociedade a partir dos fatos sociais, das representações coletivas. Os indivíduos que vivem em sociedade constroem suas representações individuais e plasmam suas ações pelos valores sociais vigentes. Os fatos sociais impõem-se aos indivíduos por sua “superioridade moral” – os indivíduos a eles aderem e se, e somente se, tentam contra eles se insurgir são objeto de constrangimento.

“Fazemos, sem dúvida, da coerção a característica de todo fato social. Somente, esta coerção não resulta de um maquinismo mais ou menos elaborado, destinado a mascarar aos homens as armadilhas em que eles próprios se deixaram prender. É devida simplesmente ao fato de que o indivíduo se encontra em presença de uma força que o domina e diante da qual ele se inclina; mas esta força é natural. Ela não deriva de um arranjo convencional que a vontade humana acrescentou inteiramente pronta à realidade; brota das próprias entranhas da realidade; é o produto necessário de causas dadas. Desse modo, para fazer com que o indivíduo se submeta a ela de bom grado, não é necessário recorrer a nenhum artifício; basta fazê-lo tomar consciência de seu estado de dependência e de inferioridade naturais [...]. [...] A superioridade que a sociedade tem sobre o indivíduo não é simplesmente física, mas também intelectual e moral [...]. A reflexão, possibilitando ao homem compreender quanto o ser social é mais rico, mais complexo e mais duradouro do que o ser individual não lhe pode revelar senão razões inteligíveis da subordinação que dele se exige, assim como dos sentimentos de dedicação e de respeito que o hábito fixou em seu coração” (Ibid., p. 106-107).

44. Até porque, indivíduo sozinho (como a andorinha) “não faz verão”.

Reina, pois, na sociedade não apenas ordem, mas harmonia social. A consciência coletiva mantém “vivo o sentimento de grupo”, “tonifica as consciências” (individuais). Em último caso, coage e pode-se dizer

“sem paradoxo, que o castigo é sobretudo destinado a agir sobre as pessoas honestas, pois, visto que serve para curar os ferimentos provocados nos sentimentos coletivos, só pode ter esse papel onde esses sentimentos existem e na medida em que são vivos” (DURKHEIM, 1995, p. 82).

Não é por acaso que o conceito a partir do qual Durkheim pensa sociedade é o de solidariedade. O autor distingue dois tipos de solidariedade (mecânica e orgânica), pertinentes a dois tipos sociais distintos (sociedades segmentares e sociedade com divisão do trabalho). Ainda que diferentes, trata-se de “uma mesma coisa” – o modo pelo qual a sociedade permanece, e permanece coesa: coesão que se funda, não na repressão, mas na solidariedade. Vale dizer, o que importa perceber é como a sociedade reproduz-se, reproduz-se em ordem. Ou mais precisamente, o que se percebe é que a sociedade permanece, e o faz em ordem.

No entanto, as sociedades evoluem; e há um momento importante na evolução, aquele que caracteriza a passagem da sociedade segmentar para a sociedade com divisão do trabalho. Como já se viu, para que a sociedade com divisão do trabalho surja, necessariamente a sociedade segmentar tem que desaparecer. Se no âmbito do meio social interno verifica-se uma mudança, no plano da consciência coletiva também. A coesão social não mais se funda na semelhança (entre segmentos e entre indivíduos), mas na diferença que a divisão do trabalho introduz (e que deve gerar cooperação).⁴⁵ Enquanto a nova forma social não se consolida, porém, registra-se um “momento” de anomia – momento de ausência de normas, ou melhor,

45. Cabem algumas observações. A primeira é a de que em Durkheim, a divisão do trabalho é vista como divisão funcional, técnica do trabalho; Durkheim não se refere à divisão entre os que trabalham e os que não trabalham. A segunda decorre da primeira: a divisão do trabalho, assim entendida, gera cooperação (mas não antagonismo). A terceira é a de que Durkheim pensa divisão do trabalho a partir de sua sociedade: ao centrar-se na sociedade capitalista, considera as formas sociais anteriores como não fundadas na divisão do trabalho (trata-se de sociedades de outro tipo, segmentares).

momento em que apesar das normas existirem não estão suficientemente internalizadas nas consciências individuais, e, por isso, não fomentam a solidariedade.

"Mudanças profundas produziram-se, e em pouquíssimo tempo, na estrutura de nossas sociedades; elas se emanciparam do tipo segmentário com uma rapidez e em proporções de que não encontramos outro exemplo na história. Em consequência, a moral que corresponde a esse tipo regrediu, mas sem que a outra se desenvolvesse depressa o bastante para ocupar o terreno que a primeira deixava vazio em nossas consciências. [...] as funções que se dissociaram no curso da tormenta não tiveram tempo de se ajustar umas às outras, a nova vida que se desprende como que de repente não pode se organizar completamente e, sobretudo, não se organizou de maneira a satisfazer a necessidade de justiça que despertou, mais ardente, em nossos corações" (DURKHEIM, 1995, p.431-432).⁴⁶

Mas esse é um momento transitório, a divisão do trabalho é uma fonte de coesão social:

"Não apenas ela torna os indivíduos solidários, [...], porque limita a atividade de cada um, mas também porque a aumenta. Ela aumenta a unidade do organismo, pelo simples fato de que aumenta sua vida; pelo menos, em seu estado normal, ela não produz um desses efeitos sem o outro" (Ibid., p. 416).

Apesar, portanto, de reconhecer uma etapa de transição, onde impera a anomia, a perspectiva continua sendo a da ordem: a divisão do trabalho ainda não gerou, mas irá gerar, solidariedade.

Em Durkheim, a ordem é um suposto: toma-se como dado que a sociedade está em ordem. Sobre este dado não pairam dúvidas, ele não é posto em questão, portanto, não precisa ser provado; é (pré) suposto. Enquanto tal, ele aparece como óbvio, como evidente, e atravessa todo o pensamento do autor, induzindo (mais ou menos sutilmente) também o leitor a não o

46. As profundas transformações que se verificam na produção da vida material viram migração, concentração populacional, intensificação das relações sociais, desenvolvimento de transportes e comunicações; as profundas transformações que se verificam na superestrutura traduzem-se por anomia. O que foi feito da Revolução Francesa? Aboliu-se, por decreto.

questionar. Assim, sem ordem a sociedade não sobrevive (é claro); a sociedade é sábia – retém o vantajoso e descarta o “dispensável” (daí, é ser a permanência o que importa); a passagem de um tipo de solidariedade a outro é progressiva (é lenta, sem traumas); na história o simples se complexifica (a evolução é gradativa), mas o fundamental não se altera. A sociedade está em ordem (como sempre esteve) e evolui (progride) em ordem. O processo de evolução culmina na última forma histórica – a sociedade com divisão do trabalho – e não há quaisquer indícios (ou possibilidades) de que outra forma social possa surgir.

Ao se tomar a contraposição entre solidariedade mecânica e orgânica, tem-se que nesta, ao contrário daquela, a consciência coletiva “não recobre completamente as consciências individuais”, é mínimo o espaço por ela ocupado, o que propicia a emergência das individualidades. Aqui, a especialização promovida pela divisão do trabalho, ao levar em conta as aptidões, permite o florescer dos indivíduos, de sua personalidade e de suas capacidades, em oposição às formas históricas anteriores; aqui, “a solidariedade se assemelha àquela encontrada nos animais superiores”; aqui, “a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes”; aqui, o direito “restitutivo sobrepõe-se ao repressivo”. Enfim, a sociedade atual é superior, a sociedade atual está em ordem, e seu particular modo de coesão é melhor do que o precedente.

A evolução histórica desemboca na sociedade capitalista: não só a última, mas a melhor forma de sociedade. Desnuda-se o que a pretendida neutralidade encobre: “cientificamente” prova-se a inexorabilidade e a superioridade da ordem burguesa. De fato, “a investigação científica imparcial cedeu lugar à conveniência deformada e às intenções perversas da apologética”.

c. A sociedade: fonte do pensamento lógico

Durkheim questiona-se sobre a fonte das categorias do pensar. Situa o debate entre as perspectivas empirista e racionalista:

“até o presente, apenas duas doutrinas estavam em pauta. Para uns, as categorias não podem ser derivadas da experiência: elas são logicamente anteriores e a condicionam [...]. Eis por que se diz que são a priori. Para outros, ao contrário, elas seriam construídas, feitas de peças e pedaços, e o indivíduo seria o operário desta construção” (DURKHEIM, 1973, p. 516).

Se se adota a tese empirista, “é preciso retirar às categorias todas as suas características” (Id.); se se adota a tese racionalista, ter-se-ia que admitir a existência de

“uma razão superior e perfeita da qual as primeiras [as razões individuais] emanariam e na qual conservaríamos, por um tipo de participação mística, sua maravilhosa faculdade: [...] a razão divina” (Ibid., p. 517).

E conclui:

“se a razão é apenas uma forma de experiência individual, não existe mais razão. Por outro lado, se lhe reconhecermos os poderes que a ela se atribui, sem se dar conta disso, parece que a colocamos fora da natureza e da ciência” (Id.).

Posto o problema nestes termos, resolve-o: afirma a “origem social das categorias”. Ou seja, localiza na sociedade tanto a fonte da experiência sensível (experiência totalizadora), quanto o fundamento da razão (razão capaz de a tudo abarcar). Tal teoria do conhecimento “conserva todos os princípios essenciais do apriorismo; mas, ao mesmo tempo, se inspira neste espírito de positividade ao qual o empirismo se esforçava em satisfazer” (Ibid., p. 520).

A origem social das categorias permite que se expliquem os traços que as caracterizam: universalidade (ou ser universalizável), imutabilidade, impessoalidade e comunicabilidade. “Os conceitos são representações coletivas”; “se são comuns a todos, é porque são obra da coletividade” (Ibid., p. 538). Se a sociedade é a fonte dos conceitos, ela é a “fonte do pensamento lógico” - não só os indivíduos utilizam-se de conceitos para pensar, mas os indivíduos aprendem a pensar em sociedade: portanto, a sociedade é a

matriz das categorias com que se pensa e da lógica pela qual se pensa.

“Última instância de toda e qualquer atividade totalizadora e sintetizante, somente a sociedade se responsabiliza essencialmente pela diferença e pela identidade, pela inclusão e pela exclusão dos objetos em grupos e em classes de equivalência. Daí, consistir na única força ordenadora do real, instalando a pirâmide das categorias lógicas, que pensam o mundo” (GIANNOTTI, op. cit., p 70).

A sociedade, máximo da objetividade e da exterioridade, é também a “consciência de consciências” e, portanto, tem a capacidade inédita de pensar: “pensar sua relação com os objetos que a rodeiam”, “pensar a si mesma”, “criar o ideal”. Trata-se, conforme Giannotti, de um “objeto-sujeito reflexionante”.

Enfim, em Durkheim Deus se faz concreto:

“Pensar a sociedade como um todo, assumir seu ponto de vista, resume-se, em última instância, em tomar a perspectiva divina, que dum só olhar é capaz de captar a totalidade do universo. [...] Não é preciso eleger Deus ou a sociedade, pois nos termos em que esta é colocada, ambos os conceitos se equivalem, na medida em que desempenham a mesma função epistemológica, último fundamento a atribuir racionalidade a todas as coisas” (Ibid., p. 63).

Bibliografia

- CARDOSO, Miriam Limoeiro – O mito do método. Cadernos da PUC . Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1971. mimeo.
- _____. A periodização e a ciência da história – observações preliminares, 1977. mimeo.
- COUTINHO, Carlos Nelson – O estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. parte 1: O problema da razão na filosofia burguesa. p. 7-46.
- DURKHEIM, Émile – As regras do método sociológico. 6a ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1971.
- _____. Introdução e Conclusão. As formas elementares da vida religiosa. In: GIANNOTTI, José Arthur (org. e trad.). Os pensadores XXXIII. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 505-547.
- _____. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FERNANDES, Florestan – Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. parte III: O método de interpretação funcionalista na sociologia. p. 199-345.
- _____. – A sociedade como técnica da razão: um ensaio sobre Durkheim. Estudos 1: sobre teoria e método em sociologia. São Paulo: Edições CEBRAP, 1971. p. 47-98.
- GIDDENS, Anthony – Capitalismo e moderna teoria social. 4a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994. parte II: Durkheim. p. 109-171.
- LÖWY, Michel – As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Múchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987. O positivismo e o princípio do Barão de Múchhausen. p. 15-59.
- LUKÁCS, Georg – Marxismo e teoria da literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Marx e o problema da decadência ideológica. p. 49-111.
- MARX, Karl – Contribuição para a crítica da economia política. 3a ed. Lisboa: Editorial Estampa. 1974. Introdução à crítica da economia política. p. 209-241.
- _____. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968. livro primeiro, volume 1. Prefácio à 2a edição. p. 8-17.
- MARX, Karl e ENGELS – A ideologia alemã, vol. I. 2a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1975.
- MARCUSE, Herbert – Razão e revolução. 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 2a parte: O advento da teoria social, item II: Os fundamentos do positivismo e o advento da sociologia. p. 295-349.
- MERTON, Robert K. – Sociologia – teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- NETTO, José Paulo (org.) – Lukács. 2a ed. São Paulo: Ática, 1992. parte II: Para uma crítica marxista da sociologia. p. 109-172.
- RODRIGUES, José Albertino (org.) – Durkheim. São Paulo: Ática, 1978. parte II: Divisão do trabalho e suicídio. p. 78-143.
- ZEITLIN, Irving M. – Ideología y teoría sociológica. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1982. cap. 6: Saint-Simon (1760-1825). p. 70-84; cap. 7: Auguste Comte (1798-1857). p. 85-94; cap. 15: Émile Durkheim (1858-1917). p. 265-316..

Resenha

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe.
Glob(AL) - Biopoder e luta em uma América Latina globalizada
Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. 271 páginas. (tradução: Eliana Aguiar)

Por Francis Sodré¹

Um livro perturbante

O Estado moderno e a democracia nunca caminharam de mãos dadas na América Latina. Aliás, o Estado-nação e sua noção de desenvolvimento, nos países de soberania limitada nunca existiram plenamente. Essas são algumas das afirmações encontradas em **Glob(AL) – Biopoder e luta em uma América Latina globalizada**. Com autoria dupla de Antonio Negri e Giuseppe Cocco (2005), é um livro repleto de argumentos que nos possibilitam pensar a crítica posta aos países de capitalismo tardio e suas teorias explicativas ao desenvolvimentismo como fonte de respostas para a construção de um Estado moderno, racional e “nacional”.

A perspectiva do livro vai da emergência do projeto-nacional desenvolvimentista (pós-guerra) à crise das políticas neoliberais (ao final dos anos 90). A crítica aos ditames cepalinos é um dos principais temas debatidos pelos autores. A afirmação de que “a construção do Estado na periferia

1. Assistente Social. Doutoranda em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social – UERJ. Mestre em Saúde Pública/ ENSP-Fiocruz

tem utilizado um processo híbrido entre formas de autoridade política e/ou soberania colonial de um poder patriarcal e/ou oligárquico-escravista e formas desenvolvimentistas de um poder tecnocrático-corporativo, que se atribuíam os títulos de moderno e nacional” (p.47) resumem a concepção sobre a construção do Estado moderno na América Latina.

Sem esperança no desenvolvimentismo

Negri e Cocco (2005) demonstram que o desenvolvimentismo sempre teve o propósito único de crescimento econômico, ordenamento da produção de riqueza das classes dominantes e a intensificação da exploração e, jamais, discutiu as determinações contraditórias entre as relações salariais e o trabalho.

Qual o núcleo central dos argumentos deste livro? A afirmação que o projeto desenvolvimentista é um projeto já testado e que não deu certo. Ao contrário do que afirmam os cepalinos, a causa central de nosso subdesenvolvimento não é uma causa exógena, como é contada nos livros de história: a colônia de exploração, o imperialismo dos países centrais e etc. **Glob(AL)** é um livro que demonstra exatamente o contrário: nossos problemas são endógenos, frutos de uma política tecnocrática, corporativista e conservadora. O desafio que os autores se colocam é, justamente, explicar esse processo histórico enredado e pactuado entre os clãs tecnocráticos e as oligarquias fundiárias, fundamentalmente racista e neoescravista.

Não é de hoje que essas idéias circulam no seio do “pensamento operaísta”. Esse é um debate que vem sendo construído desde Império, de Antonio Negri com autoria de Michael Hardt; e em Trabalho e Cidadania, de Giuseppe Cocco (1997). No primeiro, os autores afirmam que o subdesenvolvimento quase nunca é explicado pelas posições dos países periféricos nas hierarquias globais. No segundo Cocco, é ácido na constatação que a cidadania (condição anterior à produção) não se universalizou no Brasil devido a um pacto corporativo que sempre expeliu as resistências na produção do projeto de desenvolvimento.

Os cachorros mortos

Um dos paralelos mais surpreendentes traçados por Negri e Cocco é a relação direta entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo. Ambos, independente de seus meios, chegaram aos mesmos fins: a exclusão e a reprodução da miséria. O desenvolvimentismo, em sua retórica de defesa do Estado, da nação, somente fez articular a política econômica como geradora de riqueza. E o neoliberalismo reduziu todos os ideais de cidadania ao poder de compra, ao “ser consumidor”. Ambos hierarquizaram o público e reduziram as lutas sociais à passividade. Para piorar os dois modelos foram produzidos desarticulados com as resistências urbanas e operárias. Para os autores, sem a articulação com os movimentos, nenhum pacto é possível. “Organizar os movimentos é mobilizar produtivamente a sociedade” (p.55) e mobilizar produtivamente a sociedade é potencializar os sujeitos.

A lógica imperial de concepção política teria, para Negri e Cocco, sim um denominador comum baseado no biopoder. A América Latina é repleta de evidências fundamentadas na homogeneização das raças. “O biopoder é a sujeição da vida e dos infinitos entrelaçamentos das populações a uma hierarquia soberana de comando” (p.201). Se o biopoder é uma condição de dominação no Império, na América Latina, essa condição aparece escamoteada no discurso da não diferença racial. Ou seja, no México com a sua questão indígena, na Argentina e o branqueamento da população, ou no Brasil, que não enfrenta a questão da exclusão social dos afrodescendentes – toda América Latina encontram-se baseada em um mesmo discurso da igualdade entre as raças e com poucas evidências dessa igualdade nas suas políticas de inclusão.

Desta forma, se as relações de poder estão sob o júdice financeiro ou econômico, elas também se associam com a exclusão das diferentes raças das formas de produção. A exclusão latino-americana caminha segundo os fluxos de sangue e não de classes. Esse é o biopoder experimentado na América Latina globalizada.

O desenvolvimento é produto da interdependência

Ao pensar o capitalismo nessa nova fase, nem sempre é fácil apontar

alternativas para contê-lo. Porém, os autores sugerem algumas observações que merecem ser ouvidas (ou lidas). A interdependência é o caminho para um possível “novo pacto” entre os movimentos sociais e as formas de produção. Para melhor compreender essa equação, precisamos destacar três direcionamentos lançados neste livro:

1) É inútil buscar entender o “Estado moderno” na América Latina, porque o Estado moderno latino-americano é o “Estado fraco”, inserido nos mecanismos coloniais, e que nunca se transformou em uma realidade efetiva semelhante aos protótipos europeus. Em seu planejamento inicial, serve de instrumento de exploração por parte das elites, fundamentado em uma lógica de racismo e exclusão.

2) A viabilização de um “novo pacto” se dá pela via da interdependência, ou seja, a produção de políticas comuns, que perpassam a soberania moderna. O “comum” inclui as resistências, os movimentos. O “comum” é a criação de interdependência entre as relações.

3) O “Estado moderno” latino-americano é o Estado desenvolvimentista e este modelo experimentado somente reproduziu relações de produção que reforçavam uma dependência aos países centrais, bem como, serviu de porta de entrada ao que denominou por “substituição de importações” - o início do processo neoliberal vivenciado pelo capitalismo tardio da América Latina.

A discussão traz em sua centralidade um debate transversal sobre a categoria Trabalho. A mobilização produtiva da sociedade e a organização dos movimentos e das resistências passam por uma concepção de trabalho que prescinde a cidadania como valor de liberdade – debate que já havia sido iniciado no livro Trabalho e Cidadania com autoria de Giuseppe Cocco (1999). A condição de liberdade é a condição necessária para a cooperação social, logo, a liberdade e a cidadania se constituem como elementos fundamentais à riqueza das nações.

A peculiaridade da condição latino-americana, segundo Negri e Cocco, é a condição de dependência associada à condição de cidadania advinda pelas mãos do Estado. “A instauração de formas de welfare a partir de cima (integração social) baseou-se na construção de uma soberania (sempre

aparente!) do Estado-nação, desenvolvimentista em termos puramente repressivos e excludentes de qualquer manifestação de vontade política que venha de baixo ou dos movimentos sociais de emancipação” (p.142).

O fato é que as novas transformações do capitalismo não nos permitem utilizar parâmetros estáticos para pensar as classes sociais, e, por isso, “as classes subalternas não podem ser consideradas como um adversário” nesse novo capitalismo global. “A autonomia é fecunda e produtiva” (p.187). Ao final de seu livro, Negri e Cocco demonstram, à velha maneira marxista, que a solução de um problema está dentro dele mesmo, de tal forma que demonstram que construir a democracia interna e governar a interdependência global são um único e mesmo problema.

Suas concepções trazem à tona um Estado-nação em crise, não que o mesmo esteja fadado ao desaparecimento imediato, mas que têm se mostrado obsoleto no que se refere aos seus fundamentos. “Quando conseguirmos fazer coincidir a construção da democracia interna das lutas com os movimentos globais, nesse exato momento governar a interdependência vai se tornar possível” (p.194).

Orientação para possíveis colaboradores

A **PRAIAVERMELHA Estudos de Política e Teoria Social** publicará trabalhos inéditos seguindo as normas da ABNT da seguinte forma:

1. sob a forma de artigos, resenhas de livros e matérias diversas como noticiário, entrevistas, em português;
2. os artigos deverão ter no máximo 30 laudas, espaço duplo, com 70 toques por linha ou 63 mil caracteres no total, em letra tipo 12/Times New Roman, incluindo as referências bibliográficas e notas;
3. os artigos devem vir acompanhados de um resumo com até 150 palavras, em português, bem como contendo 4 palavras chave;
4. as resenhas bibliográficas devem ser de livros recentes, com no máximo 4 laudas de 30 linhas com 70 toques, ou 8.400 caracteres. Devem apresentar a referência completa das obras analisadas, indicando o número de páginas;
5. os autores devem se identificar apresentado suas filiações institucionais e endereços completos para contato;
6. as notas devem vir no rodapé. As referências bibliográficas devem aparecer no corpo do texto com seguinte formato: sobrenome do autor, ano da publicação e página, conforme exemplo a seguir: (Habermas, 1980:57); e no final do artigo em ordem alfabética, tais como:

Livro

ALMEIDA, Suely Souza. Femicídio: Algemas (In)visíveis do Público – Privado.. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998.

Coletânea

LESBAUPIN, Ivo (Org.). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

Artigos em coletânea

BISNETO, Augusto José. A Análise Institucional no Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Orgs.). Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 291-328.

Artigos em periódico

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, Vol. 1, n.1, pp.123-144, 1 Semestre/1997.

Trabalhos não publicados

ABREU, Haroldo Baptista. Cidadania, Capitalismo e Modernidade. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2000.

